



**SERVÍCIO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**



Thalita Mara dos Santos

**Os sujeitos egressos prisionais: o retorno à liberdade e a
(re) inserção social**

Uberlândia

2014

Universidade Federal de Uberlândia - Avenida Maranhão, s/nº, Bairro Jardim Umuarama - 38.408-144 - Uberlândia – MG

+55 – 34 – 3218-2701

pqpsi@fapsi.ufu.br

<http://www.pqpsi.ufu.br>



Thalita Mara dos Santos

**Os sujeitos egressos prisionais: o retorno à liberdade e a
(re) inserção social**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Aplicada.

Área de Concentração: Psicologia Aplicada

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Avelino da Silva

Uberlândia

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S237s Santos, Thalita Mara dos, 1988-
2014 Os sujeitos egressos prisionais : o retorno à liberdade e a (re)
inserção social / Thalita Mara dos Santos. - 2014.
126 f. : il.

Orientador: Luiz Carlos Avelino da Silva.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Psicologia.
Inclui bibliografia.

1. Psicologia - Teses. 2. Ex-presidiários - Inclusão social - Teses. 3.
Ex-presidiários - Aspectos psicológicos - Teses. I. Silva, Luiz Carlos
Avelino da. II. Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-
Graduação em Psicologia. III. Título.

CDU: 159.9



Thalita Mara dos Santos

Os sujeitos egressos prisionais: o retorno à liberdade e a (re) inserção social

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia Aplicada.

Área de Concentração: Psicologia Aplicada

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Avelino da Silva

Banca Examinadora

Uberlândia, 08 de Agosto de 2014

Prof. Dr. Luiz Carlos Avelino da Silva
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Prof. Dra. Anamaria Silva Neves
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Prof. Dra Daniela de Figueiredo Ribeiro
Centro Universitário de Franca – Franca, SP

Prof. Dr. Sergio Kodato
Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto, SP

UBERLÂNDIA

2014

À minha “mamãe esquilo” por me amar

Agradecimentos

Seria inadmissível começar os agradecimentos por outra pessoa que não meu orientador, Luiz Avelino, que me escolheu e acolheu. Agradeço-lhe pelo aprendizado, pelo cuidado e, claro, pelas piadas e os sorrisos despertados que tornaram esse percurso mais leve, bonito e divertido.

À minha mãe que, com seu amor transbordante e muita paciência, conviveu com meu cansaço e oscilações de humor, ensinando-me o que é amar. E ao meu pai que, à sua maneira, me ajuda a ser uma pessoa melhor.

Ao meu irmão William (*in memoriam*), meu valente e eterno leãozinho, por me ensinar a ser forte e a enfrentar as dificuldades sem perder a paz interior.

Às minhas amigas e amigos que me apoiaram, de modo especial, à minha amiga-irmã Suéllen, com quem eu compartilho as melhores histórias.

Ao meu namorado Leonardo, pelo afeto, pelas flores e pelas canções.

Às pessoas que contribuíram com a história do Programa de Inclusão Social de Egressos Prisionais e com a minha história acadêmica com o Programa.

Aos egressos prisionais, que protagonizaram esta pesquisa e me ensinaram sobre a complexidade de ser humana e ser social.

Ao Programa de Pós Graduação em Psicologia da UFU e à Capes, que por meio da bolsa de estudos, das atividades acadêmicas, dos funcionários, professores e alunos, proporcionaram o aprendizado de saberes diversos.

Aos colegas de mestrado, à turma da “intersubjetividade”, em particular à Chris, pelo companheirismo, pelos ensinamentos e pelo otimismo confortante.

À minha atual equipe de trabalho do CRAS com a qual eu posso compartilhar experiências e muitos questionamentos.

E a Deus, meu consolo, minha alegria e meu Tudo!

Resumo

O presente trabalho aborda temas sobre os egressos prisionais e o processo de reinserção social desses sujeitos. Entre os assuntos abordados encontram-se discussões a respeito do cenário legal e institucional sobre os egressos prisionais e reflexões sobre o conceito de sujeito no âmbito psicanalítico, além de pensamentos sobre a condição dos egressos prisionais e o desamparo, conforme Freud. O objetivo geral do trabalho consiste em compreender o que significa ser um sujeito egresso do sistema prisional na concepção dos próprios entrevistados. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, na qual foram recolhidos depoimentos de sete colaboradores, egressos prisionais, e utilizado o método psicanalítico para interpretação das entrevistas. Tendo em vista o histórico das pessoas que passaram pelo sistema prisional, ou seja, a fase pré-penal, o período de estadia nas prisões e o retorno para a liberdade, o significado de ser egresso prisional perpassa a necessidade de lidar com uma realidade concreta e objetiva dificilmente transformada, juntamente com os aspectos vivenciados durante a prisão e todas as reacomodações subjetivas que a transição liberdade - prisão - liberdade impõe aos sujeitos, a qual engloba adaptar-se e desadaptar-se ao mundo dentro e fora das grades. A condição do duplo desamparo dos egressos prisionais remete ao desamparo fundamental ao lado das exigências de lidar com a falta de garantias de uma realidade melhor e mais positiva, como também com expectativas - pouco otimistas e amarradas a um passado sombrio - de romper com vida na criminalidade.

Palavras-chave: egressos prisionais, reinserção social e desamparo

Abstract

This paper discusses issues about prison egresses and the process of social reinsertion of these individuals. Among the topics covered are discussions about the legal and institutional scenery of the prison egresses and reflections on the concept of the subject in the psychoanalytic context, as well as thoughts about the condition of the prison egresses and helplessness, according to Freud. The general objective of this paper consists in understanding the meaning of being an individual who is an egress of the prison system in the conception of the interviewed themselves. It is a qualitative research, in which depositions of seven collaborators, prison egresses, were considered, and the psychoanalytical method was used in the interpretation of the interviews. Considering the history of the people who passed through the prison system, that is, the pre-penal phase, the period of imprisonment, and the return to freedom, the meaning of being a prison egress pervades the need to deal with a concrete and objective reality hardly transformed, along with the aspects experienced during incarceration and all the subjective re-accommodations that the transition freedom-imprisonment-freedom imposes on the subjects, which encompasses the adaptation and misadaptation to the world inside and outside bars. The condition of the double helplessness of prison egresses leads to the fundamental helplessness along with the demands of dealing with the lack of guarantees of a better and more positive reality, as well as with expectations – little optimistic and tied to a somber past – of breaking up with a life of criminality.

Keywords: prison egresses, social reinsertion and helplessness

Lista de Siglas

CEPEC - Coordenadoria de Prevenção à Criminalidade

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional

InfoPen - Sistema Integrado de Informações Penitenciárias

LEP - Lei de Execução Penal

PrEsp - Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional

Seds - Secretaria de Estado de Defesa Social

VEC - Vara de Execução Penal

Sumário

Introdução.....	9
Objetivo Geral	16
Objetivos Específicos	16
Capítulo 1 – Cenário legal e institucional sobre os egressos prisionais.....	18
1.1 Criminalização da pobreza: um fenômeno de violência	18
1.2 O sistema prisional, a vida na prisão e a transição para a liberdade	26
Capítulo 2 – O sujeito, o egresso prisional e o desamparo.	36
2. 1 Um sujeito, antes de presidiário ou de egresso prisional	36
2.2 As transições liberdade-prisão-liberdade: o duplo desamparo.....	48
Capítulo 3 – Método.....	53
Capítulo 4 - Análises e discussões das entrevistas	59
4.1 Apresentação dos entrevistados	59
4.2 A criminalidade e o recrutamento de jovens	99
4.3 O inferno da prisão	102
4.4 O processo de (re) inserção social: que liberdade é esta?	108
Conclusões: ou à guisa de conclusões	117
Considerações Finais.....	120
Referências	121

Introdução

... pode-se escolher a vida – e desvalorizar seu aniquilamento – ou pode-se escolher a valorização do sistema (com o consequente negativismo ou indiferença pelo aniquilamento da vida humana e não humana), mas também pode-se escolher não pensar e, em semelhante alienação covarde, cair no desprezível otimismo irresponsável. Para nós, a decisão eticamente correta escolhe a valorização da vida, apesar da coragem de pensar. Eugenio Raúl Zaffaroni, 1991, p. 157

Com essa citação de Zaffaroni (1991), eu me deparava, cotidianamente, no mural do Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional- PrEsp, no qual realizei estágio extracurricular, por dois anos, durante minha graduação em Psicologia. Esse período de estágio foi, sob meu ponto de vista, de fundamental importância para as transformações/ampliações das minhas visões de mundo, de sociedade, de ser humano as quais enriqueceram minha formação acadêmica, profissional e pessoal, bem como influenciaram e motivaram a realização do presente estudo.

A realização do estágio possibilitou o meu contato diário com pessoas que passaram pela experiência da privação de liberdade e configuraram um público peculiar com o qual eu me relacionava em diferentes momentos dentro da rotina do Programa: atendimento individual para acolhimento no Programa e realização da entrevista psicossocial; atendimento em grupo por meio de projetos desenvolvidos pelo Programa; coleta da assinatura do Termo de Apresentação¹ e atendimento de demandas espontâneas diversas. Além disso, aconteciam também encontros casuais dentro dos transportes coletivos, no trânsito pelas ruas e praças e em outros diferentes espaços da cidade.

As relações com os sujeitos atendidos pelo Programa PrEsp, os denominados egressos do sistema prisional, e alguns dos seus familiares, assim como as trocas de ideias e

¹ Mensalmente as pessoas em cumprimento do Regime Aberto ou Livramento Condicional comparecem ao PrEsp para assinatura do Termo de Apresentação e prestam informações sobre endereço, trabalho, estudo etc.

conhecimentos com os profissionais do Programa, minha trajetória de vida pessoal como voluntária num projeto de acolhimento de pessoas em situação de rua durante minha adolescência, uma breve experiência profissional como Agente Redutora de Danos no atendimento a pessoas usuárias de álcool e outras drogas e o meu atual emprego como Psicóloga Social de um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Uberlândia fomentam diversas inquietações, especialmente referentes às desigualdades econômicas e culturais e aos contrastes sociais que podem culminar no processo de degradação da subjetividade humana de uma circunscrita parcela da população que não possui acesso a recursos sociais básicos.

Não coincidentemente, mas assediada pela realidade que me circunda e pela citação de Zaffaroni, no mural do PrEsp, que continua a ecoar na minha vida, me engajei nos planos de realizar mestrado, com o intuito de seguir a carreira acadêmica, a partir de um desejo, edificado durante a graduação, associado à minha trajetória pessoal de vida, eticamente responsável pelas construções históricas e sociais das quais faço parte. Para tanto, faz parte da construção deste trabalho traçar reflexões que consideram os egressos do sistema prisional a partir de uma visão holística, situados num contexto histórico-sócio-cultural e, também, biopsicológico de suma importância no processo de constituição subjetiva dos seres humanos.

Nessa direção, quando se fala sobre egressos prisionais, conforme vem expresso na Lei de Execução Penal (LEP) n. 7.210 de 11 de julho de 1984, é imprescindível abordar questões referentes ao processo de constituição dos sujeitos, às condições sociais que antecedem a entrada no sistema prisional, ao período de estadia nas cadeias, bem como ao processo de transição para a liberdade após o cumprimento da pena.

A conceituação de sujeito na teoria psicanalítica inclui uma bibliografia que discute noções sobre identidade, ego, Eu, *self*, narcisismo, ser, subjetividade entre outros termos. Para o alcance do atual trabalho será utilizada a visão dialética de Ogden (1996) a respeito dos

trabalhos de Freud, Klein e Winnicott, com algumas incursões no pensamento de Lacan com o cuidado que esse trânsito pelas veredas das diversas psicanálises oferece em termos de perigos epistemológicos. De modo sucinto, a concepção psicanalítica de sujeito está explícita na seguinte citação: “Quando falo do sujeito da psicanálise, refiro-me ao indivíduo na sua capacidade de gerar uma sensação de ‘eu-dade’ que experiência (subjetividade), por mais rudimentar e não-verbalmente simbolizada que essa sensação de eu-dade possa ser” (Ogden, 1996, p. 12).

A fase pré-penal dos “sujeitos típicos” que passaram pelo sistema prisional, ou seja, sujeitos que engrossam a massa carcerária por possuírem atributos sociais comuns, tais como: baixa renda, pouca escolaridade, acesso precário à alimentação, ao saneamento e à saúde, além de não contarem com uma assistência judiciária adequada no acompanhamento do seu processo penal, compreende uma fase marcada por condições degradantes da dignidade humana que fazem parte da realidade social brasileira e mantêm estreita relação com o fenômeno da criminalidade. Conforme Baratta (2002), a criminalidade compreende um processo de recrutamento de uma delimitada parcela da população dos estratos sociais inferiores.

Deve-se acrescentar que a relação existente entre a condição de miserabilidade social de determinados grupos sociais e o fenômeno da criminalidade vai além de uma associação simplista e preconceituosa entre pobreza e criminalidade/violência, mas abarca fatores complexos como a estigmatização penal, produção de uma população criminosa, desigualdades materiais e de direitos, bem como a banalização das injustiças sociais e étnicas.

Em relação a essa teia de discussões sobre a criminalização da pobreza, processos de exclusão social e sobre o funcionamento do sistema penal, Adorno assevera que isso não é “(...) exclusivo e típico da sociedade brasileira. Em outras sociedades, a discriminação socioeconômica é frequentemente associada e reforçada pela discriminação racial e étnica”

(Adorno, 1996, p. 1), como é o caso dos Estados Unidos que possuem uma tradição de conflitos entre brancos e negros. Portanto, o fato que se apresenta é que a criminalidade não permeia somente o mundo dos pobres e negros, mas os mecanismos punitivos atingem principalmente estes.

O período de vida dos egressos do sistema prisional, o qual antecede a entrada na senda do crime e do cárcere, sempre deve ser problematizado e compreendido dentro de um contexto sócio- histórico que influencia as formas de ser e de existir que correm sérios riscos de serem naturalizadas equivocadamente e, portanto, serem tratadas como imutáveis.

Essa condição de vida, marcada por elementos que tornam as pessoas mais vulneráveis socialmente, inclusive no que tange às ações penais, pode ser considerada uma condição de vida violenta, importante na manutenção do ordenamento que sustenta a estrutura social vigente. É uma condição caracterizada como violenta uma vez que ocorre à revelia da vontade do sujeito, configurando, assim, um tipo de violência social. Conforme Fagundes, no que diz respeito à violência social, “(...) a realidade externa se torna importante e a experiência psíquica na violência vai ter uma representação que pertence ao social” (Fagundes, 2003, p. 730).

Na trajetória histórica das pessoas egressas prisionais, as vivências de diferentes formas de violência e a condição de vulnerabilidade social da fase pré-penal, não se encerram com a entrada no sistema prisional, mas ganham novos contornos e diferentes teores que podem afetar os modos de subjetivação dos indivíduos.

Com a entrada no sistema prisional, os indivíduos precisam adaptar-se a um subsistema de vida em que são despojados de seus bens pessoais, de disposições afetivas e subjetivas e são inseridos numa rotina institucional regida por normas oficiais e não oficiais na luta pela sobrevivência. No dizer de Goffman (2008), as prisões são caracterizadas como instituições totais, ou seja, uma instituição que controla, amplamente, a vida dos indivíduos a

ela submetidos. Acentua, também, que essas instituições tendem a caracterizarem-se por um alto grau de agressividade e, inclusive, de violência, tanto simbólica quanto física, nos encarcerados.

A rotina artificial, as regras, as relações de poder e os mecanismos domesticadores do ambiente prisional conferem aos indivíduos presos novos padrões de referências e de ajustamento à cultura dos cárceres os quais geram insatisfações e desordens psicológicas, bem como criam sujeitos marcados subjetivamente por tal experiência.

O caráter punitivo das prisões foi discutido por Foucault (1987) no livro “Vigiar e Punir: história da violência nas prisões” que trata sobre a origem das prisões, as transformações no sistema penal e a “evolução” dos dispositivos punitivos e disciplinadores. Para esse autor, o que se engaja no aparecimento da prisão é a institucionalização do poder de punir que combina sábias técnicas de expiação, de repressão e controle as quais Foucault denomina, pode-se dizer, com certa ironia, de arte de punir. A arte de punir para ele é: “A penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeniza, exclui. Em uma palavra, ela normaliza” (Foucault, 1987, p. 153).

Como não é possível falar do indivíduo desenraizado da sua história de vida e da sua condição social, torna-se imprescindível abordar que as vivências anteriores à entrada no sistema prisional, somadas ao cotidiano áspero das prisões, podem provocar marcas irreversíveis na vida das pessoas que passaram pela privação da liberdade.

Presumindo que seria quase impossível passar pela experiência do cárcere de maneira ilesa, pode-se dizer que a liberdade configura-se como um benefício em curto prazo, uma vez que a passagem da prisão para a liberdade também significa ruptura do que foi deixado para trás - relações com os outros presos, rotina disciplinar, identidade com a criminalização - e implica reconstrução e readaptação da vida fora das grades.

O retorno à liberdade não se traduz apenas em perspectivas positivas para os egressos prisionais. A existência extramuros institucional da prisão remete a novas demandas aos egressos prisionais que, mesmo depois de terem cumprido a pena, poderão deparar-se com o preconceito e a falta de credibilidade perante a sociedade e, consequentemente, com dificuldades de ordem prática para manter a própria subsistência, além de terem que lidar com os aspectos deletérios do aprisionamento na subjetividade humana.

O processo de reinserção social dos egressos prisionais, portanto, abrange peculiaridades que provêm tanto do cenário social de modo mais amplo, como do âmbito individual da vida desses sujeitos que, de certa forma, foram violados no território do seu eu. Tendo em vista o caminho histórico dos egressos prisionais, marcado por restrições materiais, sociais e pela restrição de liberdade, é que se pode pensar a condição de desamparo postulada por Freud, ao longo da sua obra, como uma condição inerente ao ser humano passível de ser agravada por experiências de desrespeitos diretos à dignidade humana.

O termo alemão *Hilflosigkeit*² foi utilizado na obra freudiana para tratar sobre o funcionamento psíquico de qualquer pessoa frente ao desamparo, ou seja, refere-se à condição fundamental humana de não possuir garantias sobre o existir e encontrar-se sem ajuda ou socorro de outrem.

A noção de desamparo, a partir da ótica freudiana, como um estado de impotência do sujeito para lidar com as demandas da vida também é abordada por Marin (2002) numa articulação entre desamparo e violência e as possibilidades de subjetivação daí decorrentes. Essa autora aponta que para os sujeitos suportarem a condição de desamparo inerente ao ser humano, faz-se necessário recorrer ao campo simbólico, da representação e das palavras, caso contrário, a violência irrompe-se na tentativa de lidar com esse tormento quase insuportável.

² A noção freudiana de desamparo será abordada com mais detalhe capítulo 2, tópico 2.2.

Sobre esse aspecto é interessante notar que os egressos prisionais são sujeitos atravessados por inúmeros tipos de violência, ora como sujeitos atores da violência, ora a ela submetidos ou, simultaneamente, os dois casos. Tendo em vista a trajetória histórica da maioria dos indivíduos que passam pelo sistema prisional, considerando a fase pré-penal, o período na prisão e o retorno à liberdade, bem como a relação entre violência e desamparo como aspectos fundamentais nos processos de subjetivação, emerge o seguinte questionamento: Como os egressos do sistema prisional significam o processo de transição entre a prisão e a liberdade?

Creemos que o trabalho aqui proposto se justifica e decorre, em primeiro lugar, pelo fato de que, ao entrar contato com o público atendido pelo PrEsp da cidade de Uberlândia, mediante a realização de estágio no referido programa (como mencionado anteriormente) emergiu o interesse em estudar os temas – aprisionamento, desamparo e reinserção social – tendo os egressos prisionais como sujeitos protagonistas da pesquisa.

As experiências dentro do PrEsp possibilitaram um olhar para os objetivos contraditórios dos dispositivos de controle social (particularmente a prisão) presentes na nossa sociedade – que prendem com intenção de reintegrar, que batem com intuito de promover a paz e que oprimem, mas exigem dos sujeitos autonomia na condução das próprias vidas – mobilizando expectativas, afetos, estranhezas e reacomodações que instigam reflexões por meio do exercício da escrita do presente trabalho.

Somado a isso, verifica-se a importância de produções acadêmicas com estas temáticas por possibilitar uma aproximação do âmbito educacional/acadêmico com a realidade social na qual estamos inseridos, especialmente quando a pretensão trata-se de dar voz a um grupo de sujeitos que muitas vezes não possui essa oportunidade. Ou seja, é comum ter acesso às questões de violência e criminalidade veiculadas pelos meios midiáticos de maneira sensacionalista e grotesca, os quais apenas reforçam o imaginário social que considera os

sujeitos envolvidos com a criminalidade como monstros a serem brutalmente destruídos. Portanto, a relevância acadêmica também se justifica frente à tentativa de evitar um olhar míope sobre o assunto, muito embora as reflexões, ainda que sejam parciais, possam ampliar discussões sobre a temática.

No âmbito social, a produção acadêmica sobre os egressos prisionais mostra- se importante no sentido de elucidar pontos peculiares das necessidades e direitos básicos desses sujeitos que podem ser contempladas em políticas públicas e, ainda, pelo fato de que tomar conhecimento sobre os aspectos subjetivos no processo de reinserção social dos egressos prisionais pode contribuir com as práticas dos profissionais do referido Programa que lidam diretamente com o público em questão e das demais pessoas, estudantes e profissionais, interessados no assunto.

Na esteira da problemática apresentada, o interesse da presente pesquisa permeia a busca pela compreensão dos fatores implicados no fenômeno do aprisionamento, bem como os seus reflexos na transição entre a prisão e a liberdade na subjetividade dos egressos prisionais no processo de reinserção social. Para tanto, foram delineados os objetivos, apresentados a seguir.

Objetivo Geral

Compreender os sentidos de ser um sujeito egresso do sistema prisional na concepção dos próprios entrevistados.

Objetivos Específicos

- A. Investigar, sob a perspectiva dos egressos, se há um processo de reinserção.

- B. Descrever o processo de reinserção social dos egressos prisionais.
- C. Investigar as expectativas dos egressos do sistema prisional da cidade de Uberlândia com relação à vida em liberdade após o aprisionamento.

Esses objetivos foram buscados via utilização do método psicanalítico, assunto que é tratado no capítulo 3 deste trabalho, localizado na página 53.

Os demais capítulos que constituem o corpus deste trabalho compreendem: Capítulo 1 – Cenário legal e institucional sobre os egressos prisionais; Capítulo 2 – O sujeito, o egresso prisional e o desamparo; Capítulo 4 – Análises e discussões das entrevistas. Os dois primeiros capítulos formam dois blocos distintos: no primeiro, são abordados discursos legais e institucionais que envolvem a trajetória de vida dos egressos prisionais e, no segundo, é feita uma incursão em pensamentos a respeito dos egressos prisionais utilizando conceitos como sujeito, subjetividade e desamparo provenientes da Psicanálise. Já o quarto capítulo trata das análises e discussões das entrevistas por meio de uma análise descritiva dos colaboradores e do levantamento de temas que foram comuns a todos os entrevistados. Por fim, apresentamos nossas conclusões e considerações finais.

Capítulo 1 – Cenário legal e institucional sobre os egressos prisionais

Esse primeiro capítulo comprehende uma tentativa de acercar os discursos legais e institucionais a respeito dos egressos prisionais. Para tanto serão abordados, no primeiro tópico, aspectos relativos ao processo de criminalização da pobreza no qual o sistema judiciário recai desproporcionalmente sobre os pobres, bem como diferentes conceitos de violência, fenômeno complexo e delicado que, muitas vezes, acompanha as trajetórias pessoais dos egressos prisionais, de modo especial dentro da prisão. Na segunda parte, serão apresentados aspectos referentes às instituições prisionais e à transição da prisão para a liberdade que contempla discussões sobre a distância entre a legislação que dispõe a respeito dos egressos prisionais e a realidade das suas vivências, tendo em vista a enorme discrepância existente entre o que é proposto pela lei e o que realmente acontece.

1.1 Criminalização da pobreza: um fenômeno de violência

Seria plausível que o processo de expansão econômica, financeira e comunicacional do mundo globalizado significasse melhoria das condições de vida, de forma abrangente, nas sociedades. Contudo, o que a visualização da realidade nos apresenta é que as desigualdades sociais, de modo particular do nosso país, persistem e estabelecem um abismo entre as camadas mais baixas e as camadas mais elevadas da pirâmide social.

A elite política e econômica brasileira distancia-se dos segmentos mais pobres da sociedade por possuir atributos como o poder de consumo e o acesso privilegiado aos recursos tais como a saúde, a alimentação, o saneamento, a educação e o lazer. A alta concentração e má distribuição de renda por essa parcela delimitada da população, juntamente com a gestão

deficiente de políticas públicas, mantém estreita relação com a condição de miserabilidade de grupos sociais que vivem no limite da degradação humana.

Frente a essa condição brutal da realidade brasileira, seria simples e confortável associar a criminalidade às classes desfavorecidas como um mecanismo proveniente dos conflitos sociais e insatisfações com as restrições materiais às quais a maioria da população está submetida. Contudo, essa posição equivocada apenas reforça o preconceito de associar a criminalidade à pobreza e sustenta um discurso que polariza a sociedade entre a população que deve ser ferozmente combatida e a que deve ser defendida.

O que permeia o discurso sustentado e difundido pelos dispositivos midiáticos de massa e que fortalece a organização atual da nossa sociedade é a manipulação dos estereótipos da população que vive nas favelas e nos bairros periféricos, associando o lugar e as pessoas ao mundo do crime, da desonestidade e da tribulação. De acordo com Coimbra e Nascimento (2005), a classe pobre é tratada, equivocadamente, como mais suscetível a doenças e vícios, além de ser considerada eivada de uma moral duvidosa, representando um perigo social que deve ser extinto.

Sobre isso poderíamos pensar que a pobreza deve ser extinta ou diminuída, não porque possui uma suposta propensão natural a doenças e a vícios, mas por estar exposta a fatores que a favorecem a tais aspectos, como a baixa qualidade de vida.

Concernente à questão da pobreza, no caso brasileiro, Pereira (2006) discorre sobre a importância de relativizar o conceito de pobreza destacando quatro conceitos fundamentais. Para essa autora, a primeira noção é a de pobreza relativa, que seria fruto da má distribuição das riquezas produzidas socialmente. Nesse primeiro conceito, cabem as ideias marxistas sobre as classes sociais em que determinadas parcelas da população sempre serão mais pobres que outras mais privilegiadas economicamente. A segunda qualificação de pobreza traçada

pela autora é a pobreza absoluta que mantém estreita relação com a luta pela sobrevivência e a não satisfação das necessidades básicas dos indivíduos.

Ainda conforme Pereira (2006), os conceitos de desigualdade social e exclusão social são equivocadamente associados à pobreza. No primeiro caso, trata-se da desigual distribuição de renda. A autora destaca que pode haver desigualdade social sem haver pobreza, ao mesmo tempo em que se pode melhorar a renda das camadas mais pobres da população sem, contudo, extinguir a desigualdade social.

Já no tocante à exclusão social, a autora amplia esse conceito ao englobar outras minorias sociais (pessoas com deficiência, idosos, negros) que não necessariamente são pobres, mas, em determinadas circunstâncias, são excluídas da participação efetiva da sociedade pertencente. Sobre a pobreza e exclusão social a autora instiga também o pensamento sobre o funcionamento do capitalismo que necessita da integração da população pobre no mercado de trabalho assalariado para reprodução do capital. Assim os pobres não estariam excluídos, mas à margem do sistema capitalista.

A noção de pobreza utilizada neste trabalho considera todos os pontos abordados anteriormente, contudo pondera que, no caso das pessoas que povoam as instituições penais, o ponto peculiar é primordialmente a desvantagem econômica, social, cultural e educacional frente às relações de poder que estabelece, como alvo das ações penais, espaços físicos e populações bem delimitadas.

Tendo em vista o processo de criminalização da pobreza, a trajetória de uma parcela considerável das pessoas que passaram pelo sistema prisional é marcada por um fenômeno social, que antecede a entrada na prisão, permeada pela miserabilidade e por condições de desigualdades, não apenas materiais, mas também desigualdades de direitos.

As ações do dispositivo judiciário policial recaem de forma prioritária sobre a população das classes baixas, de modo que a massa carcerária é formada na sua maioria por

sujeitos pobres, mas que não representa de maneira fiel o conjunto total de infratores (Zaluar, 1996; Wacquant, 2001). Os dizeres de Sá (2000) complementam a ideia de seletividade do sistema penal.

A sociedade tende a criminalizar as pessoas vulneráveis no seu todo: vulneráveis no seu ser econômico, social, cultural e psíquico. A sociedade precisa dessas pessoas frágeis, para, às suas custas, garantir o respeito à legalidade, provar o rigor da lei e ostentar a todos o “poder do rei” (p. 10).

O fenômeno da criminalidade implica uma complexidade que vai além da repressão policial ou da violação das leis incidindo sobre aspectos qualitativos das pessoas envolvidas. Eis um questionamento: por que certos comportamentos ilegais são considerados comportamentos criminosos passíveis de punições severas e outros não?

A esse respeito Coelho (2005) pontua que existem diferenças brutais na concepção de crime e nas ações penais empreendidas, quando determinado delito é cometido por pessoas de alta respeitabilidade e prestígio social, em detrimento das pessoas das classes sociais mais baixas, quando cometem alguma infração. De forma sucinta: “Embora cometam atos *objetivamente idênticos*, ao marginalizado social caberá as formas desaprovadas do crime; aos indivíduos de *status* social mais elevado, as formas mais elevadas ou neutras” (Coelho, 2005, p. 283).

Seguindo esse pensamento de qualificação das penas conforme as pessoas que cometem os delitos, temos os crimes de “colarinho branco” que constituem, evidentemente, violações da lei, mas que não estão capitulados no código penal (Coelho, 2005). Portanto, a justiça criminal faz uma distinção cruel entre os crimes cometidos por pessoas dos níveis mais altos da sociedade e os criminosos comuns e pobres. Os primeiros raramente são processados ou, com a ajuda de uns bons e caros honorários advocáciaos, nunca chegarão a ser presos, enquanto que as pessoas do segundo caso estarão sujeitas aos mais terríveis processos de degradação humana e social e quiçá terão a defesa de um advogado particular.

De acordo com Tavares (2011), na teia das relações de poder, o dispositivo da criminalidade operado por diversas instâncias sociais como as prisões, os abrigos, as unidades de internação para jovens, equipamentos policiais, produzem subjetividades criminosas e uma verdadeira ditadura sobre os pobres.

As colocações sobre essa organização social de mapeamento da pobreza na explicação da criminalidade são de suma importância, pois o presente trabalho busca elucidar trajetórias de egressos prisionais que representam os sujeitos que mais facilmente caem nas malhas da justiça, ou seja, pessoas que possuem acesso precário aos direitos sociais básicos.

Outra perspectiva de vislumbrar o ingresso na criminalidade das pessoas provenientes de contextos marcados pela vulnerabilidade social é fazer a leitura de que os atos criminosos podem ser uma forma de reivindicar, consciente ou inconscientemente, um lugar ou uma forma de estar presente no mundo.

Tal ótica considera relevante o movimento de criminalização da pobreza, mas também confere às pessoas desprovidas financeiramente a capacidade e o desejo de pleitear bens materiais e culturais disponíveis na sociedade ou simplesmente construir uma vida melhor por meio de atos criminosos.

De modo geral, essas pessoas não tiveram condições de acessar a educação escolar, não possuem os requisitos mínimos para ingressar no mercado de trabalho formal e, ao mesmo tempo, vivem num contexto de oferta intensa de drogas e armas que alimentam o tráfico de drogas. Tal cenário configura-se como a base social perfeita de recrutamento, especialmente dos jovens, para o mundo da criminalidade.

Sobre essa relação da criminalidade com a necessidade do ser humano de sentir-se aceito e pertencente a um grupo, Soares (2003) pontua que as políticas de segurança pública precisam atingir a fome, não apenas a fome física, mas uma “(...) fome de existir, a necessidade imperiosa de ser reconhecido, valorizado, acolhido” (p.77).

Nos caminhos percorridos pelos egressos prisionais a violência é um fenômeno que se faz presente assumindo contornos variados. Um exemplo refere-se à fase que antecede a prisão, na qual a violência social que cerca a história dessas pessoas vem de encontro aos pontos explicitados anteriormente em que as classes subalternizadas seguem percursos de judicialização da vida por meio da criminalização da pobreza. Observa-se, assim, que a temática a respeito da violência abarca diferentes conceitos e formas que, em certa medida, possui uma aproximação aos aspectos das vivências dos egressos prisionais, não apenas em um certo momento delimitado, mas ao longo das suas trajetórias históricas.

As questões da criminalidade e das desigualdades sociais remetem, também, à efetuação do medo, da desconfiança e da violência, que não são fatores infundados, mas marcam presença no nosso cotidiano. O fenômeno da violência é algo complexo e a tentativa de compreendê-lo precisa considerar seu caráter polissêmico, multifatorial e dinâmico, de tal forma que, nas relações humanas, considerar o que é e o que não é violência constitui um desafio.

Recorrendo à normatização sobre a palavra violência, tal qual apresentado no dicionário Aurélio (2001), a definição de violência aparece como um ato que causa algum dano moral ou físico. Etimologicamente, de acordo com Cunha (1997), violência provém do latim *violentia* que significa forçar, coagir, exercer violência sobre. Prevalece, então, nessas significações a noção de violência sob a perspectiva de uma ação, a qual implica, necessariamente, a produção de um determinado efeito.

De início, já é possível observar que discorrer sobre o conceito de violência não é algo simples. Nas definições da Organização Mundial de Saúde (2002), a violência aparece associada à intencionalidade do uso da força física ou do poder, real ou por ameaça, contra si mesmo, contra outra pessoa ou contra um grupo de pessoas. Desse conceito emergem três grandes categorias: a violência auto infligida, a violência interpessoal e a violência coletiva.

Entre os efeitos da violência aparecem a lesão, a morte, danos de ordem psicológica ou física, problemas de desenvolvimento ou de privação.

Adorno (1988) conceitua violência:

Uma forma de relação social; está inexoravelmente atada no modo pelo qual os homens produzem e reproduzem suas condições sociais de existência. Sob esta óptica, a violência expressa padrões de sociabilidade, modos de vida, modelos atualizados de comportamento vigentes em uma sociedade em um momento determinado de seu processo histórico (Adorno, 1988 apud Guerra 1998, p. 31)

Marin (2002) também traz contribuições importantes sobre o tema da violência. Para a autora, existem violências no plural e conceitua a violência fundamental como algo que chega a se confundir com a própria subjetividade.

É a esse momento paradoxal de encontro/desencontro que chamo de violência fundamental: o contato com uma ruptura, com uma possibilidade de plenitude, mas que paradoxalmente permite a criação do novo – é a possibilidade da expressão subjetiva -, do surgimento do Eu e do outro. Mãe/filho, educador/educando, analisando/analisado, numa relação que não é aprisionada na rede imaginária da perfeição e sim na possibilidade da construção e criação social, à medida que existem *outros* e mais *outros* (Marin, 2002, p. 83).

A respeito da violência, Freud (1920) aponta que ela está presente na sociedade humana e representa certa rivalidade que faz parte de todos nós, inclusive no que concerne à busca pela manutenção da vida.

Sobre a vida instintual humana, é imprescindível destacar a importância capital das contribuições freudianas. Freud (1933) no seu texto “Por que a guerra” discorre sobre os dois tipos de instintos humanos: os instintos eróticos que operam na autopreservação como uma pulsão de vida e os instintos agressivos que atuam no sentido da destruição a serviço da pulsão de morte. Esse enfoque da teoria pulsional de Freud acarreta certa complexidade ao fenômeno da violência uma vez que considera aspectos agressivos intrínsecos aos seres humanos que os influenciam nas suas relações entre os pares.

Na perspectiva do processo civilizatório e de acordo com os regulamentos que a vida em sociedade impõe aos instintos humanos, Freud (1930) aponta para o fenômeno da

sublimação como possibilidade de canalização da violência para fins de valores sociais importantes para a convivência em comunidade.

Sob outra ótica, é interessante, além de reconhecer a violência marcada como uma dimensão do mundo interno dos indivíduos, perceber a violência presente no mundo externo, qualificada como social, política e econômica, que pode encontrar registro num funcionamento psíquico/social perverso de longa data, no qual um grupo minoritário e dominante elege uma circunscrita parcela da população como “bode expiatório” das mazelas que permeiam todos nós.

A esse respeito Fagundes completa brilhantemente: “Odeia-se e destrói-se violentamente o diferente, por provocar dor psíquica quando a ilusão do ideal fusional da unidade não se mantém e se rompe” (Fagundes, 2003, p.727). O que se percebe é a tentativa de garantir que a violência pertença a outras pessoas, ocupe outros espaços, outras classes, mas nunca dentro de cada um de nós.

Outra noção importante sobre violência é trazida por Costa (1986). Ele argumenta que a violência só está presente no contexto das relações humanas em que existe o emprego da agressividade com desejo de destruição. Portanto, conforme o autor, a violência difere de uma mera expressão instintiva e necessita ser percebida como tal pela vítima, pelo agressor ou por quem observa.

Como é possível perceber, a complexidade e a amplitude do conceito de violência implicam uma delimitação do que se pretende enfatizar como os aspectos da fase pré-penal das pessoas que passaram pela privação de liberdade. Isto é, nas configurações da nossa sociedade atual, regida pelo modelo econômico capitalista, a violência social, representada especificamente pelo abuso de poder entre os homens e restrições de direitos de uma parcela da população, é um artefato que mantém estreita relação com a entrada no sistema prisional.

É importante destacar que não se trata de uma tendência ou pré-disposição inata dessas pessoas ao crime, mas de um rol de elementos que as tornam mais vulneráveis socialmente, inclusive no que tange às ações penais. A distinção entre delinquente e infrator apontada por Foucault (1987) é primordial nesse momento da discussão.

Conforme esse pensador, o infrator comprehende aquele indivíduo que infringiu as normas jurídicas estabelecidas, enquanto que o delinquente não é o seu ato, mas a sua vida que o caracteriza. Ainda segundo Foucault (1987, p.211),

O delinquente se distingue do infrator pelo fato de não somente ser o autor do seu ato (autor responsável em função de certos critérios da vontade livre e consciente), mas também de estar amarrado a seu delito por um feixe de fios complexos (instintos, pulsões, tendências, temperamento).

O cuidado que deve ser tomado sempre que se fala das pessoas que passaram pela privação da liberdade - os egressos prisionais - é justamente a capacidade de colocar em suspensão certos pré-conceitos e irrigar as reflexões e os pensamentos com uma avaliação cuidadosa de aspectos individuais, familiares, sociais e econômicos antes de traçar um perfil de delinquente para esses sujeitos.

Percebe-se que o caminho dos egressos do sistema prisional é pontilhado de espinhos e que as vivências de diferentes formas de violência na fase pré-penal não se encerram com a entrada no sistema prisional, mas ganham novos formatos que podem atingir o processo de subjetivação dos indivíduos.

Apresentam-se a seguir elementos sobre a prisão, sua infraestrutura, o modo de funcionamento que rege a vida dos encarcerados e as possíveis implicações da experiência do aprisionamento nas subjetividades daqueles a ela submetidos.

1.2 O sistema prisional, a vida na prisão e a transição para a liberdade

A aplicação de castigos e punições nas sociedades humanas àqueles que transgrediram leis sociais, afrontaram a natureza, desrespeitaram deuses ou ofenderam governantes poderosos existe desde os tempos mais remotos. O que se pode observar com a história dessas práticas é a mudança dos objetivos penais que variam desde purgar o crime com rituais (os suplícios), marcados por alto teor de sofrimento físico dos infratores, até o intuito de controlar todas as disposições do indivíduo por meio do aparato prisional que representa “a institucionalização do poder de punir” (Foucault, 1987, p. 107). A origem das prisões é tratada pelo filósofo Foucault e o que se pretende destacar da sua obra para os limites desse trabalho, que visa contemplar as consequências do aprisionamento na vida dos egressos do sistema prisional, é o olhar crítico que esse autor lança sobre o encarceramento penal que engloba de uma só vez “a privação de liberdade e as transformações técnicas dos indivíduos” (Foucault, 1987, p. 197).

Para o referido autor, a prisão é um dispositivo disciplinar exaustivo que visa à transformação do comportamento e da alma dos indivíduos. O encarceramento fabrica, assim, não somente corpos disciplinados e submissos mas atinge o nível da representação e da consciência abstrata.

A prisão, sua arquitetura e as enormes muralhas que a cercam retiram do alcance do olhar da sociedade aqueles que ela despreza e impõe aos sujeitos encarcerados uma rotina que é estranha ao próprio indivíduo. Ou seja, a vida dentro das prisões é formalmente administrada, de tal modo que os sujeitos são desapropriados de sua autonomia e passam a ser observados e controlados em todas as atividades diárias.

Como já foi mencionado anteriormente, Goffman (2008) inclui as prisões dentro do grupo das instituições totais, as quais, conforme o autor, possuem um caráter de fechamento, visam controlar todas as disposições dos indivíduos, ao mesmo tempo em que protegem a sociedade mais ampla dos indivíduos que foram isolados.

Sá (2005) também discorre sobre a prisão e classifica graves problemas carcerários em dois grandes grupos: o primeiro, diz respeito à má gestão da coisa pública, que acarreta problemas tais como presídios sem a infraestrutura mínima necessária (material e humana) e superpopulação carcerária; o segundo problema é inerente à própria natureza da pena privativa de liberdade, ou seja, o isolamento do preso, a sua segregação em relação à sociedade, a convivência forçada no meio delinquente, entre outros.

O sistema prisional assume objetivos para além da punição de crimes, sendo que impõe aos detentos múltiplas penalizações que variam desde a exposição às diversas enfermidades, à violência, ao uso de drogas, às condições insalubres de sobrevivência. De modo geral, as prisões representam o completo descaso sádico por parte dos governantes, dos políticos e da sociedade como um todo, as quais tratam os detentos com escárnio total.

Sá (2000) resgata as contribuições que a Psicanálise pode oferecer ao identificar no funcionamento psíquico humano dois importantes mecanismos de defesa: a projeção e a cisão.

O autor em questão retoma a contribuição ímpar de Freud (1985) sobre a projeção: mecanismo de defesa vinculado às manifestações psíquicas como a fobia, o masoquismo e o sadismo. Segundo Sá (2000), na relação entre as pessoas que cometeram algum tipo de delito e foram presas e as demais pessoas que compõem a sociedade num sentido global, o deslocamento de aspectos internos insuportáveis para fora de si, para o ambiente e para outras pessoas é a artimanha perfeita que o Ego encontra para se isentar de responsabilidade e de culpa sobre os sofrimentos infligidos aos presos.

Outro mecanismo de defesa, dentro da visão psicanalítica, que pode corroborar para a insensibilidade das pessoas frente à situação de vida dos presos é a cisão (“splitting”). Conforme Freud (1938), através da cisão o indivíduo divide suas vivências, divide o que é “bom” e o que é “mau”, separa o amor e o ódio e seguindo o mesmo raciocínio, pode afastar

os “cidadãos de bem” dos bandidos. De acordo com os dizeres de Sá (2000), por meio da projeção e da cisão os criminosos passam a concentrar todos os males da humanidade.

Os sujeitos presos perdem então a liberdade, a individualidade e a afetividade passa a ser delineada especialmente por relações embrutecidas, uma vez que as integridades físicas e mentais dos sujeitos encarcerados encontram-se em constante ameaça e recebem apenas o descaso daqueles que os condenam.

As vivências dentro da prisão sempre estarão marcadas pelo peso de que os indivíduos que ali se encontram estão cerceados de sua liberdade. Com base nessa realidade, se a vida na prisão é austera e se as relações sociais estão corroídas pelo tempo, isto não é passível de ser mudado por meio do simples desejo das pessoas submetidas a essa determinação. A truculência cotidiana da prisão implica um reposicionamento do sujeito no mundo.

Baratta (2002) vislumbra o processo de socialização do preso a partir de dois fenômenos: o da “desculturação” e o da “aculturação” ou “prisionização”. O primeiro remete à desapropriação dos aspectos necessários para a vida em liberdade e distanciamento da realidade do mundo externo. O segundo refere-se à assimilação das atitudes, comportamentos, valores da cultura carcerária. Essa dupla ordem de relações é primordial para que o indivíduo consiga sobreviver dentro da prisão, meio predominantemente coletivo e massificado.

O processo de desadaptação e adaptação exposto acima vem ao encontro do que Goffman (2008) aponta como “exposição contaminadora” dentro das instituições totais.

No mundo externo, o indivíduo pode manter objetos que se ligam aos seus sentimentos do eu – por exemplo, seu corpo, suas ações imediatas, seus pensamentos e alguns de seus bens – fora do contato com coisas estranhas e contaminadoras. No entanto, nas instituições totais esses territórios do eu são violados; a fronteira que o indivíduo estabelece entre seu ser e o ambiente é invadida e as encarnações do eu são profanadas (Goffman, 2008, p. 31).

O fenômeno da exposição contaminadora, a barreira entre o encarcerado e o mundo externo, a perda dos bens materiais, a perda do nome³, a perda da identidade, as posturas que traduzem imagens inferiores do indivíduo e as operações da rotina institucional são, conforme Goffman (2008), processos de mortificações do eu.

A vida íntima e reservada dentro das prisões é impraticável, os sujeitos são violados no território do seu eu e da sua dignidade. Os rebaixamentos, as degradações, as humilhações no dia a dia da prisão colocam a violência sempre em causa. Assim, de acordo com Baratta (2002) “a maneira pela qual são reguladas as relações de poder e de distribuição de recursos (...) na comunidade carcerária, favorece a formação de hábitos mentais inspirados no cinismo, no culto e no respeito à violência ilegal” (p. 185). A violência no sistema carcerário é ilegal, porém institucionalizada.

A vida no interior das grades, portanto, é marcada por expropriações de direitos, de satisfações e do movimento. Juntamente com as precárias condições de habitabilidade dos estabelecimentos penais, podem tornar as experiências do aprisionamento cada vez mais ásperas e difíceis de serem elaboradas mesmo quando as pessoas retornam a liberdade.

Considerando que seria impossível passar pela experiência da privação da liberdade de forma intacta, a saída do sistema prisional significa o restabelecimento de alguns aspectos da vida na sociedade mais ampla, mas também implica o contato doloroso com perdas irrecuperáveis e imposições legais que podem acompanhar os egressos prisionais por tempo indeterminado. Sendo assim, o processo de reinserção social dos egressos prisionais e de reconstrução das suas vidas em liberdade também contempla aspectos da legislação que versa sobre os egressos prisionais, mas que geralmente não condiz com o que realmente acontece na prática.

³No processo de execução penal, ao ser admitido no sistema prisional, o preso adquire um número de inscrição que será utilizado no Sistema Integrado de Informações Penitenciárias – InfoPen. Portanto, dentro das instituições prisionais, os presos são identificados por um número e não pelo nome.

A Lei número 7.210 de 11 de julho de 1984 que institui a Lei de Execução Penal (LEP) considera como egresso: 1) o liberado definitivo, pelo prazo de 1 (um) ano a contar da saída do estabelecimento; 2) o liberado condicional, durante o período de prova. Para a realização do presente trabalho existe uma peculiaridade quanto às pessoas que são consideradas egressas prisionais.

Atualmente, na cidade de Uberlândia, não existe a Casa do Albergado, que é o local adequado e designado para se cumprir a pena em regime aberto. Assim sendo, a despeito da lei, os sentenciados que estavam em restrição de liberdade (presos) e estão em cumprimento do regime aberto que possuem as mesmas condições das pessoas em regime condicional, serão considerados egressos do sistema prisional nos enquadres do presente trabalho.

Conforme a LEP, o livramento condicional implica as seguintes condições aos egressos: obter ocupação lícita dentro de um determinado prazo; comunicar periodicamente ao juiz sua ocupação; não mudar de comarca sem prévia autorização. As obrigações que o juiz pode impor são: não mudar de residência sem comunicação; recolher-se à habitação em hora fixada; não frequentar lugares como bares, boates, casas de jogos e congêneres.

Pode-se observar que, ao sair da prisão sob os regimes condicional e aberto, as pessoas encontrarão, pelo menos por um determinado tempo, várias restrições na retomada de sua rotina e algumas mudanças devem ser comunicadas ao juiz.

Outro aspecto interessante é que a primeira determinação imposta às pessoas que saem da prisão é a obtenção de um emprego lícito e com prazo fixado. Contudo essa imposição legal abarca um enorme desafio ao egresso prisional.

Primeiro, considerando a trajetória de vida da maioria da população carcerária, encontram-se pessoas com baixo nível de escolaridade e que raramente possuem alguma qualificação profissional. Em Minas Gerais, conforme dos dados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), tendo como referência o mês de dezembro de 2012, da

população carcerária total contabilizada em 51. 598 presos, um montante de 26.337 possuíam apenas o ensino fundamental incompleto.

Segundo, a maioria das empresas que poderiam oferecer vagas aos egressos exige a certidão negativa da justiça criminal, o famoso “nada consta”. Por óbvio, as pessoas que saíram do sistema prisional não conseguirão ocupar um posto de trabalho nessas empresas e terão ainda mais restritas as oportunidades de conseguir um emprego.

Terceiro, se acontecer de o egresso prisional conseguir um emprego lícito, conforme está explícito na LEP, ele terá que adequar sua jornada de trabalho dentro dos horários estabelecidos pelo juiz⁴, precisará comunicar formalmente (através de uma declaração) ao juiz sobre seu emprego e necessitará ser dispensado de pelo menos um período do dia de serviço entre o dia primeiro e o dia dez de cada mês para se dirigir ao (PrEsp) ou à Vara de Execução Penal (VEC) uma vez por mês para assinatura mensal do Termo de Apresentação.

Mediante os aspectos apresentados, é possível observar que existe uma distância entre a determinação legal e aquilo possível de ser realizado na prática. Essa lacuna entre a lei e a realidade não ocorre apenas no tocante às imposições do livramento condicional, mas também quanto àquilo que está previsto sobre a assistência ao egresso.

O artigo 25 da LEP diz que a assistência ao egresso consiste: a) na orientação e apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade; b) na concessão, se necessário, de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo de dois meses.

Sobre o primeiro aspecto, fica expressa a obrigação do Estado em orientar e apoiar os egressos prisionais; contudo, a determinação legal é bastante vaga, não assinalando diretamente a que instituições o egresso poderá recorrer em caso de necessidade. Um ponto diferencial sobre o acompanhamento dos egressos prisionais da cidade Uberlândia e outros municípios do estado de Minas Gerais que contam com o programa PrEsp, refere-se ao fato

⁴ Salvo os casos nos quais o egresso solicitou autorização para o juiz para trabalhar nos horários em que deveria estar recolhido em sua habitação.

de que tal programa conta com profissionais e um aparato capaz de subsidiar o egresso no seu retorno à liberdade. Contudo, o ideal seria que a existência de programas com a finalidade de orientar e apoiar os egressos prisionais fosse uma prioridade dentro das políticas sociais e de segurança pública para funcionarem efetivamente.

No tocante ao segundo ponto, sobre disponibilizar alojamento e alimentação, a situação é mais complexa, uma vez que, na maioria dos casos, a ajuda com a qual os egressos podem contar é de instituições do Estado (albergues) ou de Organizações Não Governamentais de acolhimento que possuem uma realidade de superlotação e infraestrutura precária.

O abismo entre a LEP e a realidade é um fator que torna mais intrincado o processo de reintegração social dos egressos prisionais, tendo em vista que, qualquer apoio aos egressos, na visão do senso comum e das pessoas mal informadas, pode assumir um tom de benesse e assistencialismo e não uma garantia de direitos previstos e estabelecidos em leis.

Tendo em vista que o contato com os egressos prisionais ocorreu por intermédio do PrEsp e este Programa existe, de certa forma, em função de um contexto político, legal e institucional bem amplo, cumpre, neste momento do trabalho, apresentá-lo.

O PrEsp pertence à Coordenadoria de Prevenção à Criminalidade (Cepec) da Secretaria de Estado de Defesa Social (Seds). Fundado no ano de 2003, trata-se de um Programa do governo de Minas Gerais que funciona ao lado de outros programas como Fica Vivo!, Mediação de Conflitos e Central de Penas Alternativas.

O PrEsp é um equipamento da política pública de inclusão social e atua na prevenção terciária, ou seja, possui ações voltadas para pessoas que já passaram pela privação da liberdade. O programa conta uma equipe de profissionais das áreas de Direito, Psicologia, Serviço Social, Ciências Sociais, bem como estagiários de cada área. Além da cidade de Uberlândia, o programa está presente em outros dez municípios mineiros, são eles: Belo

Horizonte, Betim, Contagem, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Governador Valadares, Ipatinga, Juiz de Fora, Montes Claros e Uberaba.

As atividades do PrEsp englobam uma visão macro e micro política de inclusão social dos egressos prisionais. No âmbito macro político, as ações estão direcionadas à promoção de diálogo junto aos diferentes segmentos da sociedade com o intuito de corresponsabilização pelas condições de inclusão dos sujeitos que passaram pelo sistema prisional. Na esfera micro política, estão presentes todas as ações direcionadas à redução da vulnerabilidade pessoal e acesso aos direitos sociais.

Seguindo a visão de trabalho apresentada anteriormente, o PrEsp adota os seguintes objetivos: a) Ampliar as condições para o conhecimento e acesso do público aos direitos previstos na Lei de Execução Penal; b) Viabilizar o acesso aos direitos sociais para potencializar condições de cidadania; c) Reduzir fatores estigmatizantes; d) Apresentar alternativas descriminalizantes de cumprimento de condicionalidades impostas pelo sistema penal; e) Contribuir na diminuição dos impactos subjetivos da prisionização e; f) Contribuir na ressignificação de processos históricos e socioculturais de opressão (www.seds.mg.gov.br).

Na cidade de Uberlândia, o meio de acessar os egressos prisionais e disponibilizar os serviços prestados pelo programa é a realização do acompanhamento da assinatura mensal do Termo de Apresentação. Para o início da assinatura, todas as pessoas encaminhadas pela VEC são acolhidas no PrEsp e na mesma ocasião é realizada uma entrevista psicossocial na qual o profissional apresenta as atividades oferecidas pelo programa. Entre as atividades encontram-se: atendimento jurídico, psicológico e social para os egressos prisionais e seus familiares; encaminhamento para a rede parceira; trabalhos em grupos entre outras.

Tendo em vista as determinações legais previstas na LEP, o PrEsp configura-se como um equipamento público primordial no processo de retorno à liberdade e na construção e consolidação dos direitos sociais das pessoas egressas prisionais. No entanto, sabe-se que o

Programa está inserido dentro de uma política pública de governo, a qual possui ligação a uma determinada ideologia e a interesses diversos, o que implica na importância de estabelecer reflexões contínuas sobre seu alcance e efetividade na prática.

Para além dessa leitura legalista e institucional sobre os egressos prisionais, é importante considerar como a realidade fora da prisão vai significando-se para eles e os possíveis impactos que a experiência da prisão e a transição para a liberdade podem acarretar no modo de ser e estar no mundo desses sujeitos.

Capítulo 2 – O sujeito, o egresso prisional e o desamparo.

Esse segundo capítulo é dedicado à reflexão do seguinte questionamento: Que sujeito é esse que “deságua”⁵ na cadeia? Essa reflexão é fundamental, pois sem ela incorremos na naturalização da condição de presidiário ou mesmo do egresso do sistema prisional, apagando qualquer possibilidade de abarcar o humano presente nessas pessoas. Além disso, serão apresentados alguns pensamentos sobre os conceitos de subjetividade e processos de subjetivação que podem colaborar na leitura sobre as experiências dos egressos prisionais, de modo especial, no tocante à transição aprisionamento - liberdade.

2. 1 Um sujeito, antes de presidiário ou de egresso prisional

A definição de ser humano é algo tão complexo que a clivagem entre indivíduo e contexto seria um equívoco quando a pretensão é entender o processo de constituição dos sujeitos. Sabe-se que para cada termo – ser, humano, indivíduo, sujeito, pessoa – existem compreensões a depender do ponto de vista e da posição teórica utilizada. No recorte do presente trabalho, pretende-se considerar que existe uma parcela do sujeito que não se reduz ao que é apenas do âmbito social, muito embora possa influenciar e ser influenciada por ele.

Em termos genéricos, a concepção de sujeito emerge em um momento histórico, cultural e intelectual do século XVIII, nomeado de Iluminismo. Esse momento foi caracterizado por várias transformações no âmbito político, social, filosófico, econômico, cultural e científico. Os pensamentos dessa época foram compilados por meio da Encyclopédia, obra composta por 35 volumes, que foi utilizada para divulgar os ideais iluministas (Darnton, 1996).

⁵ Utilizamos a expressão “desaguar” para dizer que, entre alguns caminhos possíveis, algumas pessoas fazem esse percurso até chegarem à prisão, mas que não é uma condição natural ou a única possível.

Entre os ideais do período Iluminista encontra-se a noção de sujeito racional/consciente, autônomo e capaz de alcançar a liberdade. Refletindo sobre a relação entre sujeito e objeto, conforme os pensamentos dessa época, Herzog (2004) complementa: “No âmbito da relação sujeito/objeto, prevaleceu, acompanhando essa injunção, a ideia de uma adequação do objeto ao sujeito, referendando a questão da soberania do sujeito cognoscente ou do sujeito da consciência sobre o objeto conhecido” (p.42).

O ponto de partida sobre o modo de conceber o “sujeito” confere destaque à razão humana e ao ideal de que o sujeito consciente poderia encontrar uma verdade absoluta questionando os modos de pensar pré-existentes. A máxima dessa ideia iluminista/racionalista é contemplada na frase do filósofo francês René Descartes: “Penso, logo existo”.

Essa noção preliminar a respeito do sujeito é radicalmente alterada com a chegada da Psicanálise e a introdução do conceito freudiano de inconsciente, passando a existir, dentro do âmbito psicanalítico, não apenas um conceito de sujeito, mas várias noções a esse respeito.

Antes de traçar reflexões sobre as mudanças que Freud empreendeu na reformulação do conceito de sujeito, faz-se necessário reconhecer que o termo sujeito, embora tenha relevância central, não foi utilizado por Freud, sendo assim a compreensão psicanalítica sobre o assunto aparece apenas de forma implícita nos seus documentos.

O primeiro ponto de destaque para discorrer sobre o sujeito dentro da visão psicanalítica consiste em dar atenção para a inauguração do que é chamado de metapsicologia freudiana. Conforme Freud (1915), a metapsicologia, tal como o prefixo *meta* indica, transcende à psicologia, configurando-se como um campo teórico interessado no que vai além da consciência.

Com a introdução do conceito de inconsciente, por Freud, a concepção sobre o sujeito também passa por modificações, alterando a noção do pensamento tradicional sobre o sujeito

cognoscente. Freud (1917) postula que a Psicanálise oferecia uma reconceituação do sujeito por meio do descentramento do homem consigo mesmo.

Tal recolocação do sujeito no mundo teria ocorrido de formas diferentes no decorrer da história com a evolução das pesquisas científicas. Os três golpes no narcisismo humano (Freud, 1917), são: O primeiro, golpe cosmológico, por meio da obra de Copérnico, constata-se que é o planeta Terra que gira em torno sol e não o contrário; O segundo, golpe biológico, deve-se à reestruturação darwiniana que discorre sobre a ascendência animal do homem, retirando-o da posição de superior ou diferente dos animais; O terceiro, golpe psicológico, refere-se às descobertas do campo da psicanálise que descentra o homem da consciência e resume-se na seguinte frase de Freud “*O ego não é o senhor da sua própria casa*” (Freud, 1917, p. 153).

Há ainda uma quarta ferida narcísica apontada por Kaës (1988), o qual discorre sobre os sujeitos e as instituições. Conforme o autor:

(...) a vida psíquica não está exclusivamente centrada num inconsciente pessoal, que seria como uma espécie de propriedade privada do sujeito individual. Paradoxalmente, uma parte dele mesmo, que o mantém na sua própria identidade e que compõe o seu inconsciente, não lhe pertence propriamente, mas às instituições sobre as quais se apoia e que se mantém por esse apoio (Kaës, 1988, p. 23)

Já Ogden (1996) em seu livro intitulado “Os sujeitos da psicanálise”, faz uma leitura da definição dos sujeitos em psicanálise utilizando-se do conceito de dialética do filósofo Hegel. Para Hegel (1807), dialética é um processo em que há contraposição contínua de elementos opostos que ele nomeia como tese e antítese. A síntese seria o resultado da integração desses elementos, tese e antítese, que nunca se realizaria integralmente. Seguindo essa noção de dialética hegeliana, Ogden (1996) discorre sobre a noção de sujeito para Freud, Klein e Winnicott.

Para Freud (1940[1938]), o consciente e o inconsciente são sistemas coexistentes e complementares, sendo o processo de continuidade e diferenciação o gerador da experiência.

Portanto, “O sujeito, para Freud, deve ser procurado na fenomenologia daquilo que se encontra nas relações *entre* consciência e inconsciente” (Ogden, 1996, p. 15).

Klein (1935) pensa a respeito das organizações psíquicas utilizando-se do conceito de “posições” (esquizo-paranóide e depressiva) para diferenciar os agrupamentos de afetos – como angústias e defesas – das fases do desenvolvimento, pois estes podem ocorrer em diferentes estágios da vida.

Associada a cada uma das posições está uma qualidade particular de angústia, além de formas de defesa e relação objetal, um tipo de simbolização e uma qualidade de subjetividade. Juntas, essas qualidades da experiência constituem um estado de ser característico de cada uma das posições (Ogden, 1996, p. 30).

Já o sujeito, para Winnicott (1951), comprehende um inovador conceito de espaço potencial entre mãe e bebê. Tal espaço constitui-se como uma área intermediária entre a realidade e a fantasia permeada de movimentos dialéticos (interno versus externo e unido versus separado) que constituem o sujeito. “Cada uma dessas dialéticas representa uma faceta diferente da interdependência entre subjetividade e intersubjetividade” (Ogden, 1996, p. 45).

As proposições apresentadas até o presente momento, embora sejam pouco profundas tendo em vista a densidade das elaborações de cada autor sobre a temática do sujeito, tornam-se indispensáveis, pois ensejam novos pensamentos sobre o sujeito egresso prisional que, entre várias possibilidades, realiza uma entrada vital no caos da experiência do cárcere.

A associação do processo dialético, utilizado por Ogden (1996), às reflexões sobre as várias formas de se pensar constituição do sujeito confere uma fluidez relevante para entender as contradições (que não se excluem, mas se complementam), de modo especial entre subjetividade e intersubjetividade, que sustentam um modo de ser e estar no mundo possível frente à tanta tragicidade que a história da maioria dos egressos prisionais contempla.

Nesse entremeio, é difícil deixar de mencionar as contribuições ímpares de Lacan que estabeleceu uma conceituação de sujeito da psicanálise, como o sujeito do inconsciente e o

sujeito do desejo (Lacan, 1966). Para o referido autor, o sujeito não “nasce” ou se “desenvolve”, mas se constitui no encontro com o Outro.

A categoria de Outro (utilizando “o” maiúsculo) apresentada por Lacan, trata-se não apenas do adulto responsável pela sobrevivência do neonatal desamparado, mas também do adulto responsável pela inserção do recém-nascido em um cenário de mundo social e cultural já preexistente. O Outro não é simplesmente uma pessoa física, mas toda uma ordem simbólica introduzida por quem é responsável por cuidar do bebê (Elia, 2004).

O que chega ao bebê através do Outro materno não é um conjunto de significados a serem por ele meramente incorporados como estímulos ou fatores sociais de determinação do sujeito com os quais interagiria, a partir de sua carga genética, na “aprendizagem social” de sua subjetividade. O que chega a ele é um conjunto de marcas materiais e simbólicas – significantes – introduzidas pelo Outro materno, que suscitarão, no corpo do bebê, um ato de resposta que se chama sujeito (Elia, 2004, p. 41).

A partir da perspectiva de Lacan sobre o Outro, Melman (1992) faz uma leitura sobre o fenômeno do alcoolismo, da delinquência e da toxicomania pontuando que a coletividade tem o lugar de Outro, uma vez que as estruturas sociais também são simbólicas. A entrada na ordem simbólica por uma outra via e não pela ocorrência do recalque primordial dos movimentos pulsionais seria o cerne da delinquência. “O que caracteriza a delinquência é que o acesso ao objeto é organizado não pelo símbolo, que é o quinhão comum de todos os neuróticos, mas pela apreensão, pelo rapto, pela violação” (Melman, 1992, p. 42).

O mesmo autor assevera ainda que os atos delinquentes são, em certa medida, simbólicos, pois o que está em voga não são apenas os aspectos meramente materiais do delito mas diferentes ânimos que movimentam os sujeitos nesse sentido. Conforme as próprias palavras de Melman:

As condutas do delinquente são simbólicas de uma falta, e de uma falta essencial, uma vez que é a falta de acesso ao objeto que conta. Não este ou aquele objeto, nem mesmo de objetos dos quais ele faz coleção em sua diversidade heteróclita. Trata-se de uma falta de acesso a este objeto que comanda o gozo, isto é, ao falo. É, portanto, precisamente a falta de tomada pela ordem simbólica, na medida em que esta dá acesso a este objeto essencial, que não deixa o delinquente outro recurso que não seja

o do rapto, da apreensão violenta, da violação. Mesmo porque não há para ele outra maneira de entrar em relação com o falo, de detê-lo, de possuir dele uma parte, se deseja manter-se na virilidade (Melman, 1992, p. 44).

Pensando a relação do sujeito com a falta e os meios de que se lança mão para aplacar, ou preencher essa lacuna existente, não só quando se pensa no delinquente mas em qualquer indivíduo, é que o conceito de “sujeito desejante” faz sentido. De acordo com Herzog (2004, p. 47) “o sujeito é designado como desejante, entendendo-se o desejo não apenas como uma busca do que não se tem, do que falta, mas, principalmente, como busca do que nunca se terá (...”).

É interessante abordar sobre a problemática da “falta” na constituição dos sujeitos, pois, quando se fala dos egressos prisionais, o cuidado consiste em não tratá-los como anjos, tampouco como demônios, mas como pessoas que também encerram a humanidade em si. Assim, as noções de sujeito para a Psicanálise ajudam a refletir sobre os sujeitos de forma desprendida da questão da consciência, esclarecendo que as pessoas podem ocupar diferentes posições subjetivas não passíveis de entendimento meramente pela via da razão.

No caso das pessoas que deságuam no sistema prisional, é possível ainda vislumbrar que existem certas confusões subjetivas entre a “falta” e a privação social as quais resultam numa busca por objetos/coisas através do crime numa tentativa de sanar essas desordens ou como um apelo a algo que promova um traço constitutivo. Sendo assim, frente à ditadura midiática que impõe sonhos pré-fabricados e modelos perfeitos de sujeitos de sucesso, o crime seria uma promessa frente a essas demandas. Promessa não cumprida, irreal, mas, ainda assim, uma promessa.

Acerca a questão sobre a reinserção dos egressos prisionais é um desafio, uma vez que é preciso cuidado para não maximizar a importância do contexto social em detrimento do que é puramente singular e vice-versa, e sim encarar o processo como algo que entrelaça diversos fatores.

Pensando sobre o sujeito que “deságua” na cadeia, juntamente com o cenário social, legal e institucional discutido anteriormente no primeiro capítulo, emerge uma nova questão: quais as perspectivas de vida podem vislumbrar os egressos prisionais que vivenciaram inúmeras precariedades e restrições ao longo da vida?

Sá (2000), um estudioso com uma extensa carreira dentro do serviço penitenciário, traçou algumas ponderações acerca do processo de reintegração social. O autor questiona sobre quais as reais e objetivas oportunidades os egressos encontram ao retornar para a liberdade, para tanto recorre ao texto de Freud (1930) “O mal-estar na civilização”.

Conforme Freud (1930), todo prazer é momentâneo e surge do contraste frente o desprazer. O sofrimento e a dor também acontecem facilmente e provêm de três fontes distintas: do corpo (doenças); do mundo externo (natureza); e das relações entre os homens (civilização). No tocante à fonte de dor proveniente dos relacionamentos sociais, nem as instituições criadas pelo próprio homem podem livrá-los dos males da cultura e do embate infindável entre as exigências instintivas do indivíduo e as da vida em grupo.

Na trilha dos pensamentos de Freud (1930) sobre os sacrifícios dos instintos do prazer em prol de uma sociedade civilizada, Sá (2000) retoma uma intrigante questão sobre quem são os beneficiados de uma provável recompensa garantida pela vida civilizada. E é nesse ponto que, para o referido autor, ocorre uma diferença fundamental marcada pela injustiça. A resposta para o questionamento, nas palavras do próprio autor, é a seguinte:

(...) só uma minoria, constituída pelos ricos, por alguns abençoados pela sorte e pelos opressores é que têm a ganhar com as perdas sofridas, pois só eles compartilham dos benefícios, benefícios da terra e todo o instrumental necessário para cultivá-la, do dinheiro, do trabalho digno e salário justo, benefícios da cultura, do conhecimento, da ciência, da filosofia, da arte, do lazer e muitos outros (Sá, 2000, p.8).

Tendo acompanhado o provável percurso de vida da massa carcerária, considerando a fase pré-penal e a vida dos sujeitos dentro das prisões, a arbitrariedade das normas da civilização concorreria em desfavor dos egressos prisionais e o benefício resultante da

repressão da civilização sobre os impulsos instintivos seria, apenas, a evitação da dor (Sá, 2000).

As perspectivas de vida dos sujeitos marcados por tantas precariedades ganham contornos limitados e complexos. Ironicamente, a LEP estabelece o prazo fixo de 1 ano, a partir da data da liberação, no qual uma pessoa que passou pela privação de liberdade é considerada egressa prisional, contudo a marca dessa passagem pela prisão poderá acompanhar a pessoa pelo resto de sua vida.

A leitura da dimensão subjetiva das vivências dos egressos prisionais possui caráter de urgência, pois a liberdade, por mais desejada que seja pelos presos, causa medo, uma vez que representa o início de uma vida da qual o próprio indivíduo e a sociedade cobram um recomeço e uma reorganização.

O conceito de subjetividade não é transparente e muito menos algo fácil de delimitar. Existem tensões entre a dicotomia indivíduo versus contexto e, também, entre campos teóricos que buscam refletir sobre a densidade do encontro entre o sujeito e o social e outras polaridades, tais como exterioridade versus interioridade e biológico versus cultural, por exemplo.

A respeito da questão da subjetividade, Prado Filho e Martins (2007) defendem os aspectos históricos, sociais e políticos como produtores de subjetividade. Nas palavras dos próprios autores:

A subjetividade se produz na relação de forças que atravessam o sujeito, no movimento, no ponto de encontro das práticas de objetivação pelo saber/poder com os modos de subjetivação: formas de reconhecimento de si mesmo como sujeito da norma, de um preceito, de uma estética de si (p. 17).

Sobre a produção de subjetividade, Prado Filho e Martins (2007) destacam ainda sobre a diversidade de formas e modos históricos de existência, que dentro do capitalismo “(...) estéticas de subjetividade, fetichizadas, investidas de valor, transformam-se em mercadorias a serem consumidas pelos indivíduos” (p. 17).

Atendendo a ordem de estar dentro de uma dinâmica social consumista das sociedades capitalistas, Guareschi (2004) assevera que as pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social acabam sucumbindo a uma forma de “integração perversa” (p.150), na expressão do próprio autor, através do trabalho na economia criminosa.

A necessidade de condições mínimas de pertencimento e filiação remete diretamente ao processo de construção da nossa identidade e aos modos de subjetivação que dependem, necessariamente, das relações sociais e do outro. Esses aspectos colocam em voga os modos de subjetivação da maioria dos egressos prisionais que passam, desde o período que antecede a entrada no sistema prisional, por privações sociais e por vários tipos de violência que, irremediavelmente, irão afetar a subjetividade dessas pessoas.

Já na perspectiva dos pensamentos de Freud, o autor Figueiredo (2001) em seu texto “Mal estar e subjetividade brasileira”, apresenta a seguinte concepção:

(...) a subjetividade (o aparelho psíquico) é constituída na e pela lógica da suplementaridade. Neste caso, um certo desprazer é constitutivo, na medida em que não se pode pensar mais em uma subjetividade sobre a qual se abate o ‘mal-estar’, mas em uma subjetividade que se constrói em e como conquista de um certo desprazer que é, ao mesmo tempo, a condição para a procura de múltiplas formas de felicidade, qualitativamente diferenciadas (Figueiredo, 2001, p.62).

O mal estar diz respeito às imposições (controles culturais e sociais e consequente renúncia pulsional) que a vida em sociedade impõe à natureza humana e com as quais os sujeitos precisam se haver ao longo da vida.

Freud (1921) escreve no parágrafo introdutório do texto “Psicologia de grupo e análise do ego” que desde o princípio a psicologia individual é ao mesmo tempo psicologia social. Essa asserção permite pensar sobre a concepção de que o homem é indissociável do seu contexto social e sobre como cada indivíduo se constrói como sujeito social e desenha seus caminhos. Nessa direção, a suposta oposição entre o que é do domínio individual e o que pertence ao âmbito coletivo não se sustenta na Psicanálise, de acordo com os pensamentos freudianos.

Faz- necessário destacar que, embora seja possível um diálogo entre as concepções de subjetividade apresentadas acima, elas são bastante distintas das compreensões dentro do âmbito psicanalítico, sendo que na Psicanálise existe a suposição de que é do lugar inconsciente de onde o sujeito fala.

A subjetividade dos egressos prisionais é colocada em voga, não só por causa da experiência do aprisionamento mas por todas as prováveis injustiças ao longo das suas vidas. Depois da experiência de viverem cercados por grades, os egressos retornarão ao convívio social mais amplo e precisarão resgatar a autonomia, reconstruir vínculos e se estabelecer no mundo extramuros da prisão.

Todos os acontecimentos no processo histórico de vida dos egressos prisionais podem ingressar na construção da subjetividade e o peso do rótulo ex-presidiário e de características atribuídas a esses sujeitos – periculosidade, desconfiança, descrédito – acentuam as dificuldades no retorno à liberdade.

Acerca das questões sobre rótulos, Goffman (1978) assevera que eles têm como objetivo inferiorizar um grupo e subjugá-lo em relação aos demais. Os indivíduos rotulados estariam inabilitados para a aceitação social de forma plena constituindo, assim, o estigma. Para os egressos prisionais o estigma compreende viver com o fardo de uma dívida impagável aos olhos daqueles que continuam a condená-los mesmo após o cumprimento da pena.

Partindo do entendimento de que a história de vida das pessoas é algo contínuo e não apenas acúmulo de experiências, é razoável considerar não apenas o conceito de subjetividade mas os processos de subjetivação que podem relacionar - sujeito, crime, prisão e liberdade – e as diferentes formas de presença no mundo.

Peixoto Júnior (2004) retoma a seguinte problemática de Nietzsche para discorrer sobre a subjetivação: “Afinal, o que estamos fazendo de nós mesmos?” (p.12). A questão colocada implica uma conceituação dos processos de subjetivação como um movimento

criativo envolvendo o que somos e nos transformamos num emaranhado de forças entre indivíduo, sociedade e o tempo histórico que é vivenciado. Usando os próprios termos do autor:

A subjetivação é um processo de composição de modos de vida que passa a se definir prioritariamente pelos encontros de corpos, entendidos como contrações imanentes dos elementos ou forças que compõem um campo, em uma perspectiva experimental que recusa de forma radical qualquer dimensão transcendente. Nessa ética da subjetivação, não há apenas o imprevisto e o casual, mas também a conquista de um governo de si que enseja a condução contingente do próprio processo (Peixoto Junior, 2004, p.12-13).

A ideia de subjetivação carrega em si uma perspectiva de continuidade, mas que não é operada sem o que se entende por subjetividade. A diferenciação entre subjetividade e subjetivação compreende: “Enquanto a subjetivação é o contato da dobra do si com as outras forças que compõem um plano de imanência, a subjetividade é composta por núcleos surgidos na superfície da dobra, em função da desaceleração do processo de subjetivação (Peixoto Júnior, 2004, p. 13). Assim sendo, a subjetividade pode ser entendida como o ponto de partida e chegada do processo de subjetivação.

Ao pensar sobre os diferentes modos de subjetivação, é particularmente interessante notar que em cada tempo histórico existem estruturas sociais complexas que interferem nesse procedimento. Sabe-se, por exemplo, que na época denominada de modernidade a padronização e os modelos pré-existentes de referências limitavam a formação subjetiva ditando aquilo que se é e deverá tornar-se. Portanto, existiam moldes e padrões normativos a serem perseguidos pelos sujeitos.

Já os tempos atuais, que recebem diferentes nomenclaturas (por exemplo: pós-modernidade, modernidade tardia, hipermodernidade, modernidade líquida) juntamente com discursos dos autores justificando a nomeação que conceberam, parecem produzir modos de subjetivação em que os ancoradouros subjetivos rígidos se desfaleceram, dando lugar ao que é fortuito e momentâneo.

Dessa transformação ocorrida nos modos de subjetivação da atualidade é importante apreender que estamos inseridos numa sociedade que preza o consumismo exacerbado, de tal modo que as desordens entre o ter e o ser também estão presentes no fenômeno da subjetivação causando um curto-circuito, especialmente para aqueles que sequer conseguem ter acesso aos direitos sociais básicos.

A respeito da inserção dos jovens na sociedade de consumo, Moreira, Rosário e Costa (2008) no texto “Criminalidade juvenil no Brasil pós-moderno: algumas reflexões psicossociológicas sobre o fenômeno da violência” discutem:

Assim, diante da inexistência de limites que imponham ao sujeito a escolha de meios legítimos para o alcance dos padrões de pertencimento à sociedade de consumo, os quais se referem exclusivamente à maior ou menor facilidade que encontra no acesso aos objetos postos à disposição pelo mercado, não é de se estranhar que a violência ou o crime sejam o caminho escolhido por muitos para o alcance desses objetos significantes da identificação e do pertencimento social (Moreira et al, 2008, p.1029).

Considerando o consumismo como um imperativo do modelo de produção capitalista, o qual pode interferir substancialmente nos processos de subjetivação, nossa pergunta, a exemplo da questão de Nietzsche, seria: Ser um sujeito egresso do sistema prisional é uma forma de subjetivação?

A formulação do presente questionamento engloba a história de vida dos sujeitos que passam por vários processos caóticos (incluindo a transição liberdade - prisão - liberdade) e a ideia de que, embora exista tragicidade nesse percurso de vida e na condição de ser um sujeito egresso prisional, ainda assim existiriam possibilidades de subjetivação. Ser egresso prisional não seria apenas uma definição legal que vem instituída na LEP mas corresponderia a uma maneira de significar a realidade e traçar um modo de subjetivação que, paradoxalmente, seria ao mesmo tempo trágico e vital.

2.2 As transições liberdade-prisão-liberdade: o duplo desamparo

A vida dos egressos prisionais é marcada por pelo menos duas transições significativas: a entrada para o sistema prisional e o retorno à “liberdade”. Essas passagens delimitam não apenas novos espaços onde as pessoas irão viver mas abarcam modificações na rotina, nos relacionamentos e no modo de ser dessas pessoas.

Os autores (Baratta, 2002; Foucault, 1987; Sá, 2005; Zaffaroni, 1991), que discutem sobre a questão penitenciária e foram abordados anteriormente, deixam amostras da realidade dos detentos nas prisões e de quão danosa tal experiência pode ser às subjetividades dos sujeitos a ela submetida.

No tocante à entrada no sistema prisional, o destaque refere-se ao desprendimento dos atributos necessários para a vida em liberdade e à incorporação de novos padrões de ser, viver e relacionar condizentes com a cultura carcerária. Adaptar-se à crueza das condições degradantes da prisão não é uma questão de escolha, mas torna-se praticamente uma imposição para a sobrevivência dos sujeitos.

A prisão constitui um meio predominantemente coletivo e umas das estratégias de manutenção da vida dentro desse espaço é a formação de laços sociais através do mecanismo de identificação. Conforme Freud (1921), o processo de identificação é a mais antiga demonstração de um laço afetivo com o outro. Em uma situação em que o indivíduo compartilha de inúmeras mentes grupais, ele pode abandonar seu ideal de ego e substituí-lo pelo ideal do grupo.

Considerando os ataques frontais que o aparato carcerário inflige à integridade física e psicológica dos indivíduos, a identificação e o pertencimento grupal seriam fatores protetores dentro da prisão. Pode-se dizer, ainda, que esses fenômenos corroborariam frente ao sentimento de desamparo despertado pela severa transição entre a liberdade e a reclusão.

O início do uso da palavra desamparo (*Hilflosigkeit*) na obra freudiana está presente no texto “Projeto de uma psicologia científica” (Freud, 1985), quando o autor faz referência à insuficiência psicomotora primitiva em que os seres humanos nascem. Conforme Birman (1999), a palavra desamparo aparece com um uso adjetivo nos primórdios dos discursos freudianos e, somente após um percurso temporal, teórico e clínico de Freud é que a utilização da palavra desamparo como substantivo indica a elaboração de um conceito.

Ao seu estilo, Freud nos ensina por meio dos escritos “Além do princípio do prazer” (Freud, 1920) e “Inibição, sintoma e angústia” (Freud, 1926), que o sentimento de desamparo é uma condição fundamental dos seres humanos e que a vivência desse sentimento pode ser reeditada ao longo da vida dos indivíduos.

Já entre as obras de Freud que possuem reflexões importantes de cunho sociocultural, vale destacar os textos “O futuro de uma ilusão” (Freud, 1927) e “Mal-estar na civilização” (Freud, 1930). Em tais escrituras o pensador retoma a discussão sobre o desamparo ao discorrer sobre a falta de perspectivas e garantias dos seres humanos, os quais recorrem à criação de deuses, da religião e da cultura na tentativa de compensá-la, além da renúncia pulsional como condição para viver em sociedade.

Seguindo o caminho de reflexão de Freud sobre o desamparo, a entrada no sistema prisional corresponderia a um momento de exacerbação da experiência do desamparo que pode ou não ser tão dilacerante dependendo dos recursos e estratégias utilizadas por cada indivíduo para lidar com esse sentimento. Ou seja, sustentar a ilusão⁶ dos laços sociais dentro do sistema prisional por meio de consórcios com outros presos corresponderia a uma tentativa de minimizar efeitos do desamparo.

Outra transição importante vivenciada pelos egressos prisionais é o retorno para a liberdade, sendo que, mais uma vez, a realidade social fora dos muros institucionais impõe-se

⁶ O conceito freudiano de ilusão corresponde a uma crença originada pela realização de um desejo (Freud, 1927). Nesse caso a necessidade de proteção e de pertencimento ao grupo.

ao sujeito, demandando respostas objetivas e subjetivas quase de imediato a sua saída do cárcere.

A recolocação do sujeito no mundo fora das grades e a condição de ser egresso do sistema penitenciário é algo complexo. Os sujeitos precisam conjugar aspectos relacionais consigo mesmo, reconstruir referências, recuperar vínculos e reprender a sanar suas necessidades de alimentação, locomoção e ocupação que, na cadeia, estavam sob a tutela do Estado.

Retornar à rotina comum em liberdade, lidar com os efeitos deletérios da institucionalização e, ainda, deixar para trás a identificação e as relações com os outros presos representa uma ruptura que, novamente, pode retomar o peso do desamparo fundamental.

A temática do desamparo fundamental é complexa, pois envolve um pressuposto de uma incapacidade humana de se “defender” de certas situações em que o sujeito estaria numa condição de insocorribilidade. Sousa (1999) apresenta reflexões sobre o assunto e assevera “(...) que não só o ser humano apresenta um desamparo originário, como este se deve à insuficiência imunológica a ataques virulentos vindos do exterior” (p. 242).

Com a inserção desse novo pensamento sobre a inaptidão para lidar com as ofensivas a que estamos suscetíveis ao longo da vida, o referido autor provoca certas diferenciações entre grupos de pessoas mais ou menos vulneráveis a determinados acometimentos sofríveis. Nas próprias palavras de Sousa,

(...) ainda estamos longe de compreender porque certas populações são mais vulneráveis do que outras a ataques virulentos e porque se deixam destruir sem esboçarem sequer uma defesa manifesta. Que todos somos portadores de um desamparo originário que é responsável, inclusive, por uma insuficiência constitutiva do aparelho psíquico, não se discute. Essa é uma importante descoberta freudiana. Que a subjetividade humana se manifesta, ainda que de forma evanescente, pela via psicopatológica, também não se discute. Mas ainda que sejamos todos iguais, há uns que são mais iguais do que outros constituindo, assim, um enigma que pede imperativamente um esforço de pesquisa e de compreensão. A esse desamparo adicional que, como uma paixão, expõe o sujeito ao extermínio é que estou denominando de insuficiência imunológica psíquica (Sousa, 1999, p. 243).

Na captura da concepção sobre a insuficiência imunológica psíquica, poderíamos entender que os egressos prisionais podem ocupar esse agrupamento de pessoas mais vulneráveis em certos momentos no curso das suas histórias de vida.

As trajetórias acidentadas das pessoas que passaram pela privação de liberdade e os rituais de passagem liberdade - prisão - liberdade podem ser fatores determinantes na reedição do desamparo humano ou colocariam essas pessoas em uma condição que chamaríamos de duplo desamparo? O duplo desamparo⁷ se configuraria no sentido de que ao retornar a vida em liberdade os egressos também perdem o que construíram na cadeia: os relacionamentos, o conjunto de referências, hábitos, valores e identificações. Ou seja, a condição de desamparo humano de não possuir garantias sobre a vida/ o existir, e encontrar-se sem ajuda ou socorro de alguém, somada a condição de desamparo dos egressos prisionais ao sairem da prisão, configuraria o duplo desamparo.

O estabelecimento do conceito de duplo desamparo para qualificar o processo de reinserção social dos egressos prisionais precisa ser pautado por algumas reflexões sobre o termo reinserção.

Entre os significados do prefixo “re” na constituição das palavras, encontra-se o sentido de repetição. Por óbvio, algo só pode ser considerado repetido, se ocorreu anteriormente. No entanto, quando se ouve falar, desatentamente, sobre a reinserção das pessoas que estiveram algum tempo em privação de liberdade, o que parece óbvio não é tão evidente assim. Ou seja, se a expressão reinserção social é utilizada para tratar sobre o processo de retorno à liberdade dos sujeitos após o aprisionamento, significa que, anteriormente, na fase pré-penal, esses sujeitos estiveram inseridos socialmente. Doce ilusão! Assim, surge uma nova questão: Que tipo de inserção foi essa anterior à prisão?

⁷ A hipótese do duplo desamparo levantada no trabalho corresponderia à situação que o egresso se encontra ao sair da prisão.

Como já foi discutido anteriormente, sabe-se que as pessoas que mais facilmente caem nas malhas da justiça no Brasil provêm das periferias das cidades que formam os cinturões de pobreza do nosso país. Se tais pessoas são oriundas desses locais, o próprio termo “periferia” já denuncia que, ao falar sobre inserção social, faz-se necessário ponderar se, supostamente, existiu uma condição de inserção, esta ocorreu nos moldes do que é possível quando se vive à margem da sociedade, tanto geográfica quanto socialmente. Portanto, pode-se até pensar em inserção social, mas de uma outra forma que ocorreria pelo avesso do que é aceito ética e moralmente, ou seja, seria uma inclusão através do crime, da violência e da rebelião.

Nesse entremeio, a situação das pessoas dentro do ambiente carcerário também pode - por mais absurdo que isso possa parecer - significar uma forma de amparo e inclusão. A prisão é um recinto que, através da contenção do espaço físico, insere as pessoas numa ordenação própria, à qual o indivíduo precisa adaptar-se para manter-se vivo e da qual é difícil desvincilar-se.

Sendo assim, quando se aborda a questão da (re) inserção social dos egressos do sistema carcerário no presente trabalho, sempre haverá um parêntese que abre discussões sobre uma realidade social tecida, mais prioritariamente, por mecanismos segregadores do que por movimentos de inclusão.

Considerando as reflexões acima, a discussão sobre a condição de duplo desamparo em que o egresso pode encontrar-se ao sair da prisão contempla o fenômeno de que a passagem para vida em liberdade implica no processo de (re) inserção social em que esses sujeitos terão que se haver com o desamparo humano e a “falta” que nunca poderá ser preenchida, juntamente com as perdas do que foi edificado dentro da cadeia.

Capítulo 3 – Método

A presente pesquisa constitui-se como uma pesquisa qualitativa, em que foi utilizado o método psicanalítico para interpretação das entrevistas. Norteia a escolha dos sujeitos uma tentativa de dar conta do processo vivenciado entre a libertação e o momento em que são considerados egressos do sistema prisional. Porém, antes de prosseguir, cabe uma discussão sobre as possibilidades e limites de inclusão da pesquisa psicanalítica entre as pesquisas qualitativas.

Os caminhos percorridos

Sobre a pesquisa qualitativa, González Rey (1999) discorre que “(...) é um esforço na busca de formas diferentes de produção do conhecimento em psicologia que permitam a criação teórica acerca da realidade plurideterminada, diferenciada, irregular, interativa e histórica, que representa a subjetividade humana” (p. 35).

Considerando a complexidade do processo de construção de conhecimento em psicologia, são características da investigação qualitativa: a) o investigador é o principal instrumento; b) pretende ser mais descritiva; c) há mais interesse pelo processo do que pelos resultados e produtos; d) os investigadores tendem a analisar seus dados de forma indutiva e, por fim; e) o significado é de importância vital para as abordagens qualitativas (Bogdan & Biklen, 1994).

Ainda sobre a pesquisa qualitativa, Turato (2005) confere destaque ao processo de “significação” dos eventos a serem investigados. Para o autor, “O *significado* tem função estruturante: em torno do que as coisas significam, as pessoas organizarão de certo modo suas vidas (...)” (p. 509). Ou seja, são os significados atribuídos pelas pessoas a determinados fenômenos que dão molde as suas vivências e constituem-se como alvos a serem apreendidos

pelo pesquisador, bem como conferem à pesquisa qualitativa a característica de um campo de múltiplas interpretações tendo em vista que o pesquisador também confere um sentido ao fenômeno apreendido.

Sobre o envolvimento do pesquisador dentro do modelo qualitativo de pesquisa, Pinto (2004) assevera que inevitavelmente existe uma associação entre a pesquisa e a subjetividade e a realidade do pesquisador. A autora considera, assim, a pesquisa qualitativa como “(...) um processo personalizado e dinâmico de investigação” (p.74), fundamentalmente construtivo e interpretativo.

Considerando os pensamentos dos autores acima sobre a pesquisa qualitativa, é possível vislumbrar que esse modelo de investigação envolve interativamente o pesquisador e aquilo que se pretende investigar, assumindo a impossibilidade de neutralidade científica e apreciando a produção de sentido sobre o fenômeno estudado como o ponto mais fecundo dentro da pesquisa.

Por sua vez, o campo psicanalítico abarca um corpo articulado de conhecimentos que leva em consideração a relação entre os sujeitos (transferência e contratransferência), a existência do inconsciente como uma entidade psíquica e a interpretação, fatores importantes na colheita de informações sobre o indivíduo. Estudiosos como Bucher, Bleger, Herrmann e Nogueira, para ficarmos com alguns autores e atentos aos limites do trabalho, tratam da pesquisa em psicanálise.

Conforme Bucher (1989), a Psicanálise visa à produção de sentidos na transmissão comunicativa que vai “além do manifesto, do banal, do visível e do consciente (...)” (p. 71). Frente a essas peculiaridades do saber psicanalítico, o contato com o outro é único e impossível de ser concebido antecipadamente. Ou seja, aprecia-se a existência do inconsciente não como um reservatório mnemônico das vivências passadas, mas como fruto das relações transferenciais.

Bleger (1980) discorre sobre os “dados” psicanalíticos como fruto de uma relação interpessoal envolvendo o analista. O autor sustenta, ainda, que, com tal envolvimento, não se perde a objetividade, mas, ao contrário, maior objetividade pode ser alcançada quando a subjetividade está incluída.

Tal concepção a respeito do método em Psicanálise é contrária a certos pensamentos científicos positivistas que visam alcançar uma suposta objetividade do que está sendo estudado minimizando as interferências, de modo especial, a do pesquisador.

Nessa direção, Rosa e Domingues (2010) asseveram que “A psicanálise porta uma dimensão própria de sujeito e de objeto, a qual constitui o seu método específico de pesquisar e em que o desejo do pesquisador faz parte da investigação e o objeto da pesquisa não é dado a priori, mas sim produzido na e pela investigação” (p. 182), via a interpretação.

Sobre a interpretação, cremos que é possível sustentar com Herrmann (1991) que o fundamento da pesquisa psicanalítica é o seu método, e que esse é interpretativo. O mesmo autor assevera que é via o processo interpretativo que se produz o conhecimento.

O método interpretativo opera como produtor de sentidos, agindo no singular de cada circunstância. Durante as entrevistas os sujeitos discorrem sobre aquilo que eles querem que o entrevistador saiba, desse modo, é o processo interpretativo que possibilita a escuta do “entre” presente na relação analítica entrevistado e entrevistador. Assim, tem-se a noção apontada por Orlandi (2001) “*o sujeito é a interpretação. Fazendo significar ele significa*” (p. 22). Dentro do trabalho interpretativo pretende-se, a partir dos discursos dos participantes, extraír noções sobre as vivências dos egressos prisionais as quais possam culminar num significado de ser egresso do sistema prisional.

Deve-se acrescentar que Nogueira (2004) apresenta uma noção distinta sobre a metodologia científica em Psicanálise: para ele, a psicanálise é uma pesquisa e só pode ser aplicada dentro de uma relação analítica. Para o referido autor, a aplicação da teoria

psicanalítica sobre os eventos, fora da relação e do tratamento analítico, é uma ideologia. Essa concepção contrapõe-se à posição de Herrmann (1991), de que sempre que o investigador leva algo em consideração, indagando os sentidos dos eventos humanos, está fazendo psicanálise.

Retomando as contribuições de Pinto (2004), a autora inclui a Psicanálise – com seu modelo específico de pesquisa – entre as teorias utilizadas como base na pesquisa qualitativa e a classifica como “(...) a mais fecunda dentre elas” (p. 77). Enfim, sustentamos com essa autora, que a psicanálise pode ser considerada uma pesquisa qualitativa.

Colaboradores

Dentro de uma proposta deste estudo, foram recolhidos depoimentos de egressos do sistema prisional que saíram recentemente da prisão e estavam até um ano em liberdade. Os convidados a participar abarcam colaboradores há um mês, dois meses, três meses, seis meses, nove meses e um ano em liberdade, com o intuito de contemplar diferentes momentos desse processo e as mudanças que podem acontecer com o decorrer do tempo fora da prisão.

Foram entrevistados sete colaboradores para descrição do processo que investigamos, sendo que um deles não atendia aos critérios estabelecidos, pois estava há mais de sete anos em liberdade. No entanto, ele foi entrevistado ao se prontificar a participar da pesquisa quando ouviu o convite que estava sendo feito para outra pessoa. Optamos por utilizar os conteúdos trazidos por tal entrevistado frente à relevância das informações obtidas.

Os colaboradores convidados a participar são egressos do sistema prisional em cumprimento do regime aberto ou do livramento condicional, inscritos no PrEsp da cidade de Uberlândia.

Entrevistas

Foram realizadas sete entrevistas, com sete colaboradores, que leram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, garantindo o caráter voluntário da participação, assim como o respeito às normas éticas que norteiam a realização de pesquisas com seres humanos.

Optamos por entrevistas semiestruturadas em que, a partir dos pontos de interesse dos objetivos, contidos no roteiro de entrevista (Anexo A), os entrevistados puderam falar livremente à medida que referiam às pautas assimiladas. Conforme Queiroz (1987), a entrevista semiestruturada permite o estabelecimento de núcleos de interesse, pressupõe um roteiro, indica uma direção a ser seguida pelo pesquisador e, ao mesmo tempo, possibilita uma adequação ao universo de vida dos sujeitos.

O registro das informações levantadas foi feito por meio da gravação de áudio e posterior transcrição das entrevistas. Para Queiroz (1992) a utilização da gravação permite a obtenção da riqueza dos dados, pois é possível alcançar o que está explícito no discurso dos entrevistados além de permitir uma análise do que está implícito. Vale destacar que para a apresentação dos trechos selecionados, foi realizada a “transcrição” das informações, retirando-se erros gramaticais e vocativos, sem contudo, descharacterizar a fala do participante. Alguns trechos, que aparecem entre parênteses, vinhetas das falas dos sujeitos, foram acrescentados para facilitar o entendimento do que o entrevistado pretendia enunciar, porém mostravam-se incompreensíveis com a mera transcrição.

Análise das entrevistas

O caminho trilhado nas análises iniciou-se desde o momento em que se realizou o convite aos sujeitos para participarem da entrevista até o arranjo teórico das informações,

considerando que os questionamentos e o ambiente relacional foram edificados dentro de um processo interpretativo contínuo.

Deve-se acrescentar, com base em nossa fundamentação metodológica, que entendemos que o procedimento de obtenção das informações e análise do material obtido não é um acúmulo, mas um constructo permeado de “idas e vindas” sobre as leituras e organização do conteúdo. Com isso, na relação estabelecida com os colaboradores e o material, alguns temas se destacaram e instigaram maior reflexão ao mobilizar sentimentos, reações e estranhezas de diversas ordens.

Nesse percurso contamos com a contribuição de Fédida (1989), pois defende que na relação transferencial pode ocorrer o inédito, a incursão nas vivências que não puderam ser elaboradas, além das manifestações do que é impronunciável.

O mesmo autor assevera que os estados vivenciados dentro da relação analítica, como por exemplo a angústia contratransferencial, compreende um “momento crítico da atenção e, assim sendo, como instante analítico de constituição da interpretação” (Fédida, 1988, p. 75). Assim, trouxemos para a situação de pesquisa o que Fédida propõe para a situação de supervisão de análise clínica, nos deixando afetar pelos momentos que consideramos críticos em nosso contato com nossos colaboradores e indagando o porquê de nosso afetamento, tendo em vista o intuito de acessar os fenômenos da comunicação que passam pela contratransferência.

Capítulo 4 - Análises e discussões das entrevistas

Nesse capítulo, dividido em quatro blocos, são apresentadas as análises e as discussões feitas a partir das entrevistas. No primeiro momento faz-se uma apresentação dos sujeitos por meio de uma análise descritiva das entrevistas. Cabe ressaltar que a ordem da apresentação tem relação com o tempo em que cada colaborador estava em liberdade no momento da entrevista, o qual varia entre um mês até sete anos. A escolha dos nomes para abordá-los esteve ancorada na percepção de características dos entrevistados e o sentido que o nome possui em sua origem. Começaremos conhecendo André, Zeca, Amador, Renato, Daniel, Fagundes e Lázaro.

Na sequência, são apresentados os blocos denominados: A criminalidade e o recrutamento de jovens; O inferno da prisão e; O processo de (re) inserção social: que liberdade é esta?, respectivamente. O primeiro aborda o fascínio que o crime (especialmente o tráfico de drogas), como um meio de vida, exerce sobre os jovens pobres. O segundo trata a respeito do período de estadia na prisão, com toda a crueza que ela abarca. E o terceiro discute sobre o processo de reinserção social dos egressos prisionais e a necessidade de relativizar a concepção sobre o significado de liberdade para esses sujeitos. Sem a pretensão de categorização, com esses blocos procuramos organizar temas presentes em todos os entrevistados, em sua relação com os objetivos do presente trabalho.

4.1 Apresentação dos entrevistados

André e o primeiro mês de liberdade: “Posso falar tudo mesmo?”

Optamos por nomear o primeiro entrevistado de André que é um nome de origem grega que significa robusto, viril e indica uma pessoa intuitiva e extrovertida. André, na ocasião da entrevista, estava há aproximadamente um mês em liberdade e tinha 24 anos. Ele se considera da cor branca, é solteiro e não tem filhos. Disse ser evangélico, pois toda sua família é, mas nunca frequentou a igreja. Relata que possui ensino médio incompleto e cursou até o 2º ano. Seus conhecimentos profissionais são na área de pintura residencial e predial, porém contou que está desempregado.

André pertence a uma família numerosa cujos pais tiveram onze filhos, mas atualmente mora em uma casa própria com a mãe e quatro irmãos, apenas. A renda familiar fica em torno de dois mil reais e a despesa familiar é dividida entre os irmãos. André contou que foi julgado pelo delito de assalto e ficou preso no Presídio Professor Jacy de Assis por um ano e onze meses. Pontuou que é réu primário e está em cumprimento do livramento condicional.

De início, quando foi feito o convite para o entrevistado participar da pesquisa, ele se apresentou disponível e questionou: “Posso falar tudo mesmo?” Ao lançar essa pergunta com um tom de ironia e um misto de preocupação, estaria ele me precavendo do conteúdo que ele teria a dizer? É como se ele dissesse: Você vai suportar ouvir o que tenho a dizer?

Outro modo de pensar sobre o questionamento inicial de André seria considerar que ele estaria certificando-se sobre o uso das informações que seriam repassadas. Sempre cabe lembrar que o sujeito foi acessado por meio do PrEsp e que, apesar de ser um dispositivo público de amparo aos egressos prisionais, ainda existe uma relação judicial entre os egressos e o Programa, pois eles ainda estão em cumprimento da pena.

Para acompanhar o jeito sagaz e descontraído que André utiliza ao falar das suas experiências, foram necessárias flexibilidade e uma postura mais informal da minha parte, tendo em vista que, apesar da seriedade dos assuntos abordados, ele mobilizava risos e críticas

das situações relatadas. Nos seus relatos sobre a sua vida antes de ser preso, emergiram histórias a respeito da infância e da família, bem como sobre o processo de ingresso na criminalidade.

As vivências da infância foram resgatadas quando o entrevistado foi indagado sobre o período que antecedeu a entrada prisional. A impressão que fica sobre a aparição desses conteúdos é que a condição de vida atual do entrevistado teria sido delineada desde esse período, sendo que, ainda jovem, ele assumiu responsabilidades (por exemplo, de trabalhar) e realizou escolhas que, no campo do ideal, não são esperadas para crianças e adolescentes que simplesmente deveriam preocupar-se com os estudos.

A fase da infância de André aparece como um período de vida conturbado e recheado de privações materiais. Ele refere-se a sua família numerosa e seus onze irmãos e critica a falta de planejamento dos pais por causa das dificuldades financeiras durante a sua infância. Segue um trecho da entrevista sobre esse tema.

Eu cresci numa família com muita gente, eram onze irmãos. Então, para uma criança dá certa revolta. Você vê que um vizinho que tem um Super Nintendo, uma bicicleta e você não tem. Então, você é uma criança, você é um menino, você tem sete ou oito anos, você revolta. Não tem esse que não revolta. Você fala: esse povo (seus pais) tinha que ter planejado direito. Pra quê vai ter esse tanto de filho para ficar passando necessidade.

No trecho selecionado, aparece o sentimento de revolta de não possuir aquilo que André supõe ser bom. Ele fala de bens materiais, de brinquedos que crianças gostariam de possuir. Com isso, demonstra ter consciência da condição social da qual provém e direciona a culpa da circunstância de vida que teve na infância para os pais.

A provável culpabilização dos pais pela situação econômica da família de André aparece também no trecho em que ele narra as estratégias que utilizava para conseguir dinheiro durante a infância/adolescência e a reprovação dos familiares sobre seus comportamentos.

Eu ainda fazia assim, vigiava carro, catava papelão. Só que o povo na minha casa falava: “menino tem que estudar” ... Tinha vez que eu saia para o centro da cidade, empurrando o carrinho na bicicleta, catando papelão, essas coisas assim, chegava lá em casa, lá pelas 11 horas da noite com o carrinho cheio de trem e em vez do povo falar assim: “nossa você tá trabalhando” ... O povo me cortava na “mutamba”, você entendeu? Fazia era me bater. Aí é revoltante isso aí, mano.

Podemos dizer que nesse fragmento existe uma pergunta implícita de André: como estudar diante da situação vivida? Aparentemente, o desejo de André era que ele fosse reconhecido e apoiado na sua iniciativa de ajudar na renda da casa, ao invés de ser criticado por não estudar. A que se reparar que a recriminação da tentativa de ganhar dinheiro, suprir aquilo de que sentia falta via trabalho, repreende o trabalho de André. Com certeza, uma marca forte para lidar pelo resto da vida e que ganhou coro em outras vozes, como as das crianças com as quais convivia e o criticavam dizendo que ele “catava lixo”.

Para André, com o passar do tempo e o início da adolescência, essas situações foram motivadoras para o envolvimento com os “moleques”, com os “malandros do bairro” que, ao que tudo indica, nem estudavam, nem trabalhavam e tinham envolvimento com a criminalidade. A esse respeito, é interessante que ele fala da oportunidade de escolher entre caminhos diferentes em termos valorativos. Ele reconhece valores que considera bons, denotando um senso moral sobre o estudo e o trabalho ainda que não possamos afirmar se são oriundos de sua infância/adolescência, ou uma aquisição recente. Mas relata como se tivesse fracassado diante da escolha que realizou, ou seja, o ingresso na criminalidade. Ele afirma:

(...) parece que (são) as coisas que vão te levando pra aquele caminho. Lógico que a gente sempre tem opção, a gente tem que escolher o que a gente quer, mas nessa época aí eu não tinha a mente boa, se eu pudesse voltar para os tempos atrás.

A realização de pequenos furtos/assaltos, por exemplo, de bonés, relógios, bicicletas, apareceu como uma possibilidade de André adquirir bens materiais prontamente, mas o colocou numa situação ambivalente entre o certo e o errado, em que ele conjugava os atos criminosos com outros trabalhos. Sobre esse aspecto ele relata:

(...) eu fazia uns trem “erradinhos”. E eu pegava uns bonezinho, só que sempre eu arrumava uns “trampinho”, sempre trabalhava na oficina, ia fazendo alguns trabalhos, sempre ajudando alguém a fazer alguma coisa. Tipo assim, eu fazia as duas coisas: um trem “erradinho” ...

Tendo em vista os trechos apresentados, podemos dizer que a entrada de André no mundo da criminalidade ocorreu paulatinamente. O processo de ingresso na criminalidade, da forma como ele relatou durante a entrevista, parece abarcar ponderações (conscientes ou inconscientes) que ele pode ter estabelecido naqueles momentos da sua vida, podemos inferir algumas delas: estudar ou trabalhar? Trabalhar ou roubar? E, assim, ele estaria delineando uma trajetória que, pelo menos naquela ocasião, parecia ser mais atraente, mais acessível e mais real.

No que se refere ao ingresso de André na criminalidade, houve um percurso em que os pequenos furtos/assaltos realizados por ele, na visão do próprio entrevistado, não se configuravam como delitos tão graves. Uma amostra disso é o uso de expressões no diminutivo e eufemismos (“trem erradinho”, “uns furtinhos”, “umas coisinhas erradas”) para abordar sobre suas ações. Além disso, a ocorrência do uso repetido de diminutivos na fala de André, embora ele quisesse demonstrar o contrário, confirmava que ele sabia sobre seu erro, assim ele vai contando tudo, como se não contasse.

Na verdade, eu comecei vendendo drogas. Vendia droga numa biqueira. Biqueira é um ponto de droga. (...) A primeira vez que eu roubei, eu não sei te falar precisamente, mas eu tinha uns 15 ou 16 anos. Vender droga eu já vendia desde os 14 anos, agora roubar mesmo... Antes eu fazia uns pequenos delitos.

André comporta-se como um guia, o que denota uma posição em relação a mim, como entrevistadora: é um instrutor, o que lhe dá, um caráter professoral, e aos seus atos, uma profissão de fé, ele me instrui: “*biqueira é*”. A sua antecipação da explicação revela a ignorância - e ingenuidade - que supõe em sua interlocutora. A situação de entrevista é onipotentemente considerada um território seu. Definitivamente, pode falar tudo, ou o que quiser, pois supõe um interlocutor crédulo e ávido.

A marca inicial de entrada na criminalidade, para André, consistiu na venda de drogas. Tendemos a discordar dele, ainda que possamos concordar com esse seu ato inicial o que ele indica. Parece-nos que a entrada na criminalidade se deu pelo fascínio que ela exerceu sobre ele, permitindo-lhe ver-se livre do estudo e do trabalho, que considerava instrumentos dos julgamentos morais que recaiam sobre ele, paradoxalmente ambos com aspectos negativos: o segundo, o trabalho, era ruim porque parece que servia de justificativa para o fracasso no primeiro. Contra os dois, o fascínio pelo que prometia, de jeito fácil, o que o estudo e o trabalho ofereciam com suor. Ele descreve a atratividade do dinheiro fácil e rápido que a venda das substâncias proporcionava.

Nessa época aí que eu comecei (a vender drogas), se eu não me engano, os caras (trabalhadores formais) ganhavam duzentos e pouco reais. Você trabalhava numa biqueira, tinha dia que você ganhava, vendendo droga, dois salários. O dinheiro que um trabalhador gastava 60 dias pra ganhar, você ganhava em um dia. Eu fui, aceitei o emprego e eu comecei a trabalhar, empenhando, eu não mexia com droga, nem nada.

Obviamente a atratividade do emprego não resistiria muito tempo. A venda de drogas para André consistia em uma fonte de renda e, ao mesmo tempo, proporcionava o contato com outras modalidades de delitos. Ele relata a respeito da oportunidade de realizar um assalto e o quanto ação poderia ser tão rápida e muito rentável. O imediatismo e a lucratividade eram pontos que despertavam imensa atração para André, como se pudessem, na sua forma de pensar, suprir uma insuficiência que se confundia, ou era assim denominada, de dinheiro ou bens. Segue a fala abaixo.

Nossa, ganhar (dinheiro) rápido! Vai lá dez minutos e já ganha né? Eu comecei a envolver com isso aí, roubar. Fui parando de vender droga, só pegava as maconhas no peso, umas bases baratas, pegava algumas cocaínas, ia e vendia, mas eu estava sempre roubando também.

A renda das ações criminosas lhe permitia acessar um padrão de vida que ele deslumbrava e almejava. Existe uma relação entre a ascensão na criminalidade – aumento do nível de seus crimes e da gravidade – com a expectativa de ascensão social. Podemos inferir

ainda, uma luta ferrenha contra o sentimento de menos valia acobertado por um sentimento de potência que se atribui ao criminoso.

André relata que antes de ser preso, por meio da criminalidade, ele levava uma vida de “boy”. Essa expressão utilizada pode representar o desejo de ser alguém que não é e o fascínio por uma vida que não tem. Segue o trecho: *Vivia uma vida normal, tipo assim, até meio uma vida de “boy”, né? Não faz nada, fica andando só arrumado, adquire as coisas, tem as coisas. Ao fato de eu fazer coisa errada, não é certo!*

Outro ponto interessante da declaração de André sobre as pessoas que ele considerava como “boys” é o paradoxo que o envolvia. Ora o “boy” era um modelo a ser seguido, ora alguém a ser predado, alvo dos atos criminosos que ele praticava.

André conta que já realizou assaltos com o objetivo único de angariar fundos para participar de festas e eventos destinados a jovens. Observe outra parte da entrevista.

Pega dois..., mil reais, você entendeu? Tipo quando você está duro (sem dinheiro), tem uma “parada”, tem frevo doido ali (...). Vamos fazer um “corre” (assalto) pra gente ganhar um dinheiro, pegar dois “continhos” (dois mil reais) mesmo só pra gente ir mesmo, “cola lá”, pra nós ir, né?

O crime é apresentado pelo entrevistado como um meio de vida, uma forma de manter sua existência e pleitear uma vida melhor, por outro lado, o fruto do crime viabiliza frequentar os ‘frevos’ como um frequentador comum, abonado financeiramente, mas que cumpre as regras do consumo. E nisso, destaca-se por ter mais que os outros. Sem a menor pretensão de negar os aspectos sociais que pesam na vida e nas escolhas de André, vemos um sujeito, no embate com a alteridade que o circunda, empenhado em não parecer, socialmente e para si próprio, não tão ruim. Talvez por isso a atenuação do valor do crime, necessariamente no diminutivo. Ele estabelece um sentido moral para seus atos delituosos, de tal forma que inclui o crime dentro da categoria de trabalho. O crime seria, portanto, um trabalho ilícito, mas, ainda sim, um trabalho. Esse modo de pensar de André fica expresso na declaração quando ele fala de algumas dificuldades que possui com alguns vizinhos. Observe o relato.

(...) eu sou um cara que, era uma pessoa normal mano, só que, simplesmente eu tinha esses momentos aí. Tipo, eles (os vizinhos) não tem hora de irem trabalhar? Eu ia trabalhar, só que meu serviço, era outro serviço, era errado.

O discurso sobre a vida na prisão, foi o momento mais expressivo durante a entrevista.

Houve momentos em que o modo de comunicar de André deixava transparecer o quanto os efeitos da prisão ainda estavam internalizados. Em outras ocasiões, as palavras pareciam desaparecer, especialmente quando a intenção era exprimir os sentimentos ruins de ter passado pela experiência do aprisionamento.

Denúncias, desabafos e críticas das situações que o entrevistado viveu dentro do sistema prisional, por mais de um ano, deixaram claro que a pergunta inicial: “Posso falar tudo mesmo?” se referia, especialmente, às suas vivências dentro da prisão. Ao discorrer sobre o tempo dentro da prisão, André já se manifesta de modo mais intenso, com um tom de denúncia, mas, ao mesmo tempo, sem a intenção de chocar. A primeira comparação que ele estabelece é entre a prisão e o inferno. Segue o trecho:

O tempo lá dentro foi infernal né? Lá não é um lugar para ninguém viver, não desejo isso nem para o meu pior inimigo. Eu não conheço o inferno não, mas eu posso te garantir que lá é um pedacinho dele. Porque é um lugar que a pessoa passa sede, passa fome, porque você é privado até de água, entendeu?

A utilização da expressão “inferno” denuncia as condições dos presídios brasileiros, sabidamente conhecida por todos que já se interessaram pelo tema. As privações de água e comida ferem frontalmente a dignidade humana e se tomadas metaforicamente, remetem a tudo que é essencial para a vida e cuja ausência, conta a ausência de todas as outras e podem ter sido sentidas como algo próximo do intolerável, de modo que não foi possível para André compará-las com nada que exista de concreto e objetivo na sua vida.

No tocante ao ambiente físico da prisão, André menciona um animal - o porco - que carrega todos os sentidos de algo que possa ser asqueroso e sórdido, por um lado, e, por outro, mais que uma alusão às condições de higiene de um ambiente sujo que seu relato sugere, revela que o preso instalado ali é alguém que pode viver como vive o porco, é um animal

destinado ao abate. Como se a metáfora completa dissesse: vive de resto e pode ser abatido. Há no relato de André a sensação de desumanização que ele experimentou. Coloca assim, o ambiente da prisão como um lugar desumano para a habitação. Segue o trecho.

O que acontece, (a prisão) é um lugar que ele é porco, que funciona há 10 anos e eles nunca jogaram uma tinta, nunca desinfetaram, nunca fizeram nada pra conservar, entendeu? Então, bactéria ali é “mato”, é muita né? Vira e mexe você vê um com uma “zica”, uns trem, uns colchões que... Nossa! Eu tô falando aqui até “pinica”.

O contato com drogas dentro da prisão também é uma realidade que André não nega. O uso de drogas, especialmente da maconha, parecer ser algo tão comum que André narra sobre o fato, sem demonstrar nenhum constrangimento ou receio. Também a produção artesanal de pinga pelos presos é apontada pelo entrevistado como uma prática corriqueira no ambiente prisional. Além da fabricação da pinga, André conta que a maioria dos materiais recicláveis com que os presos tinham contato era utilizada com finalidades diversas, entre elas a criação de um “fogãozinho”, apelidado de “pirulito”, utilizado para aquecer e incrementar a comida com outros temperos.

Segundo André, as pessoas dentro da prisão são completamente expostas. A vida íntima é impossível de ser reservada e sofrem ataques constantes. Manter bons relacionamentos é uma arte extremamente necessária de tal modo que as relações de camaradagem entre os presos acabam por emergir. Observe o trecho.

(...) tem gente ali que é individualista, mas a maioria ali são pessoas boas, entendeu? O cara está na cadeia pagando uma coisa errada que fez, mas tem muita gente boa ali. Então a maioria das pessoas é de ajudar um ao outro. Eu não dou conta de ver um cara precisando de um sabonete e eu tiver, eu não dou conta, eu ajudo mesmo.

O entrevistado descreve situações importantes de companheirismo entre os presos, especialmente no empréstimo de produtos uns para os outros e do reconhecimento no outro de um ser humano para além do crime que cometeu. Nesse ponto, ao falar dos outros, ele se inclui entre as pessoas que erraram, cometeram algum delito, mas que possuem qualidades e sensibilidade frente a algumas situações.

Há que se reparar que, nesse aspecto, ele restringe sua fala ao companheirismo e à troca de bens, necessários a manutenção de bons relacionamentos, situando os próprios erros e dos companheiros de carceragem à vida anterior à prisão. Ao evitar falar dos “maus relacionamentos”, conta que eles existem, mas prefere silenciar sobre o assunto.

Para André, o retorno à liberdade despertou sentimentos quase inomináveis, mas desta vez, positivos. A experiência da privação de liberdade despertou a valorização do cotidiano, concedeu novos valores e importância maior para acontecimentos que antes eram inteiramente despercebidos. Observe o trecho.

(...) inexplicável, liberdade não tem preço. Bom demais, depois que eu saí da cadeia... Porque lá você dá valor (em coisas simples). Aqui na rua toda hora que você quer tomar um suco, um refrigerante você toma, quer comer um salgado, qualquer coisa você pode fazer (...). Lá não, lá você dá vontade de tomar um suco, tem dia que você não tem. Você quer tomar uma água... Eu fui tomar água gelada, foi depois de muito tempo.

A valorização de coisas simples pode remeter a um reposicionamento em relação à vida, mas não sabemos até que ponto, pois pode ser uma comparação óbvia de alguém que foi exposto a regras impostas ou a uma verdadeira descoberta. De qualquer forma, parece ser um aspecto reeducativo a ser considerado.

O processo de adaptação do entrevistado contou com um fator fundamental e geralmente inusitado nas situações de quem acaba de sair da prisão: a boa recepção dos familiares e vizinhos. Para ele, ter sido acolhido por sua família, que o receptionou com alegria, foi primordial nessa etapa de conformação ao modo de vida em liberdade.

No que diz respeito aos relacionamentos sócioafetivos mais amplos, entre vizinhos e familiares mais distantes, a habilidade social de André é um requisito que ele destaca com muita satisfação ao discorrer sobre o convívio com as pessoas do seu bairro. No entanto, ainda assim, emergiu na sua fala a percepção das pessoas da sua condição de ex-presos e o modo como ele se defende menosprezando-as. Sobre isso ele afirma: “Zé porvim” é quem

não gosta da gente. “Zé porvim”, é gente “zóiuda”. Sempre tem. Tanto é que, pelo o fato que eu fui preso, né?

O entrevistado nomeia algumas pessoas de “Zé porvim” e as adjetiva de “zóiuda” no sentido de que tais pessoas supostamente não concordariam com sua vida, que em um primeiro sentido o invejariam pelos bens que conseguiu. Em outro, gente “zóiuda” indica uma vigilância que supõe que seus vizinhos debruçam sobre ele, na expectativa de deslizes, os quais, provavelmente, seriam capazes de denunciá-lo.

Em liberdade há quase um mês, André parece estar em processo de reacomodação no mundo fora das grades. Remete às boas novas da vida em liberdade, quando afirma: *Não, pra mim ficou normal só que eu começava a lembrar. Ontem eu estava num inferno e hoje eu tô aqui casa, no computador, curtindo um som, tomando uma (cerveja) de boa. Tranquilo. (...).* Mas outras lembranças permanecem: *A gente lembra e fica meio triste sim, porque a gente lembra-se das pessoas boas que a gente conheceu lá e ficaram. Por isso entendeu? Pelos outros, altos cara lá, no sofrimento e agora eu tô aqui de boa, mas fazer o quê, né?*

Mais que saudosismo a fala de André parece remeter a vínculos, a uma vida que pulsou em meio ao inferno imundo, com o qual descreveu a prisão, e que agora surge como perda, mais um vazio a se agregar as suas inúmeras insuficiências. Provavelmente o acolhimento familiar e o atrito que estabelece imaginariamente com os vizinhos “zé porvim e zóuidos” não lhe permitam nomear como falta a vida fora da cadeia, onde permaneceu por quase dois anos.

No que se refere às perspectivas para o futuro, o discurso de André remete ao retorno aos estudos, à possibilidade estabelecer uma família e encontrar um trabalho formal, em uma espécie de retomada moral do que considerava formas não rápidas de obter as coisas, contudo as falas aparecem descoladas da realidade e tais projetos parecem mais fantasias: André parece narrar o que ele supõe que os outros – incluindo a mim – gostariam de ouvir sobre ele.

Há nessa referência uma clara demarcação de lugares, em que ele se situa como alguém em julgamento ou avaliação e a mim como uma entidade judicial ou superegoica, diante da qual deve fazer boa presença. Decididamente, ele parece responder à pergunta que faz: não pode dizer tudo e, se o diz, é porque tudo escapa.

Apesar da entrada no sistema prisional, André demonstra possuir qualidades para a construção de uma carreira no crime da qual não é fácil de desvencilhar tão facilmente, especialmente pelo fato de ele possuir uma consciência experiencial das desigualdades sociais das quais faz parte e da parcialidade de aplicação da justiça penal. Frente a isso, emerge uma indagação: a entrada no crime poderia ser entendida como um movimento de resistência a essa situação?

(A) Justiça é muito porca, tem muita coisa errada. As leis não são erradas, as leis são certas, mas o modo que eles aplicam que às vezes é errado. (...) E justiça não é pra todos não. Tem certas coisas no mundo que não são pra todos. Eu acho, é... dinheiro! Inventaram o dinheiro. Aí acabou. O dinheiro é desgraça do mundo. Porque o dinheiro hoje em dia compra tudo.

É forte o uso do mesmo adjetivo – porca – com o qual se refere à vida na prisão ao referir-se à justiça. Ao sustentar o mesmo discurso para a Justiça, tal qual ele a experimentou, ela mostra-se como insalubre e indigna à vida humana. Isso lhe causa um sentimento de revolta que reifica a antiga sensação da criança diante de outros meninos que tinham as coisas que ele queria/precisava, achava-se no direito, mas não tinha como conseguir. O que em tese deveria ser de todos, na sua percepção é mera mercadoria comprável com dinheiro, via advogados bons ou suborno, como parece inferir que há.

Tal revolta vem com a não aceitação com relação a não apenas a sua prisão e às vivências dentro da cadeia, mas a sua situação de vida de modo amplo. Se o dinheiro corrompe as pessoas, entre as quais parece se incluir, o modo como ele o obtém torna-se um exemplo do processo abordado anteriormente de “criminalização da pobreza”.

Zeca e o segundo mês de liberdade: “Porque eu nunca gostei de trabalhar, pra falar a verdade, mas...”

Zeca foi o nome eleito para representar o entrevistado que estava há dois meses em liberdade. Zeca é o diminutivo de José e possui origem do Latim. O entrevistado em questão possui um discurso e um jeito condizentes com alguém no período da adolescência, juntamente com os estereótipos dessa fase. Assim, o nome Zeca parece soar adequado para apelidá-lo.

Zeca, 24 anos, declarou-se branco, solteiro e disse não possuir filhos. Sua religião é católica, mas não é praticante. Possui ensino fundamental completo. Na data da entrevista estava desempregado e disse ter experiências profissionais como atendente e pintor. A renda familiar é de aproximadamente dois mil e quinhentos reais, sendo que o pai, a mãe e a irmã trabalham. A última unidade prisional pela qual passou foi o presídio Professor Jacy de Assis. Está em cumprimento do regime aberto. Ficou preso dois anos e sete meses por tráfico de drogas e já teve outras passagens pelo sistema prisional pelo mesmo delito.

Zeca aceitou o convite para participar da entrevista um pouco curioso para entender melhor do que se tratava. De início, contou, com um ar de algo que parece ser vantajoso, que ficou em liberdade no máximo dois meses entre seus 18 e 24 anos. Diz que foi se enturmando, conheceu as drogas e, posteriormente, envolveu-se com o tráfico. Relata ter feito uso de vários tipos de drogas (maconha, crack, cocaína, álcool, cola), porém faz questão de dizer que era usuário e não viciado.

Já com relação ao tráfico, ele pontua que foi um meio que encontrou para ter condições de aproveitar o que é próprio da juventude, tendo em vista que ele revela não gostar de trabalhar. Ele disse: “*Em questão desse tráfico, era mesmo só pra eu curtir mesmo, pra eu ir nos frevos, pra eu comprar as roupas pra mim, uns negocinhos pra mim. Porque eu nunca gostei de trabalhar pra falar a verdade, mas...*”

Descobrir quais motivos criaram em Zeca o desapreço pelo trabalho é tarefa difícil, e argumentar com a retórica do *tripálium* ou a alienação que esse provoca é tampar uma posição que Zeca assume em relação à realidade: uma espécie de negação da realidade, na medida em que essa implica uma espécie de funcionamento mental que não aceita a postergação do prazer. A fala de Zeca é claramente hedonista: quer os frevos, quer curtir, quer as roupas boas, não quer pagar o preço que a sua condição social exige para isso. Não é o caso de se ratificar as desigualdades sociais, mas de mostrar que, em seu posicionamento, Zeca almejava a vida das pessoas que, socialmente, ocupam lugares privilegiados em relação ao dele. Portanto não há revolta; não há Robin Hood, há um conformismo com a situação da qual ele buscava safar-se, obtendo o dinheiro da forma mais fácil possível, no que supunha ser um grande negócio e que o reposicionaria na hierarquia social que contatara. Veja a afirmação: *Primeiro eu conheci as drogas, todas, pra depois eu começar a vender. Eu fui vendo que os caras compram esse trem (drogas) mesmo, o trem é bom. Pensei em vender porque eu via que esse trem dá dinheiro.*

Zeca relata que na adolescência realizava pequenos furtos aproveitando-se de situações em que as pessoas ficam “boiando”. Ou seja, furtava quando havia circunstâncias de distrações de pedestres ou de funcionários em lojas. Sobre esse relato, será que poderíamos pensar numa confirmação do famoso bordão “A ocasião faz o ladrão”? De qualquer forma, embora as situações de facilidade para realizar delitos não possam ser justificadas para os atos do entrevistado, ele minimiza a gravidade de tais feitos e pondera que seu envolvimento maior era com a venda de drogas.

Questionado sobre a relação com os familiares, Zeca relata que a sua mãe sempre esteve ciente do seu uso da maconha e venda de drogas, sendo que ele preparava a mercadoria na sua presença. No entanto, sobre o uso de outras drogas, como o crack e a cocaína, ela não teria conhecimento. Zeca explica-se sobre isso.

Minha mãe era ciente do que eu fazia, porque muitas das vezes quando eu ia fumar maconha eu enrolava perto dela, fazia umas “dólas”⁸, uns trem assim eu fazia perto dela. Eu sempre gostei de deixar minha mãe ciente das coisas que eu faço. Pra no caso de acontecer qualquer coisa, ela já saber o que faz. Eu só enrolava perto dela, usar não. Eu fumava longe dela. Agora outras drogas ela nunca soube que eu uso não, que eu usei não.

O conhecimento da mãe sobre o uso de drogas e o envolvimento de Zeca com o tráfico parece uma tentativa de tentar preveni-la, mas, ao mesmo tempo, de envolvê-la na situação, no sentido de a mãe poder oferecer certa cobertura quando ele precisasse. Nesse sentido, a relação com os familiares aparece como certa cumplicidade. A mãe não se mostra tolerante com o uso de drogas, tanto que Zeca não usa perto dela, mas sim com a manipulação e, provavelmente, com a negociação. Os pais, como representantes dele, não foram porta voz da lei nessas situações. Zeca relata: *A relação com meus familiares sempre foi boa. Antes de eu começar a fazer esses trens errados, o que eu pedia vinha. Entendeu? Meu pai e minha mãe sempre fez de tudo pra mim.*

O “tudo” a que Zeca faz referência parece estar relacionado a bens materiais, pois para alguns pais, isso significa demonstração de afeto para que o filho se sinta bem. Assim, a tentativa de Zeca nas suas falas é de isentar os pais pelo seu envolvimento com a criminalidade, demonstrando certa responsabilização pessoal pela sua história. Essa tomada de responsabilidade também parece ocorrer em função do lugar que ele se situa: superego, representante da justiça, de tal forma que ele se empenha em negar, diante desse representante, a cumplicidade dos pais.

No tocante as relações sócioafetivas mais amplas, como com os parentes, Zeca conta sentir-se ora uma pessoa querida que a família tenta “resgatar”, ora o bode expiatório por ser egresso prisional. Seguem dois trechos que ilustram essa alternância no tratamento dos familiares com relação a Zeca.

⁸ Conforme Zeca, “dolas” remete a dólar, que é a gíria utilizada para se referir ao cigarro de maconha enrolado em papel, pacotinho ou trouxinha de maconha.

Tudo que vai ter nesse período de festa em família, almoço, o povo fica doidinho para eu ir, para que eu vá. (...) Tenta mesmo me tirar dali (do envolvimento com criminalidade), pra mim não irmanar, entendeu?

Tudo o que acontece, se acontecer alguma coisa, se sumir alguma coisa, o povo já acha que sou eu. Não é eu, mas eles acham que sou eu.

A respeito do papel da família extensa, parece existir uma ambiguidade. Por um lado, quer que ele fique longe de tudo que possa reconduzi-lo à cadeia, por outro, tem certeza de que ele é criminoso/ladrão, já que atribui culpa a ele pelo que some.

Sobre as entradas e saídas do sistema prisional (o entrevistado não menciona quantas vezes, diz apenas que foram várias), Zeca traz um discurso sobre o envolvimento com outras modalidades de delitos além do tráfico de drogas, como assaltos e furtos. Ele obteve a oportunidade de trabalhar enquanto cumpria o regime semiaberto, porém relata que o salário não seria suficiente para pagar suas contas precisando complementá-lo através do crime. Sobre isso, seus discursos ficam desconexos, justificando-se a todo o momento que sofre perseguição policial por ser egresso do sistema prisional e um antigo conhecido da polícia. Nesse ponto da entrevista, a aparente responsabilização pela entrada no crime, que Zeca demonstrou ter quando discorreu sobre os pais, inverte-se em queixas.

Aparecem questões sobre a perseguição/corrupção policial, juntamente com um discurso de vitimização apresentado por Zeca. Sobre esses assuntos, faz-se necessário considerar que a problemática é densa e merece relativização dos olhares sobre o assunto. Ou seja, considerando a realidade precária do sistema penal brasileiro e a cultura de opressão frente a determinados grupos sociais, é de se entender que realmente existam vulnerabilidades dessa ordem sobre a pessoa do ex-presidiário.

Zeca persiste no discurso de desafortunado e perseguido pela polícia até que o questiono sobre as perspectivas e projetos para a vida fora das grades. Ele fala sobre voltar a estudar e concluir o ensino médio e sobre a intenção de abrir um negócio próprio com ajuda de familiares. Expõe sobre várias possibilidades de se rearranjar fora do crime, no entanto

manifesta indignação sobre o salário mínimo, remuneração que é concedida para os trabalhadores legalizados: Ele disse: *Pra mim trabalhar e ganhar um salário que o povo ganha aí, trabalhando do jeito que o povo trabalha, pra mim ainda não entrou na minha mente isso aí.*

Ao mesmo tempo em que Zeca fala das possibilidades de se manter fora do crime, ele rejeita essa hipótese dizendo que não se sujeitaria a ganhar pouco. Sobre esse ponto é compreensível a visão de Zeca que parece possuir tantos anseios materiais e que vislumbrou no crime, de modo especial através do tráfico, a possibilidade de conseguir o que desejava. O que não parece tão inteligível é que os riscos e prejuízos que a criminalidade também acarreta quase nunca são colocados em voga pelo entrevistado.

Sendo assim, apenas dois meses fora da prisão realmente parece ser pouco tempo para reorganizar tantas coisas na vida de Zeca, inclusive entender que a solução mágica de alta rentabilidade pelo crime também tem um custo a ser pago, a perda de liberdade e, muitas vezes, até da própria vida.

Amador e o terceiro mês em liberdade: “Mas aqui na rua não tem isso, entendeu?”

Amador foi o nome escolhido para representar o entrevistado que estava há três meses em liberdade na ocasião da entrevista. Amador é de origem do Latim e significa: “Aquele que ama”. A entrevista de Amador contempla uma história de amor por sua mulher falecida que é figura de destaque no enredo da sua última entrada prisional e processo de reinserção social.

Amador, 34 anos, viúvo, considera-se preto (conforme sua própria fala) e tem quatro filhos (duas meninas do primeiro relacionamento e um casal com a esposa falecida). Frequentava uma igreja evangélica, estudou até o 5º ano do ensino fundamental e está empregado como serralheiro. Sua renda é de aproximadamente dois salários mínimos. Ficou

preso no Presídio Professor Jacy de Assis e em uma unidade prisional na cidade de Araguari. Esteve nove meses preso pelo delito de assalto. Já passou pelo sistema prisional por três vezes, totalizando quatro anos e seis meses de reclusão.

Amador conta sobre sua vida antes de ser preso, demonstrando orgulho de ter aprendido a sua profissão de serralheiro na adolescência, mas queixa-se da sobrecarga de responsabilidades que assumiu aos 17 anos por ter se casado e tido as duas primeiras filhas tão jovem. Sobre essa fase, destaca a mudança para um bairro periférico da cidade Uberlândia-MG, local onde diz ter iniciado sua carreira no crime. Ele afirma: *Eu comecei quando mudei para o Morumbi (...). E comecei com as amizades, já virei a cabeça e pedi conta no emprego.*

A respeito do ingresso na criminalidade, Amador sustenta uma representação do bairro Morumbi como algo que o influencia, mas ao mesmo tempo assume seu desejo pessoal de ter coisas materiais que através do seu trabalho como serralheiro não estariam acessíveis. Por outro lado, busca em seu estranhamento a causa de sua adesão à criminalidade: (...) *Estranho, eu não sei. Tem horas que eu paro pra pensar. Não sei se foi o casamento. Sempre fui trabalhador, sempre fui trabalhador(...).* Roubar passou a ser o meio pelo qual Amador conseguia “as coisas boas” que ele desejava. Observe: “(...) *juntaram as responsabilidades e eu quero ter mais e mais. Eu sempre fui enjoado com as coisas. Eu queria ter mais que eu podia (ter)*”.

Emergem três elementos a serem analisados: a influência do bairro, do casamento e da necessidade de ter as coisas boas. Isso fala de um sujeito de baixa estima, frágil, vulnerável à influência e que tenta reafirmar-se pelo que possui. Assim parece que Amador vai caminhando conforme o “vento sopra”.

Amador descreve alguns assaltos que realizou, as passagens pelo sistema prisional e destaca o fato de ter conhecido a sua segunda esposa em um momento em que estava

foragido. Afirma que foi sincero para com a esposa sobre sua situação com a justiça e conseguiu, através de suborno, permanecer em liberdade nessa época. A figura da segunda esposa aparece sob a forma de idealização para Amador, que a coloca como o motor da sua transformação de vida e saída do crime após conhecê-la. Desse período, ele conta que retomou seu trabalho como serralheiro e construiu uma nova família, juntamente com o casal de filhos que teve com ela.

Amador relata sobre a vida com sua esposa buscando demonstrar, em palavras, um amor por ela que parecia consumi-lo. Emociona-se várias vezes, engasga, engole seco até que chega ao ponto em que consegue verbalizar sobre o acidente de moto que sofreu junto com esposa, no qual ela faleceu. Nesse momento, a entrevista ganha uma dimensão diferente e Amador refere-se a mim como se eu fosse uma terapeuta, dando aos seus relatos um tom próximo do que poderíamos chamar de “desabafo catártico”. Ele realiza uma mudança abrupta do discurso queixoso sobre a influência do meio social no ingresso na criminalidade, para um “pedido de socorro” frente à situação que ele estava vivenciando. Amador apresenta-se frágil, demonstra o fracasso que a criminalidade apresentou em termos subjetivos e que a grande perda é interior.

A respeito do acidente, Amador diz lembrar-se apenas de alguns momentos que o antecederam e depois do ocorrido, quando se deu sua internação, mas não do momento exato em si. Porém, relata sobre a insistência de uma moça, amiga da esposa de Amador, que teria pedido carona de moto para o casal após um determinado evento. Só posteriormente Amador conta que aceitou carregar duas passageiras na moto, pois os relatos de Amador sobre o acidente foram confusos, formando um emaranhado composto por um teor de culpa, angústia, defesas e explicações sobre o acontecido, juntamente com os conteúdos referentes à sua prisão. Frente à dificuldade de entendimento da história relatada e à intensidade do sofrimento que Amador demonstrava, também houve da minha parte um misto de tentativa de

acolhimento do sujeito ali presente e, ao mesmo tempo, busca por esclarecimentos do que ele pretendia me contar.

A descarga emocional, quando o tema do acidente veio à tona durante a entrevista, parece estar fundamentada no sofrimento demonstrado por Amador em carregar o peso de ter sido imprudente ao levar duas passageiras na sua moto, culminando no acidente e na morte da sua esposa. Com o desenrolar da entrevista, o estado de consternação de Amador vai ganhando outro sentido, pois, somado ao seu sofrimento interior, existiria a condenação de outras pessoas que ele passa a reencontrar ao sair da prisão. Assim, o amor pela esposa e a tragédia da sua morte ganham uma dimensão importante na maneira pela qual Amador passa a conceber a experiência do aprisionamento e o seu processo de reinserção social. Podemos inferir um sentimento de culpa de Amador como punição e castigo que o reposiciona na vida.

Conforme Amador relata, após o acidente ele teria ficado dois dias desacordado na UTI e, como estava foragido da polícia na ocasião do acidente, sua internação ocorreu em regime de prisão, fatores que o impossibilitaram de participar do velório da esposa. Essa situação, ao lado das falhas de memória, contribuiu para o desenvolvimento de um mecanismo de negação da realidade por Amador, que chegou a ser informado sobre a morte da esposa, mas não aceitava. Ele conta:

Depois que eu estava preso há uns 3 meses, 4 meses que eu fui começar a entender e a voltar um pouco da memória, porque eu bati a cabeça no acidente (...). Lá no presídio, o advogado que ia muito lá que me contou (sobre a morte da esposa).

Amador, forçosamente, teve que vivenciar a perda da esposa em reclusão, no entanto, estar preso para ele passou a ser representado como um meio de evitar a realidade e, ao mesmo tempo, como uma forma de amparo. As trocas de experiências entre os presos, por mais que gerassem sentimentos ambivalentes (culpa versus alívio) em Amador, também serviam de suporte, como ele relata: *Eles mataram um tanto de gente (...), mas a convivência*

foi boa. Eu sentia culpa e eles não. Eles cometiam um crime, eu um acidente, achando que a culpa podia ser minha, ser julgado. Vinha muita coisa na minha cabeça.

Reforçar a não intencionalidade do acidente ajudava-o a superar a tragédia, mas, ao mesmo tempo, tinha o intuito de esconder e negar a culpa que o assolava. Amador relata que preferiria estar no lugar dos companheiros de cela que cometiam homicídios dolosos, pois dimensiona a dor que sente maior e irreparável. Já os colegas de cela estariam simplesmente pagando pelos crimes que cometiam através da condenação a estadia na prisão.

Cabe destacar que Amador não foi preso por causa do acidente, mas devido ao mandato de prisão que havia contra ele em função de outros delitos, o acidente apenas possibilitou que ele fosse localizado. No entanto, ele parece associar a prisão ao sofrimento de ter perdido a esposa. Na convivência com os colegas de cela, frente às comparações de experiências entre eles, ora ele é colocado no lugar de suporte para os companheiros, ora ele é amparado pelos demais. Segue um trecho que narra sobre as mudanças de posição que Amador realizou em relação ao convívio com os companheiros de cela.

Eles me ajudaram demais. Eles me falavam que eu dava a maior força pra eles, porque meu problema era pior do que o deles. Pra falar a verdade, não sei se eles mataram 5 ou se foram 10 tentativas de homicídios... E eu falava que preferiria. Eles vão ficar na cadeia a vida inteira, mas igual meu problema: bati de moto, perdi a esposa, fiquei preso, fiquei lá (prisão) do jeito que eu estava machucado e tal.

Destacando o fragmento: “*meu problema era pior do que o deles*”, fica evidente que ele se compara, se julga e se pune. Amador se coloca como pior e mais punido que os colegas. Ele não ficou muito tempo preso como os outros colegas ficarão, mas levará isso para sempre.

Os sentimentos de Amador parecem insondáveis fazendo-o transitar em diferentes posições dentro da prisão e no processo de construção dos laços sociais nesse ambiente. Tais laços, que permitem a articulação entre o que é do âmbito singular e do coletivo parecem ter sido fundamentais para Amador desenvolver a concepção da prisão como amparo nesse momento da sua história de vida. Veja o relato a seguir.

Lá (cadeia) não tinha jeito de eu correr pra lugar nenhum. Ninguém me falava nada. Só os amigos de cela pra falar que eu tinha que ser forte. Lá (cadeia) era assim, a única ajuda que eu tinha era eles, os próprios companheiros de cela, que me davam apoio, oravam por mim. Falavam pra eu ser forte, que ia passar, que foi um acidente, que foi isso... Mas aqui na rua não tem isso, entendeu?

O ambiente da prisão, mesmo com toda a hostilidade que o abarca, foi instrumento de amparo para Amador, não apenas devido à contenção física que o impedia de ter contato com o mundo fora das grades (ou seja, voltar para a casa e não ter a esposa), mas também com relação aos afetos e aos sentimentos sobre o acidente.

Amador é um exemplo radical de construção de vínculos que amparam o desamparo sentido dentro da cadeia. Já a liberdade, paradoxalmente, lhe rouba o que foi construído lá dentro, configurando o duplo desamparo discutido anteriormente na segunda parte do segundo capítulo. Ou seja, Amador perde o suporte recebido na prisão e o retorno à liberdade passa a se configurar como algo problemático. Em liberdade, ele passa a ter contato com pessoas que o condenam pela morte da esposa, de modo particular com a sogra, a qual teria ficado responsável por seus filhos e os manipularia contra Amador.

As falas de Amador reúnem uma série de questões que parecem tornar seu processo de reinserção social mais difícil e doloroso. Ele pontua sobre a condenação das pessoas a respeito do acidente e de ter sido preso, sobre a distância dos filhos, sobre a cobrança dos familiares e, especialmente, sobre a saudade da esposa. Amador não pôde participar do velório da esposa, isso colaborou para o processo de negação da realidade enquanto estava preso, porém que ele teve que enfrentar ao sair da prisão. Para ele, retornar para a casa e não encontrar a esposa reeditou a vivência do luto que ele precisará superar novamente agora em liberdade.

Aqui de fora está sendo mais difícil pra mim. A gente fala para as pessoas, elas falam que aqui é melhor, mas no meu caso não, no meu caso não. (...) Parece que lá (cadeia) eu não tinha essa dor muito forte no coração, porque eu amava ela muito, a gente tinha muitos anos de casados, tinha meus filhos, não tinha essa dor que eu sinto agora, entendeu?

O retorno à liberdade, para Amador, apresenta as peculiaridades da vivência de um luto por uma pessoa tão amada e da disputa com a sogra pelos filhos, levando-o a afirmar que a liberdade não é boa. A liberdade, que poderia ser configurar como um bem importante para quem estava preso, perde valor diante do desamparo que essa liberdade passa a representar para Amador. Ele faz colocações sobre a ajuda dos vizinhos, da sua família e do retorno ao trabalho como serralheiro, mas o bom relacionamento sócio afetivo com familiares e no trabalho, na própria percepção do entrevistado, não foram suficientes para retirá-lo dessa imersão no sofrimento.

Sobre as perspectivas para o futuro, Amador aponta que para retomar sua vida com mais tranquilidade precisa resgatar a guarda dos filhos. Com a presença e proximidade das crianças, Amador acredita que poderia encobrir o vazio que sente pela perda da esposa. Através dos filhos, Amador poderia manter a própria vitalidade, enquanto ele redescobre uma maneira de viver sem esposa amada e sem o suporte que obteve na prisão. Amador perdeu a esposa, os filhos e se coloca uma tarefa: cuidar de si, talvez para isso, ele saia da criminalidade, uma vez que, nesse momento da sua vida, ele passa a valorizar outras coisas.

A história de Amador conta com a ocorrência de um acidente que ocasionou perdas irreparáveis e lesões físicas que o deixaram em coma por dois dias, no entanto é possível perceber diversas fraturas ao longo da vida de Amador, as quais marcaram não só seu ingresso na criminalidade, bem como seu atual processo de reinserção social. Amador está vivendo esses três meses fora da cadeia em uma suposta liberdade que parece aterrorizá-lo bem mais que a prisão concreta.

Renato e o sexto mês em liberdade: “O que eu quero realmente da minha vida?”

Renato é um nome originado do Latim e significa renascer. Renato teve várias passagens pelo sistema prisional e parece estar imbuído de um projeto de se reencontrar, de renascer para algo que possivelmente o tire desse ciclo de entrada e saída prisional.

Renato, 30 anos, declarou-se negro, não tem filhos e não professa nenhuma religião. Possui ensino fundamental incompleto (9º ano), trabalha como operador de máquinas. Mora com o avô (aposentado) e o sobrinho. A renda familiar é de aproximadamente três salários mínimos. Ficou preso por dois anos e quatro meses no Presídio Professor Jacy de Assis pelo delito de tráfico de drogas e está em cumprimento do livramento condicional. Possui cinco entradas prisionais pelos crimes de tráfico, assalto e porte de arma.

Renato conta que seu ingresso na criminalidade se deu ainda na adolescência para manter o consumo de drogas e algumas despesas de casa; porém, como o pai não aceitava o dinheiro que provinha da criminalidade, ele mantinha um trabalho paralelo para “enganar” o pai. Renato conta sobre o uso de maconha, mesclado (maconha com crack) e o envolvimento com o tráfico de drogas que culminou nas várias entradas prisionais. Segue o relato.

(...) foi aí que eu cai de novo (fui preso), não aguentei e caí de novo. Dessa vez aí eu fui vender droga, aí eu caí, fiquei 8 meses e saí. Eu continuei a vender droga, aí eu caí de novo, fiquei 2 anos e 4 meses que é essa última vez agora.

Renato utiliza a expressão “cair” consistentemente ao falar das várias passagens pelo sistema prisional. Essa expressão cair/recair é muito comum no processo de dependência química, sendo que, no caso de Renato, parece haver uma correlação bem estreita entre as drogas e a prisão, de forma que cair parece indicar também “cair nas mãos da polícia ou da lei”, o que nos sugere que ele faz uma associação entre aprisionamento e o uso que fazia de drogas, de forma que a primeira seria regida pelos mesmos motivos que a segunda. Há que se observar que a expressão “cair”, no sentido de recaída no uso – o que nos parece pouco provável, pois até determinado momento da entrevista ele não menciona nenhuma tentativa de se afastar do uso – ou do aprisionamento, aparecem na sua fala como um erro de passo, ou um

pecado (passo errado), do qual ele não parece assumir a responsabilidade, mas o utiliza como um atenuante, no sentido de que “caiu em tentação”.

Outro ponto interessante sobre o uso repetitivo do termo “cair”, por Renato, diz respeito ao sentido da palavra como: perder força, ânimo e ruir. Nesse sentido, emerge a seguinte questão: faltariam para Renato recursos de diversas ordens (materiais, subjetivos, afetivos) para manter-se fora do crime? Ao longo da entrevista, Renato conta sobre algumas precariedades no tocante à situação econômica da família e também nas relações familiares nucleares com o pai e a mãe. Ao questioná-lo sobre o relacionamento com os familiares após a prisão, começo a entender que quem Renato chama de pai, na verdade é seu avô, e o seu pai biológico, ele o considera como irmão. A avó, que Renato considera como mãe, faleceu quando ele tinha 15 anos e a mãe biológica mora em outra cidade. Renato disse ter recordação de vê-la apenas uma vez aos 13 anos. Sobre esse assunto dos familiares, Renato encerra o assunto aparentemente irritado, mostra a carteira de identidade com os nomes dos avós paternos dizendo: *Pra mim, no meu consciente, no meu registro, meus pais são esses aqui.*

Essa ruptura na entrevista também pode dizer algo sobre a expressão “cair” utilizada repetidamente por Renato. Ele parece preferir finalizar o assunto durante a entrevista, protegendo-se contra conteúdos que possam vir a desmoroná-lo internamente. Para Renato, ao menos a figura dos avós como seus legítimos pais, precisa ser sustentada, na medida em que se vê privado pelos pais biológicos que, em suas fantasias, poderiam ter-lhe oferecido melhores cuidados e condições de vida, e cujo vazio/ausência deixa margens para outras fantasias, como a de que não era suficientemente bom para ser amado por eles, o que indica um sentimento de menos valia, que o obriga a apegar-se ao que lhe restou: um pai avô, que também o recusa, nas tentativas de suprir a casa de bens com dinheiro do furto. “Cair” surge, nesse contexto, como cair fora da lei, ecos de uma lei paterna que ressoa pela palavra do avô/pai. .

Sobre as experiências dentro da prisão, Renato as considera positivas, especialmente quando a intenção das pessoas é manter-se na criminalidade. Critica a noção de ressocialização dos presos e assevera sobre o papel da cadeia como um local para especialização no crime. Segue um fragmento da entrevista.

Eles falam que vai ser preso pra melhorar, que vai aprender com erro dele. Não aprende não. Pra mim não aprende, sabe por quê? Porque eu entrei lá com uma mente e saí com uma mente totalmente diferente. (...) Pra mim foi melhor o seguinte: eu não parei, eu continuei (no crime). Então ela (a cadeia) me deu certa astúcia pra eu poder desenvolver certos tipos de papel aqui de fora.

A máxima de ressocializar punindo é bem discutida por Foucault (1987) quando ele discorre sobre a prisão como uma tecnologia de punição. Renato participa desse paradoxo que envolve o sistema carcerário, tirando proveito das aprendizagens dentro do ambiente prisional para sua vida fora das grades e dentro do crime. A afirmação de Renato sugere que ele teria se especializado em alguns crimes e que ele duvida da ressocialização, poderíamos pensar que, de certa forma, Renato me diz que continuará no crime? De qualquer maneira, ele nega a justiça, supervalorizando os conhecimentos obtidos através da experiência do aprisionamento e subestimando a formação daqueles que julgam saber algo sobre presos. Observe o relato abaixo.

Eu tenho minha opinião que é a seguinte: advogado, juiz e promotor, eu acho que pra eles serem formados mesmo, eles tinham que passar pelo menos uns três meses na tranca (prisão). Uns três meses pra eles verem como que é e eles poderem avaliar certinho. (...) Eu vou te falar: é sofrido, é sofrido, mas agora está de boa.

Renato, de certa forma, ironiza sobre o julgamento a que são submetidos os presos, mas, ao mesmo tempo parece desejar que outras pessoas sentissem na pele a vivência do aprisionamento para entenderem de fato sobre isso. Renato aparenta me incluir nesse rol de pessoas, pois, especialmente quando discorre sobre as experiências da cadeia, ele me trata como ingênuo e incapaz de imaginar o que se passa no ambiente prisional.

No tocante às realizações e projetos após ter saído da prisão, Renato conta que se considera uma pessoa imediatista, que planejou entrar numa autoescola, numa academia e

voltar a estudar, porém não consegue se organizar financeiramente (e provavelmente subjetivamente) e, em vez de adiar os planos, ele simplesmente desiste de realizá-los. Tais relatos de Renato mostram novamente uma ânsia de que tudo aconteça rápido indicando que, aparentemente, o modo do seu funcionamento mental opera numa lógica de onipotência versus impotência regido por uma forma “mágica” de conceber a realidade.

Renato conta que saiu da prisão empregado em um projeto de uma ONG que contrata presidiários em cumprimento do regime semiaberto, os quais podem continuar trabalhando ao progredirem para o regime aberto ou livramento condicional. Nessa instituição, por óbvio, eles já possuem conhecimento da sua condição de egresso prisional e entendem sobre outras vulnerabilidades que podem estar associadas à realidade da maioria das pessoas que passam pela prisão.

Nesse sentido, Renato expôs sobre a dependência da maconha aos seus chefes imediatos e aderiu ao atendimento psicológico disponibilizado pela instituição em que trabalha. A esse respeito, Renato traz vários depoimentos interessantes em que ele oscila, contraditoriamente, entre depreciar e supervalorizar o acompanhamento psicológico. Ora Renato qualifica o atendimento psicológico como um espaço “para falar”, sem acreditar em mudanças a partir disso: *Pra mim é só um momento de desabafo mesmo. Não senti muita diferença não, ainda não.* Ora ele diz que faz efeito e aceita a ação do psicólogo: *Ele (psicólogo) entra na minha mente e na verdade, na verdade, ele ta certo em um monte de coisas.*

O ponto chave sobre os relatos da experiência do acompanhamento psicológico para Renato é quando ele menciona sobre o que realmente busca com os atendimentos. A demanda de tratamento por causa do uso da maconha é algo que encobre uma problemática para Renato: “o que eu quero da vida?” Ele afirma: *Eu vou para esse atendimento psicológico pra*

tentar me descobrir. Pra tentar saber o que eu quero de verdade na minha vida. Se eu quero realmente uma mudança ou se eu quero maquiar a minha vida.

Tal questionamento não é algo simples não só para Renato, mas para qualquer pessoa capaz de fazer reflexões sobre o autoconhecimento. Renato fala sobre “mudança” de um modo amplo que encerra não só as questões da criminalidade ou do uso de drogas, mas talvez, da sua história de vida e de todos os elementos que contribuem para os seus tropeços e recaídas. Sobre isso é interessante questionarmos: o que Renato chama de “maquiar a vida”? Para alguém que se disse imediatista, a maquiagem, para Renato, poderia ser o seu emprego que, embora não pareça suficiente para ele, é o meio que ele encontrou de ter uma fonte de renda aceitável por seu pai/avô, ao mesmo tempo poderia praticar outros delitos. Seguem dois trechos.

O difícil é que eu pensei que com o psicólogo as mudanças seriam rápidas também. Pensei que seria igual ler o livro e já pular para o final.

Ele (psicólogo) está me orientando nesse sentido, a me organizar em longo prazo, porque em curto prazo se não der certo vou ficar frustrado igual eu estava.

Um dos pontos principais em que Renato demonstra “acatar” as orientações do psicólogo diz respeito à construção da vida em um projeto a longo prazo. Para Renato, a vida seria algo parecido com “agora ou nunca”, como se a vida fosse marcada pela desesperança, criada por um sentimento de desamparo, ou seja, o que não aconteceu, não acontecerá.

Por mais que inicialmente Renato tenha demonstrado resistência e descrédito em relação aos atendimentos psicológicos, ele se detém em um tempo razoável da entrevista para contar sobre o que tem conversado com seu terapeuta. Sobre esses aspectos ele atua como se eu estivesse avaliando o tratamento dele. O superego de Renato é projetado e ele parece se empenhar em apresentar uma boa imagem de si.

Por fim, bem sabemos que a “mudança” ansiada por Renato não depende apenas de um suposto efeito mágico dos atendimentos psicológicos, mas essa experiência

psicoterapêutica ao menos parece estar contribuindo nessa fase de redescoberta e renascimento de Renato, após um ciclo de várias entradas e saídas do sistema prisional.

Daniel e o nono mês em liberdade: “A gente foca no dinheiro e esquece o resto”

Daniel, nome de origem hebraica, foi escolhido para representar o entrevistado que estava há nove meses em liberdade. A escolha ocorreu em função do próprio significado do nome: “Deus é meu juiz” que configurou um sentido emergente na relação transferencial durante a entrevista.

Daniel, 28 anos, declarou-se pardo, solteiro. Tem um filho de oito anos e não tem religião. Completou o ensino médio e é sócio proprietário de uma empresa de construções e transportes. Sua renda familiar é de aproximadamente quatro mil reais. Ficou recluso no presídio Professor Jacy de Assis durante um ano e sete meses por assalto. Já havia sido preso aos 18 anos pelo mesmo delito e, no momento da entrevista, cumpria livramento condicional.

Daniel, desde o momento do convite para participar da pesquisa, apresentou-se receptivo e comunicativo, no entanto parecia escolher as palavras para se manifestar, faltando espontaneidade. Grande parte dos conteúdos que Daniel relata apresenta um tom impessoal, não implicando nas suas ações nem na sua história de vida. Com o desenrolar da conversa ele me coloca (ou eu assumo inconscientemente) no lugar de juíza, com as funções do superego projetado em mim que precisa certificar-se da própria regeneração.

Trata a reentrada prisional como um “vacilo” que ele pensava que nunca mais iria acontecer, no entanto parece que conseguiu “êxito” com o ingresso na criminalidade, pelo menos financeiramente. Sobre sua guinada financeira, Daniel relata: “*A gente foca no dinheiro e esquece o resto*”. O resto, nas próprias palavras de Daniel, seria a honestidade. Expõe um retorno ao crime, com um propósito definido, mas com o preço de perder aquilo,

que longe de ser o “resto” no sentido pejorativo, seria o mais importante para Daniel, incluindo sua família e boa imagem social.

Daniel tenta explicar-se sobre o delito cometido que não seria o mesmo pelo qual foi julgado (assalto), minimizando a gravidade do crime de receptação e colocando-se na condição de bode expiatório para os policiais. Segue uma parte do relato.

(Receptação) Isso acontece muito. Só que eu tinha uma passagem na polícia. Isso (receptação) é muito comum. Só que eu virei um bode expiatório (...). Para os policiais foi até festa quando eu fui preso, foram várias viaturas lá, principalmente os policiais que não gostavam de mim.

Sabemos que o registro de uma passagem pelo sistema prisional pode tornar os egressos prisionais mais vulneráveis em qualquer situação de suspeita de crime, no entanto, a não responsabilização de Daniel e as justificativas constantes sobre seus atos, estabelecem, com frequência, na relação transferencial, pontos de interrogação sobre seu empenho persistente em “desculpar-se”. Ele insiste no discurso de perseguição policial, indo além da questão vulnerabilidade, realizando um processo de vitimização de si. Observe o fragmento abaixo.

Então os policiais precisam focar mais naquilo que está estragando a sociedade, que é a droga. No caso eu também participei do crime que estraga a sociedade, porque se não tiver o receptador não vai ter roubo. (...) Mas se for colocar na balança entre crimes, não é um crime tão violento.

A fala de Daniel, especificamente o termo “balança”, indica que não só a noção de crime precisa ser ponderada, uma vez que serve para o entrevistado atenuar o seu crime e se vitimizar, mas também ele mesmo parece sentir-se numa gangorra, se utilizarmos a palavra “balança” como um verbo que indica oscilação.

Quanto à primeira situação em que foi preso, conta sobre sua pouca maturidade de adolescente e a influência de amigos. Na outra ocasião, agora já adulto, “vacila” no seu ato e acaba por ser preso. Ora a culpa é de outrem, ora é por descuido. Ou, em outras palavras, uma falha no controle onipotente que imagina ter sobre as situações e, quiçá, sobre as pessoas.

Como no caso que aconteceu comigo na relação durante entrevista na qual ele tenta manipular esse momento das mais variadas formas.

Nos relatos sobre a convivência na prisão, Daniel assevera sobre os problemas de relacionamento no ambiente prisional. Longe de se identificar com os companheiros de cela na tentativa de realizar consórcios importantes para o convívio, ele se diferencia dos demais em termos valorativos claros. Ele afirma: *Eu nunca tive a mente criminosa. Eu nunca tive maldade de roubar, matar. E já tem vários (presos) que tem esse tipo de pensamento.*

Por não se sentir pertencente e evitar conversar com os outros presos, Daniel era considerado o “estressado” e o “mal humorado” da cela, mas na visão do próprio entrevistado tal isolamento seria algo positivo. Como já foi apresentado anteriormente, Baratta (2002) discorre sobre a socialização do preso, dentro dessas reflexões: a postura de Daniel poderia ser entendida como um movimento de resistência à aculturação dentro da cadeia.

Outra condição diferenciada da situação de Daniel, a qual evidentemente contribuía para que ele se sustentasse ensimesmado, foi o amparo externo de familiares. A visita ininterrupta da mãe e da namorada e esporádica do filho proporcionava um alento afetivo e material, pois ele tinha acesso a produtos pessoais, comida e atualizações sobre a vida fora da prisão e dos seus negócios. Tal amparo familiar estendeu-se durante o retorno à liberdade de modo incondicional. Com relação a esses aspectos é importante destacar que a condição de Daniel é atípica e a maioria dos presos e egressos não contam com suportes dessa natureza.

Daniel também desabafa sobre uma situação de discriminação vivenciada em uma empresa onde trabalhou após ter sido preso aos 18 anos, na qual ao tomar conhecimento sobre sua passagem policial, as pessoas “passaram a olhá-lo diferente”. De acordo com suas próprias palavras, esse fato teria sido o motor do seu desejo para “querer sair dali e crescer na vida”. Crescer na vida seria uma recusa da empresa onde trabalhava e onde não vislumbrava possibilidade de crescimento. O meio encontrado por Daniel para pleitear uma condição de

vida melhor teria sido através do crime de receptação que culminou na segunda entrada prisional. Veja o trecho a seguir.

Porque depois que eu montei a empresa, querendo ou não, eu melhorei de vida. A minha empresa por mais que eu não trabalhei certo e que ela me trouxe esse monte de problema que até hoje eu to nele. Mas ela vingou, ele começou a me dar dinheiro, foi onde eu arranquei. Com o dinheiro dela, eu montei essa outra empresa que hoje eu vivo dela.

O enriquecimento, independentemente de ser lícito ou ilícito, parece ter sido o ponto chave de todos os detalhes que se apresentaram durante a entrevista e no discurso de Daniel. Ele intenta mostrar-se como uma pessoa reabilitada na figura de um empresário, amalgamado num projeto de manter uma empresa “100% honesta”, de ser bom exemplo para o filho e curtir a família.

O processo de retorno à vida fora da prisão e os nove meses em liberdade para Daniel contaram com o apoio irrestrito da sua família nuclear considerando, de modo especial, sua mãe, irmã, namorada e filho. Já o pai ocuparia um lugar acessório nessa fase de Daniel, sendo que ele se queixa da separação dos pais aos seus 12 anos de idade o que configurou, conforme as falas de Daniel, um abandono da família, tanto material quanto afetivamente. A figura paterna seria indiferente para Daniel, nesse momento da sua vida, enquanto que a da mãe ocupa um lugar de destaque sendo caracterizada como “guerreira” por ele.

Com relação aos relacionamentos sócioafetivos mais amplos, que englobam vizinhos e familiares, Daniel já teria percebido tratamentos diferenciados devido ao preconceito das pessoas com relação à sua condição de egresso prisional. Para Daniel, os familiares também teriam esse preconceito, porém de modo velado. Já a opinião dos vizinhos seria insignificante para ele, pois nunca teve muita proximidade com os mesmos.

A transição prisão-liberdade para Daniel também teve uma relação importante com sua insônia na cadeia. Ele contou que não conseguia dormir devido ao barulho. Por ter “pequeno sono” considerava seu sofrimento maior que o dos outros presos frente à

impossibilidade de minimizar sua dor através do sono. Para ele, estar em vigília seria sinônimo de sofrimento e o sono através dos sonhos poderia ser o escape daquela realidade. Daniel conta: *O cara que dorme pouco sofre mais, porque ele está mais tempo acordado, ele tá mais tempo sofrendo.* A falta de sono também pode remeter à tentativa de Daniel manter-se em vigilância. Assim, quais seriam seus medos? Essa situação adquire sentido já que ele coloca-se numa posição diferenciada, sem possibilidades de estabelecer consórcios com as outras pessoas, pois elas o ameaçam de alguma forma. Em liberdade, Daniel conta que passou a valorizar de modo impar o fato de poder dormir tranquilo.

Depois de nove meses da saída da prisão, Daniel concebe a sua liberdade como a possibilidade de usufruir daquilo que ele teria conquistado anteriormente a sua prisão. A boa condição econômica de Daniel garante acesso às recompensas da vida civilizada (Sá, 2000), tais como lazer, cultura, arte que estão distantes da maioria da população. O entrevistado relata: *Estou fazendo o que eu gosto de fazer, gosto de viajar, pescar, estou aproveitando meu momento.*

Daniel, apesar de citar sobre as marcas e perdas do período em que estava preso, aparenta estar em um “momento” tranquilo durante esse período em liberdade. A problemática maior desse percurso parece ser o empenho em manter-se fora do crime e em fazer com que ele mesmo e os outros acreditem nisso, ou seja, existe uma tentativa de resgatar “o resto” que outrora fora negligenciado.

Fagundes e os doze meses em liberdade: “O vício que eu tenho mesmo é dinheiro, cachaça e mulher”

Fagundes é um nome proveniente do Latim e significa fecundo, alegre e falador. Tal nome foi selecionado para nomear o entrevistado em virtude dos conteúdos da conversa que,

apesar de gerarem sensações de mal-estar e desconforto, também possuíram um misto cômico.

Fagundes, 27 anos, considera-se preto. É solteiro e pai de um bebê de oito meses. Declara não ter religião, estudou até o 6º ano do ensino fundamental. Já trabalhou em diversas funções braçais (operador de máquinas, separador de mercadorias, pedreiro, pintor), porém na ocasião da entrevista estava desempregado. A renda familiar é proveniente do trabalho do padrasto que é eletricista. Foi indiciado por vários delitos: tráfico, formação de quadrilha, porte de arma, escuta telefônica, indução de crianças e adolescentes e homicídios. Era réu primário e ficou preso por quatro anos e sete meses. Atualmente cumpre pena em regime aberto.

A relação com Fagundes se estabeleceu num clima, pode-se dizer que ele tentou transformar em sedutor, em que, desde o princípio, o sentido para aceitar o convite para participar da entrevista assemelha-se a algo do tipo “não posso recusar a uma mulher”. Fagundes coloca-se aberto ao diálogo demonstrando uma maneira sedutora de chamar minha atenção, chamando-me de “moça”, “meu bem”, “anjo”, fazendo comparações com mulheres com quem já se envolveu ou supervalorizando suas histórias envolvendo alguma relação com mulheres, sempre no plural. Segue um trecho.

O vício que eu tenho mesmo é dinheiro, cachaça e mulher. Todo mundo tem vício por dinheiro. Sem dinheiro você não vive, vive? (...) Mulher, eu não vou mentir não, tenho umas 5 mulheres. Todo dia é uma.

O modo de proceder de Fagundes parecia ter a intenção de transmitir sua masculinidade não só quando fala dos relacionamentos amorosos, mas também com relação aos crimes, de modo especial sobre os homicídios. Ao ouvi-lo contar sobre os casos com frieza e ironia vivenciava contratransferencialmente um mal-estar e desconforto, possivelmente ele percebia as reações causadas em mim e usufruía disso para continuar demonstrando-se como o “garanhão”.

Ao longo da conversa, a imagem de masculinidade que Fagundes tenta expor não se sustenta sozinha, paradoxalmente, a fragilidade começa a coabitar nos seus discursos. Fagundes conta sobre o processo de “conversão” de assassino para crente vivido por um amigo, que parece ser um desejo dele próprio também.

Fagundes revela que tem visões das almas das pessoas que já matou e temor da própria morte. Observe: *Nós já fizemos tanta coisa ruim junto (o amigo), coisa feia mesmo. Imagina se você está fazendo isso com o outro, com você vai ser pior ainda.* A “coisa feia” que Fagundes faz referência diz sobre um conjunto de crueldades, de modo especial com relação aos homicídios, que geram consequências para ele, muito embora ele não se incomode com o processo de ter feito. Fagundes relata: *Quando eu durmo demais eu vejo as pessoas que já matei, fico falando sozinho.*

Ainda que Fagundes tenha discursado sobre seus crimes com frieza, aparentemente ele exerce a capacidade de empatia que o coloca numa condição de vulnerabilidade. Tal condição também aparece nos relatos sobre a relação com a mãe, que seria a responsável pela imposição de regras no atual momento da vida de Fagundes, sendo que, anteriormente, Fagundes, filho de pais separados, morava com o pai. Agora, diz atentar-se aos conselhos da mãe: *Eu to seguindo os conselhos da minha família. Minha mãe é meio brava. Eu tenho medo dela.*

O que se pode inferir dessa contradição sobre Fagundes é algo parecido com: “Sou um matador, mas tenho medo da minha mãe”. O relacionamento com os familiares para Fagundes fica em torno da figura da mãe. Fagundes relata que pediu para morar com ela após ter saído da prisão para ficar longe do bairro Morumbi, local onde se envolveu com a criminalidade, e o seu pedido só teria sido aceito frente às condições impostas pela mãe. Ele disse:

Depois que eu saí da cadeia eu pedi para minha mãe deixar eu morar com ela (...). Ela deixou e falou que eu ia ter que mudar meu jeito de vestir, de falar. Até meu jeito de falar eu tive que mudar depois que eu fui morar com minha mãe, antes eu falava muita gíria.

Nesse ponto aparece uma obediência tardia à mãe que, além de demonstrar dependência e evidenciar certa fragilidade, se assemelha à relação edípica quando diz que “não pode negar uma mulher”.

Em contraposição, Fagundes relata sobre o sentimento de solidão dentro e fora da cadeia e de não ter o suporte de seus familiares, fazendo-se necessário ele impor respeito através do medo.

Lá (cadeia) o sentimento é ruim. Você fica sozinho. Se sente só. Não tem amigo dentro da cadeia não, seu amigo é só Deus. Nem família é amiga da gente não. Minha família é muito doida. Família inteira. Como eu fui preso, eles julgam, eles me jogam na cara. (...) Eu já falei pra eles com dedo na cara, aí eles respeitam. Não tocam no assunto, não tocam em nada. (...) Eles sabem que eu sou ruim. (...) Se eles falarem um trem que me desagrada eu vou querer matar um.

A relação de Fagundes com a família parece ficar em torno de buscar um apoio necessário para ele, mas pela via da ameaça, colocando-se como um absoluto onipotente e, contraditoriamente, frágil.

O apoio familiar e dos amigos, aparentemente, não é como Fagundes quer, mas existe. Ele demonstra querer um apoio que apague o que fez e lhe permita fazer o que quer. Sem encontrar o que deseja nos familiares, Deus aparece no seu discurso como a única possibilidade que ele reconhece como limite/lei, e também como a ilusão que o sustenta frente ao desamparo. Veja o fragmento abaixo.

Sabe como eu fazia na cadeia? Pegava uma bíblia. Pra eu refletir, só Deus mesmo, porque Deus fala tudo pra você. Se você pegar uma bíblia ali, Deus fala tudo. O motor da minha mudança começou lá dentro (cadeia).

Freud (1927) através do texto “Futuro de uma ilusão” refletiu sobre o lugar da religião e de Deus para as pessoas suportarem o desamparo. No mesmo texto, a religião também emerge como uma das instâncias capazes de, apesar dos progressos da ciência, “domar os instintos associais” (p. 46). Os relatos de Fagundes, embora não contenham a citação de religiões de modo específico, vão ao encontro do pensamento de que a crença na existência de

um ente todo poderoso capaz de guiá-lo em tudo o que precisa também seria um aspecto relevante na “mudança” que Fagundes disse ter empreitado.

Sobre as relações sócioafetivas mais amplas com vizinhos e no mercado de trabalho parece não haver indícios de transtornos relacionados ao fato de ser egresso prisional. A “mudança” de que Fagundes fala, tanto do bairro onde morava, quanto de determinados comportamentos (deixar de falar gírias, por exemplo) faz que ele seja percebido diferente pelas pessoas, conforme ele conta. No entanto, tais relatos de Fagundes soam de forma contraditória se lembarmos como ele se posiciona como alguém perigoso aos familiares e conhecidos para impor respeito. Nesse sentido, poderíamos pensar que Fagundes, ao contrário do que relata, se envaidece de ocupar esse lugar: de criminoso, perigoso, ainda que “convertido”. O entrevistado relata:

Eu me amo, eu me adoro, é bom você ser diferente. As pessoas percebem que você mudou mesmo, trabalha, tem um filho, não fica nessas patifarias de frevo. É bom o povo falar bem de você, antes o povo falava mal.

Foram vários os momentos em que Fagundes falou sobre as suas mudanças de vida, e o fato de ser pai logo após ter saído da prisão também engloba esse cenário. O filho, para Fagundes, é a prova maior da sua masculinidade e um dos combustíveis da sua “mudança” tão comentada durante a entrevista. A necessidade de Fagundes em reafirmar sua masculinidade, inclusive no tocante ao nascimento do filho, também é importante ser colocada em questão, já que Fagundes é um sujeito que se reafirma constantemente em uma tentativa de encobrir sua pequenez, que pode ser real ou sentida.

Fagundes, com 12 meses em liberdade, ao ser questionado sobre o que realizou nesse período, sobre suas principais atividades após a saída do sistema prisional, responde de um modo bem descontraído: “Ah já fiz tanta coisa, fiz um moleque”. O filho de oito meses parece ser o sonho de Fagundes de construir um futuro diferente e de sustentá-lo no propósito de permanecer fora do crime.

Em meio ao caos de uma história marcada por paradoxos como a virilidade versus a fragilidade, seria o nascimento de uma criança o cerne para superar os crimes de homicídios do passado de Fagundes que finaliza a entrevista com mais uma contradição que o acompanha: a vida contra a morte.

Lázaro, livre há mais de sete anos: “Fiquei preso 2 meses, 22 dias, 17 horas e 42 minutos. Cada segundo ficou marcado na mente”.

Lázaro foi o nome escolhido para apelidar o entrevistado que está há mais de sete anos em liberdade. Lázaro é um nome bíblico, de origem grega que significa: “Meu Deus me ajudou”. Como já foi explicado anteriormente, o entrevistado em questão, por estar há muitos anos em liberdade, não se enquadra nos critérios de seleção dos sujeitos, porém no dia da entrevista com outras pessoas, ele ouviu sobre o assunto e se disponibilizou prontamente a participar. Frente ao seu interesse inusitado, decidi realizar a entrevista.

Lázaro, 36 anos, declarou-se branco, vive em união estável e tem uma filha biológica de cinco anos, um filho adotivo de treze anos e um enteado de onze anos. Católico, estudou até o 2º ano do Ensino Fundamental e trabalha como motorista com registro profissional. Sua renda familiar é de aproximadamente mil reais. Ficou preso na cidade de Paraná durante dois meses. Foi julgado por porte ilegal de armas e foi o único entrevistado que se declarou inocente. Lázaro, na época em que saiu da prisão no ano de 2005, não se informou sobre o término do cumprimento da sua pena e por isso está em cumprimento do regime aberto depois de tanto tempo.

A entrevista foi um momento de rememoração para Lázaro que diz ter aprendido muito com a experiência do aprisionamento, embora tenha sido algo marcado por intenso sofrimento para ele. Ele conta que esteve preso por 2 meses, 22 dias, 17 horas e 42 minutos

como se esse tempo fosse uma eternidade. A lembrança, inclusive dos minutos em que esteve preso, realmente indica o quanto esse tempo parece ter sido interminável para Lázaro. A respeito da prisão, Lázaro conta que foi para o Paraná trabalhar como motorista, o trabalho não deu certo e, quando ele estava na rodoviária para retornar para casa, foi apreendido. O trecho abaixo fala sobre esse momento.

Eu estava na plataforma, o ônibus encostou, quando eu fui embarcar eles acharam uma mochila cheia de munição. Perguntaram se a munição era minha. Eu falei: não é. Me pegaram e levaram preso. (...) Me acusaram de tráfico internacional de arma, contrabando, um monte de coisas. Para provar minha inocência passou esse tempo tudo.

Lázaro fala sobre a inocência, de um modo simples, sem ter a intenção de me convencer, mas de mostrar que teria sido injustiçado. Complementa dizendo sobre a dificuldade de adaptação na cadeia com inúmeras regras, que, embora ele tivesse sido criado na periferia, achava difícil conviver com “esse tipo de gente”. Lázaro distingue-se dos demais.

Sobre o período de convivência dentro da cadeia, Lázaro traz conteúdos sobre os sentimentos de vulnerabilidade e medo frente a situações de violência com as quais não era acostumado. Contou a respeito de brigas entre os detentos que o deixavam aterrorizado. *Pra mim foi difícil. Complicado. Saia de perto, virava as costas e nem olhava. Porque a gente sente medo né? Pavor. Tá acontecendo com o cidadão lá, mas você não sabe, amanhã pode acontecer com a gente né?*

Lázaro conta também que o seu primeiro contato com drogas ilícitas ocorreu dentro da cadeia. Ele pontua que fez o uso de maconha contra sua vontade, pois sentia medo de ser repreendido ou isolado por não participar desse ritual. Para ele, fumar maconha com os demais companheiros de cela seria uma maneira de ser aceito quando da sua chegada no grupo. Lázaro conta: *No começo eu cheguei até a usar de medo. Medo de represália. Cheguei até a usar, mas graças a Deus a droga não fez efeito e depois não quis mais.*

Considerando que Lázaro estava em uma cidade distante de sua casa, longe de familiares ou de qualquer pessoa conhecida e sem recursos financeiros, ele conta que precisou estabelecer estratégias para se manter dentro da prisão. Relata ter feito amizades e, através de jogos com cartas, angariava dinheiro para manter suas despesas pessoais. Sobre isso Lázaro conta: *Nesse pavilhão que eu fiquei, eu fiz amizade com o pessoal lá. E eles ficavam brincando de baralho. Então eu ganhava dinheiro e comprava as coisas para nossa cela.*

No tocante à sua saída da prisão e retorno para cidade de Uberlândia, Lázaro conta que foi recebido com festa por sua família, de modo especial pela mãe e pela esposa que, segundo ele, sempre acreditaram na sua inocência. Já no que diz respeito aos relacionamentos sócioafetivos mais amplos, Lázaro conta que sua família sofreu com “fofocas” dos vizinhos e que ele sente até hoje as dificuldades de carregar a “marca” de ter passado pelo sistema prisional, especialmente, quando se trata do ingresso no mercado de trabalho. *A justiça me atrapalhou e muito. Infelizmente no Brasil é desse jeito. Até hoje a justiça me prejudica, porque eu perdi vários empregos principalmente no começo e até hoje mesmo continua atrapalhando.*

Interessante notar que Lázaro fala que a justiça o atrapalha e não o fato de ter sido preso. Aparentemente, isso se deve ao fato de Lázaro ter passado por essa experiência do aprisionamento devido a falhas que existem no nosso sistema judicial e não porque realmente tenha cometido um delito. Segue a fala do próprio entrevistado: *Então pra mim aquele espelho que você tinha na justiça, em polícia... Aquilo lá, pra mim, acabou. Aquilo lá, pra mim, desabou.*

Esse enunciado de Lázaro representa quão desamparado ele se sentiu e ainda sente frente à experiência do encarceramento que vivenciou. Lázaro fala que a credibilidade que a justiça tinha para ele, se desfez prontamente mediante sua vivencia. Em vários momentos da entrevista, ele utiliza os termos “injustiçado” e “revolta” para referir-se aos sentimentos sobre

a prisão e aos impedimentos que ela gerou a posteriori. Lázaro fala: *Revolta, revolta. Até hoje eu sou revoltado com isso. Até hoje. (...) Estar preso era como se fosse a morte pra mim, foi um recomeço quando saí de lá.*

Ao final da entrevista, fica a impressão de que a ânsia por participar da pesquisa e poder falar sobre o fato acontecido estava relacionada a um desejo de denunciar um acontecimento do passado, mas que se presentifica no momento atual. Assim, a satisfação de estar em liberdade não exclui o sentimento de revolta e as recordações dos momentos de sofrimento dentro da prisão. A vida em liberdade, para Lázaro, representa um novo recomeço, mas com um teor de mágoa da qual parece não ser fácil se libertar.

Frente ao exposto, podemos lançar duas questões: por que Lázaro quis dar entrevista? O que o tempo fez para ele em termos de reinserção? A prontidão de Lázaro para conceder a entrevista, aparenta ter o significado de que, embora tenham passado tantos anos, enfim ele poderia ser ouvido. Já o tempo transcorrido, embora não tenha apagado as marcas e o (re) sentimento que continua a ecoar na vida de Lázaro, parece ter possibilitado a transformação dessa vivência catastrófica para Lázaro em experiência de vida que ele diz repassar para os filhos.

Finalizada a análise descritiva de apresentação dos colaboradores da pesquisa, passa-se agora à exposição dos temas que também surgiram do processo de análise das entrevistas.

4.2 A criminalidade e o recrutamento de jovens

O fenômeno da criminalidade e o contato precoce dos entrevistados com essa realidade é algo que também envolve a problemática dos egressos prisionais, sendo que a maioria dos entrevistados apresentou relatos sobre o ingresso no crime ainda na adolescência ou na juventude. Entre os discursos aparece a questão de certas restrições materiais, em

alguns depoimentos de forma mais severa e em outros de forma mais comum, porém o que marca substancialmente as narrativas é a ânsia por “algo mais”. Às vezes é algo da ordem do querer mimético (porque o outro tem, eu gostaria de ter também), outras vezes é um querer, simplesmente por querer, ou ainda para manutenção do uso de drogas e/ou de despesas da casa. O ponto chave é que esse “algo mais” é sempre algo que eles supõem ser o melhor para eles. Seguem alguns exemplos.

Você vê um vizinho seu que tem um Super Nitendo e você não ganha. Seu vizinho tem uma bicicleta e você não tem. (André)

(...) era mesmo só pra eu curtir mesmo, pra eu ir nos frevos, pra eu comprar as roupas pra mim, uns negocinhos pra mim. (Zeca)

Uma porcentagem eu ajudava dentro de casa e a outra porcentagem eu usava droga. (Renato)

É um querer ter as coisas boas. (Amador)

Eu gosto de festa onde só vai gringo. Eu falo assim, gente de classe mais alta. É festa cara. (Fagundes)

Algumas situações fazem a gente querer crescer na vida. (Daniel)

No âmbito da nossa sociedade mercantilista, as propagandas voltadas para o público juvenil intensificam o querer “ter”, ditando modelos do que é bom, bonito e que não pode ser adiado.

Nesse ponto, cabe retomar o conceito de integração perversa desenvolvida por Guareschi (2004). O autor discorre sobre o processo de entrada, especialmente de jovens, na economia criminosa, como uma forma de acessar bens materiais e seguir um padrão de vida considerado bom.

As perspectivas de vida e contextos nos quais as ofertas para o ingresso na vida criminosa são grandes, aliadas ao desejo de participar de eventos, de padrões de vida que não pertencem à realidade social da qual provêm, são fatores que se associados conduzem ao recrutamento, especialmente de jovens, para a criminalidade (Guareschi, 2004).

Cobra-se dos sujeitos um ideal de vida que a própria organização social não permite que todos acessem. Dessa forma, para os entrevistados, o crime encaixa-se tanto como um movimento de rompimento de regras sociais, mas também como um meio de pleitear uma nova condição vida ou um novo lugar no mundo.

Paralelamente, é importante esclarecer que as disposições pessoais e as possibilidades de escolha dos sujeitos estão sempre em voga; contudo, entre as contingências que lhes são postas, salta aos olhos a atratividade de benefícios a curto prazo em detrimento de um futuro incerto, que, talvez, jamais seja alcançado. Essas questões ficam evidentes quando os entrevistados falam sobre outras alternativas fora crime e ponderam sobre o que é “certo e errado” nas circunstâncias que eles vivenciaram. Veja alguns trechos

Se eu pudesse eu tinha escolhido ficar na escola, estudando e nunca ter feito coisa errada. (André)

A gente focou naquilo ali, a gente não olha pro lado, não olha pra trás, só olha pra frente e esquece o resto. E eu acho que foi esse resto que eu esqueci que eu fui pelo caminho errado. (Daniel)

Outro ponto interessante a respeito do paradoxo entre escolha individual versus determinações sociais é que todos os entrevistados conferem importância ao contexto social quando relatam sobre a entrada na criminalidade, aparecendo inclusive, em duas das entrevistas, a representação do bairro Morumbi como um local que os influenciaria nas escolhas. Com o devido cuidado de não maximizar a relevância do contexto social e incorrer em determinismos equivocados, o que chama atenção é o local ser considerado propício para o ingresso no crime e consequentemente um dificultador/impeditivo para a reinserção social após a prisão.

Aí eu mudei pro Morumbi, aí eu comecei umas amizades e tal, aí eu abandonei o serviço e comecei a mexer com coisa errada. (Amador)

O Morumbi é assim, tem pessoa que mora lá que é boa, mas tem certas pessoas que não são legais. Você envolve ali, começa a vender droga, ganhar dinheiro. (...) Por isso pedi para ir morar com a minha mãe, depois que saí da prisão. (Fagundes)

A princípio, essa semelhança no discurso dos entrevistados pode até soar como um clichê que sustentaria uma tentativa de justificação, no entanto, também faz sentido se considerarmos a realidade do universo social em que eles estão inseridos. Ao mesmo tempo, fugindo da concretude dessa realidade, ainda é importante considerar que, culpabilizar o meio social x pode compreender uma reação emocional dos entrevistados frente ao que é vivenciado, a qual, de certa forma, os isentaria das suas próprias motivações para o crime. Podemos pensar assim, não em dissonâncias na relação entre indivíduo e sociedade, mas em uma certa complementariedade, ou seja: uma parcela do indivíduo é social e agrupamentos sociais, amplos ou não, são formados por indivíduos, da mesma forma que indivíduo e sociedade se influenciam mutuamente.

Tal noção de complementariedade é relevante para discorrer sobre a fase dos entrevistados, anterior à entrada no sistema prisional, pois implica a consideração do conceito psicanalítico de sujeito desejante, tratado no capítulo 2 deste trabalho.

Os colaboradores da pesquisa inserem-se, antes de mais nada, na categoria de seres humanos que buscam uma ilusória completude e perseguem algo para preencher a “falta” do que nunca se poderá ter. Nesse percurso, muitas vezes, o crime pode ser uma entrada violenta no atual sistema econômico, que ataca os desejos e a vontade de viver o consumismo exigido pelo social com a promessa de apaziguamento do vazio e da falta que é própria da existência humana.

As vivências de situações violentas não se encerram com a entrada prisional. Na prisão, as situações de violência ganham novos formatos e os sujeitos precisam se reposicionar no mundo para garantirem a manutenção das próprias vidas.

4.3 O inferno da prisão

Os relatos sobre as vivências dentro da prisão, sem sombra de dúvida, tiveram um destaque nos discursos dos entrevistados. O primeiro aspecto de destaque sobre as narrativas dessa fase é a tonalidade que eles conferem para tal experiência. Todos, independentemente do tempo transcorrido após a saída do cárcere, relatam sobre esse momento das suas vidas de forma bastante vívida e como se fosse algo bastante recente.

No capítulo 1 foram abordadas discussões sobre a vida na prisão e as implicações dessa experiência sobre os indivíduos. Ficou explícito que a cadeia exerce um controle não apenas sobre o corpo dos presos, impedindo-os de ir e vir normalmente no meio da sociedade mais ampla, mas também em suas disposições pessoais – pensar, agir, sentir e falar.

A esse respeito pode-se retomar as colocações de Baratta (2002), nas quais ele discorre sobre o processo de aculturação que as pessoas sofrem ao ingressarem no ambiente prisional. Um exemplo é que, ao relatar sobre a prisão, o linguajar utilizado pelos entrevistados aparece carregado de gírias.

Lázaro, o entrevistado que estava há mais de 7 em liberdade, discorre sobre o processo de adaptação dentro da cadeia e as mudanças, inclusive, salientando o modo de falar. Veja o exemplo: *Você fala irmão. Quando você está preso, você fala irmão. Lá (cadeia) você não fala cela, você fala “X”.* (Lázaro)

Era comum, também, eles fazerem referência a mim (entrevistadora) durante a entrevista como “mano”, “cara” ou “fia”, além de utilizarem certas expressões que necessitavam de explicações sobre o significado para que se pudesse entender sobre o assunto. Isso ocorreu, de modo especial, nos momentos em que os entrevistados relataram sobre as produções dentro da cadeia e a convivência difícil em um espaço reduzido. Seguem alguns exemplos.

(...) aprendi a fazer algumas instalações que eles fazem lá dentro (na cadeia). Porque (na cadeia) tudo é padronizado, mas às vezes o cara quer mudar os bagulhos de lugar, quer mudar a lâmpada de lugar. Então, despela um fiozinho e arranca um pedaço dele. Com isso é possível fazer muitas coisas, o tal do preso é inteligente, fia.

Eu falo os mocó, os bagulhos. (...) É um buraco que a gente faz pra guardar os trem. (...) E fica perfeitinho, a gente faz até tinta. Até tinta a gente faz para passar na parede. (Renato)

Cara, as vezes lá (cadeia) dentro tem 15 homens debatendo dentro de uma cela, batendo boca pra saber quem foi que cagou fora do boi, quem cagou fora do banheiro. (André)

Nos relatos acima, “mocó” significa esconderijo, “boi” pode ser banheiro ou vaso sanitário e “bagulho” serve para nomear várias coisas, ganhando diversos sentidos, geralmente relacionados a algo ilícito que não pode ser dito explicitamente. Como não é possível saber se esse modo de expressão é anterior ao aprisionamento, o que fica evidente é que o uso das gírias denota uma inscrição sócio- histórica específica que deve ser valorizada no processo comunicacional. Nas entrelinhas a questão é: qual o sentido das gírias aparecerem com maior frequência nos relatos específicos sobre a prisão?

Destaca-se nas falas dos entrevistados, também, o modo como eles nomeiam a prisão e os sentimentos que possuem lá dentro. Para alguns faltam palavras, para outros resta a tentativa de encontrar palavras para nomear o inominável. Seguem alguns exemplos.

Lá é tipo assim, eu não conheço o inferno não, mas eu posso te garantir que lá é um pedacinho dele. (André)

Lá dentro a gente sente falta de tudo. Eu vou te falar um negócio. Lá dentro o sentimento da gente é de tipo... (Renato)

Sentimento de revolta, revolta. Lá é um pedacinho do inferno na Terra. Porque você sofre demais, muito sofrimento, muita humilhação. (Lázaro)

O sentimento é de raiva, por qualquer coisa você quer brigar e tal. (Zeca)

Lá dentro tem muita maldade. Se você quer saber, eu vou falar a verdade mesmo. Lá dentro tem muita maldade, eu quando estava lá dentro, eu falava que queria sair matando todo mundo. (Fagundes)

Com exceção de Daniel que apresenta um discurso impessoal não mencionando sobre os próprios sentimentos e de Amador que considera a cadeia como um amparo para o momento de luto pelo qual passou, os demais relataram claramente sobre quão sofrível foi a experiência da prisão para eles. Pode-se inferir que a comparação da prisão com o inferno

remete à tentativa de indicar uma situação vivenciada com algo que supera qualquer mazela da nossa realidade.

Deve-se acrescentar que o termo “inferno” decorre do latim *infernum* e significa as profundezas ou o mundo inferior. Nesse sentido, as comparações de aspectos da prisão a algo que remete à classe animal também foi algo comum. A cela foi comparada à gaiola, por Fagundes, alguns pavilhões mais agitados foram nomeados de caldeirão, por Zeca e a comida é considerada pior que lavagem, para Lázaro. Essas menções indicam, ainda, o quanto eles sentiam o ambiente prisional como um lugar subumano para estadia.

Vários autores como Sá (2005), Wacquant (2001), Zaluar, (1999) já discorreram sobre as condições degradantes de habitabilidade das prisões. No entanto, o interessante das falas dos entrevistados vai além das confirmações teóricas que tratam desse assunto. Eles abordam sobre as suas vivências e apontam o quanto elas continuam vivas dentro deles.

Ainda sobre o funcionamento do ambiente prisional, cabe relatar sobre o uso de drogas ilícitas dentro das cadeias. André relata que a última vez que teria feito o consumo de maconha foi quando ainda estava preso. Já Lázaro conta que fez uso experimental da maconha na prisão, pois tinha medo de “represália” por parte dos companheiros de cela. Daniel relata que também experimentou maconha dentro da prisão, mas que não gostou da experiência. Zeca e Amador falam sobre o uso de drogas em alguns momentos das suas vidas, mas não o associam à cadeia. Quanto a Renato, ele não menciona a existência de drogas na prisão de forma direta, mas, como dito anteriormente, “bagulho”, para o referido entrevistado, corresponde a várias coisas proibidas dentro da cadeia, incluindo as drogas ilícitas. Sobre isso, veja o relato de Renato: *(Os bagulhos) É os ilícitos. O que não pode ser visto pelos agentes. É tipo os esconderijos também.*

De modo contrário ao Renato, o entrevistado Fagundes relata abertamente sobre a existência de objetos não permitidos dentro da cadeia, tal como celulares e o uso de drogas ilícitas. Observe o trecho abaixo.

Na cadeia tem telefone, tem droga. Moça eu ficava o dia inteiro falando no telefone e fumando droga. (...) Tem que ser a maconha. Se não tiver a maconha a cadeia explode. A cadeia caí. A gente fica muito estressado. Fica numa sala assim com um telefone, um som, um colchão, trancado, uma janela pequenininha e uma grade. A gente fica doido. Tem cara que fica doido na cadeia. Não dá conta de segurar a pressão. Já vi cara surtando dentro da cadeia, na minha cela, na frente e no fundo. O cara fica doido. (Fagundes)

Considerando os relatos anteriores, pode-se afirmar que dentro da cadeia as fronteiras entre o ilegal e o legal são frágeis ou não existem e a prisão possui um modo de funcionar próprio com normas e leis oportunas. A esse respeito Guimarães, Meneghel e Oliveira (2006) asseveram:

A naturalização das drogas na prisão é uma alternativa criminosa de grande utilidade para a instituição, pois auxilia o controle prisional por funcionar como agente de contenção de rebeliões e fugas, uma prática (in) conscientemente validada pelos administradores e agentes penitenciários (p. 640).

A criação de utensílios e até mesmo a fabricação de pinga ou uso da maconha são úteis para minimizar a condição de calamidade em que vivem, tamponar o sofrimento e tornar a vida na prisão dentro dos limites do suportável. A invenção e o uso da criatividade na fabricação de diversos instrumentos dentro da prisão podem ser entendidos como um movimento de resistência que surge a partir das necessidades dos sujeitos.

Por meio de um processo criativo, os presos lançam mão de estratégias que, independentemente de serem legais ou ilegais, tornam o “inferno da prisão” um local onde a habitabilidade e a sobrevida são minimamente possíveis. Entre tais estratégias, é importante mencionar a respeito da convivência e as relações entre os presos.

Os entrevistados André e Lázaro relatam sobre o empréstimo de objetos e compartilhamento de alimentos entre as pessoas da mesma cela. Zeca conta que a convivência entre os presos muda dependendo dos blocos dentro da cadeia e da quantidade de pessoas por

cela. Renato e Fagundes falam sobre a especialização no crime por meio do relacionamento com os outros presos mais experientes e Renato acrescenta sobre a possibilidade de estabelecer amizades, porém com cautela. Seguem alguns trechos sobre esse assunto.

Eu aprendi muita coisa. Lá (na cadeia) tem cara que é mais experiente no mundo do crime, tem mais tempo que você no crime. Então você vai na ideia do cara. Quando você sai da cadeia você sai tão ligeiro (experiente). (Fagundes)

As experiências dentro cadeia, de certa forma, abriram minha mente para muita coisa. (...) Por exemplo, uma pessoa que age com a falsidade com a gente. Eu não tinha essa facilidade de observar certo tipos de coisa, hoje em dia eu tenho. (...) Você não sabe quem é quem. Você é diferente. Tipo assim: você está ali, mas você não conhece ninguém. Aí você vai montar (começar) uma amizade com alguém. (Renato)

Já Amador discorre sobre a vivência do luto da esposa dentro da cadeia e tem a percepção de que o apoio dos companheiros de cela foi fundamental para ele suportar essa fase. Amador menciona, inclusive, que se estivesse em liberdade não teria o amparo que encontrou lá dentro.

Os entrevistados apontam, além do fato de estarem em privação de liberdade, aspectos e interesses em comum que facilitaram algumas trocas e aproximações importantes na convivência dentro da prisão. Entre eles, apenas Daniel não menciona sobre a convivência com os outros presos, considerando-se diferente dos demais e quiçá superior a eles. A manutenção desse comportamento por Daniel é sustentado pela visita contínua e apoio incondicional dos familiares que é uma situação incomum entre a maioria dos presos.

Conforme Freud (1921), os processos de identificação são de suma importância no estabelecimento de laços com o outro. Os consórcios entre os presos remetem à importância das relações de apoio e amizade que são construídas dentro da prisão. De algum modo, os presos buscam formar unidades que possam garantir a manutenção de sentimentos de filiação e pertencimento, importantes na vida e também dentro do cárcere que é um meio predominantemente coletivo.

Assim sendo, na transição prisão-liberdade os vínculos construídos dentro da prisão também entram em pauta, pois, ao sair da prisão, o preso precisará lidar com todas as demandas da vida em liberdade, ao mesmo tempo em que terá que romper as ligações estabelecidas lá dentro.

Com a saída da prisão há um novo vazio, há perdas de um mundo com o qual os presos já se haviam acostumado, apesar do repúdio. Enfim, o vivido lá dentro não tem valor – com exceção da especialização para o crime – para a vida fora das grades e para o processo de reinserção social, emerge assim o duplo desamparo.

4.4 O processo de (re) inserção social: que liberdade é esta?

Para discorrer sobre a saída da prisão e o processo de reinserção social dos egressos prisionais, faz-se necessário colocar em pauta a noção de liberdade que está imbricada na concepção dos sujeitos sobre esse momento de suas vidas. Freud (1930) alerta sobre as imposições de restrições da liberdade que o desenvolvimento da civilização acarreta sobre os sujeitos. A liberdade individual passa a ser limitada na busca da felicidade e em favor da coletividade. No tocante aos egressos prisionais, Sá (2000) discute que o acesso aos benefícios da vida civilizada (como por exemplo: realizações artísticas, intelectuais e científicas) é reservado a grupos seletos da nossa sociedade. Frente a esse cenário, paira a seguinte questão: que liberdade é esta para os egressos prisionais?

O universo social do qual o egresso provém e para o qual ele retornará após a experiência do cárcere não sofre grandes modificações, de tal forma que no seu retorno ele reencontrará com os fascínios que a criminalidade oferece e, portanto, tal cenário fará parte do seu processo de reinserção social.

Além da proximidade com a criminalidade, o egresso prisional terá que lidar com as demandas que a vida na sociedade mais ampla abarca, entre elas podem-se destacar os

relacionamentos com os familiares (com pai, mãe, irmãos, esposa, filhos); relacionamentos sócio afetivos mais amplos (com vizinhos e parentes); a manutenção das despesas pessoais e da família; o ingresso no mercado de trabalho e demais pendências que podem ter sido deixadas para trás.

No tocante à recepção pelos familiares mais próximos, André, Lázaro, Zeca e Daniel discorrem sobre um retorno amistoso, sendo acolhidos pela família de maneira tranquila e natural. Veja os relatos desses entrevistados.

Bom demais você chegar na sua casa e todo mundo esperando você com o sorrisão na cara. (André)

O retorno foi normal, eu liguei pra ela (mãe), expliquei para ela. Ela me conhece, minha mãe sabia que eu era inocente, que eu não tinha nada a ver. (Lázaro)

O retorno foi ótimo. Sempre tem aquela preocupação. Aquela “encheção” de saco, mas isso é normal, tanto tempo que eu fiquei preso né? (Zeca)

Na verdade a relação com a minha família sempre foi ótima. Eu, minha mãe, minha irmã, todo mundo muito apegado. (Daniel)

Em contraposição ao fato relatado pelos entrevistados acima, no caso de Renato, Fagundes e Amador, esse reencontro teria sido também marcado por alguns impasses. Renato fala sobre a boa relação com o avô que o criou e seria a figura familiar mais importante para ele, no entanto, também menciona convivência conflituosa com o pai biológico e sobre algumas dificuldades financeiras da família. Segue abaixo um trecho da entrevista com Renato.

Meu pai biológico é meu irmão. É filho do meu avô e da minha avó. Ele mora numa casa separada lá no bairro mesmo, mas eu não o considero como pai. (...) Eu “tretava” (brigava) com meu pai biológico direto, nós dois não podíamos ficar no mesmo ambiente muito tempo. (Renato)

Renato durante toda a entrevista mostra-se bastante resistente em falar sobre os familiares, como já foi mostrado na apresentação sobre o entrevistado, sendo que as relações familiares de Renato formam um emaranhado de difícil entendimento que foram pouco mencionadas por ele. No entanto, o que se apresenta é que as relações afetivas difíceis ou que

não foram construídas anteriormente permanecem praticamente da mesma forma quando ele retorna da prisão.

Fagundes conta que ao sair da prisão não retornou para a casa do pai, pois era o local onde ele se envolveu com a criminalidade. Ele relata que pediu para morar com a mãe e ela teria feito uma série de exigências para aceita-lo, incluindo a mudança no vestuário, no seu modo de falar e a necessidade de contribuição com as despesas da casa. Observe o relato: *Antigamente eu andava escrachado, corrente de ouro, calça larga. (...) Antigamente eu vestia igual maloqueiro mesmo, blusão, calça larga, corrente de ouro. (Fagundes)*

Já Amador o entrevistado que apresentou o relato mais atípico, pontua claramente que se sentia amparado na cadeia e o seu retorno não teria sido algo bom para o momento de luto que estava vivenciando. A saída da prisão, para Amador, provocou um choque com a realidade da morte da sua esposa o que dentro da cadeia ele procurava negar ou esquecer. Sendo assim, mesmo com o apoio da família, Amador relata sobre o seu sofrimento e as relações conturbadas, de modo especial com a sogra. Observe abaixo.

(A cadeia) Serviu para eu me segurar, pra eu saber o que ia fazer da minha vida e estar aqui agora do jeito que eu estou. (Se fosse antes) Eu não tinha aturado, eu tinha morrido. Mesmo com o apoio da família, o apoio de todo mund, eu não ia aguentar não. Eu ia ficar na realidade, ia ser recente. Minha família está ajudando, mas eu tendo muita cobrança. (Amador)

Apenas o apoio familiar não parece ser suficiente para “amparar” os egressos no processo de reinserção social, no entanto, alguns dos entrevistados não possuem sequer tal suporte familiar e passam por diversos empecilhos relacionais familiares.

Ainda que tenham surgido diferentes discursos sobre a recepção pelos familiares, a realidade que se apresenta, para maioria das pessoas que saem das prisões, é o não conhecimento por parte dos familiares sobre a saída ou a inexistência de suporte familiar com o qual possa contar. Outro agravante é o fato de a saída do egresso ser uma surpresa nem

sempre agradável, especialmente quando representa o aumento do custo familiar (Carvalho Filho, 2006).

No que se refere aos relacionamentos sócioafetivos mais amplos com vizinhos, conhecidos ou parentes dos entrevistados, todos eles relataram sobre situações em que sentiram discriminados, sendo que as ocorrências foram de modo velado ou não. Ao falarem sobre o assunto, eles pontuaram sobre comentários preconceituosos, olhares de desconfiança ou até mesmo ocasiões em que foram maltratados por serem ex-detentos.

Abordar sobre as marcas indeléveis na vida dos egressos prisionais, pode a princípio até parecer um discurso repetido que seria como “chover no molhado” ou falar de algo que seria considerado óbvio, no entanto é impossível omitir que os egressos prisionais são pessoas estigmatizadas e essa realidade traz implicações para a vida deles.

Goffman (1978) discorre sobre a função do estigma de inferiorizar e rebaixar as pessoas marcadas. Os entrevistados, ao identificarem nas demais pessoas, paranoicamente ou não, a tentativa de rotulá-los como um ser indigno de confiança por ser egresso prisional, realizam o mesmo procedimento de sinalizá-las e separá-las como pessoas que não merecem sua consideração.

André nomeia alguns vizinhos que demonstram certo preconceito de “Zé porvim”, desqualificando-os. Lázaro conta que foi sua família que teria mais sofrido com as conversas paralelas dos conhecidos. Zeca relata que soube de muitas “conversas pelas costas” dos seus parentes, além do episódio em que ele foi acusado de ter furtado o pertence de um dos familiares. Renato disse que prefere certo distanciamento dos vizinhos mantendo apenas o cumprimento - “bom dia e boa tarde” - quando necessário. Amador disse que teve o apoio dos vizinhos, mas em função da tragédia da morte da sua esposa. Fagundes pontua que não é benquisto entre os parentes e vizinhos, sente-se rejeitado e como defesa parece impor medo nas pessoas pelo fato de ter sido condenado por vários homicídios. Por fim, Daniel comenta

que “parente é complicado” e sempre tem conversas a respeito do seu passado. Já com relação aos vizinhos ele disse que nem sabe o que eles pensam, pois não tem muito contato com eles.

Os entrevistados dizem que ou desprezam essas pessoas que os tratam com preconceito, ou relatam que é preferível manter a distância delas. Porém, por mais que os entrevistados não queiram demonstrar o quanto essas situações são desagradáveis para eles, fica registrado no modo de falar de todos o incômodo desse rótulo que os acompanha. Já no que se refere aos relatos sobre situações de preconceito no mundo do trabalho, estes possuem pano de fundo nos discursos dos entrevistados, aparecendo apenas casos pontuais que não foram detalhados pelos participantes da pesquisa. A hipótese sobre esse aspecto refere-se ao fato de que ou as empresas recusam discretamente os egressos prisionais através da solicitação do famoso “nada consta” judicial, ou aquelas que aceitam empregá-los, supostamente, já possuem condições para lidar/evitar constrangimentos dessa ordem. Outro fator é que alguns deles - Fagundes, Zeca e Daniel - relataram que estavam desempregados na ocasião da entrevista.

Após a vivência do cárcere, outro aspecto importante que emerge das falas dos entrevistados é a valorização do cotidiano. Jogar futebol, tomar refrigerante, comer chocolate, dormir na própria cama e até respirar o ar e sentir o sol ganham maior relevância depois da experiência de ficar preso. Ou seja, na prisão os sujeitos não estão privados apenas da liberdade de ir e vir, mas de todos os atributos que uma vida comum em sociedade inclui. Sendo assim, o que era banal e corriqueiro adquire grande valor e estima para os entrevistados.

Nesse entremeio, os sentimentos que coabitam na vida dos egressos prisionais são ambivalentes. Estar em liberdade é algo bom, mas ao mesmo tempo carregado de complicações. Isto é, os entrevistados explicitam que os sentimentos após a saída da prisão são de felicidade e tranquilidade, no entanto, sair da prisão corresponde a um retorno à

liberdade que parece não ser liberdade. Os entrevistados relatam: “vim embora para rua”, “aqui de fora”, “aqui na rua é assim”. Isto significa que para eles o retorno a liberdade é sempre outra coisa que nunca é liberdade. Seguem alguns relatos.

Aqui de fora está mais bom, graças a Deus. Maravilhoso respirar um ar puro, lá dentro da cadeia você não respira o ar igual daqui não. (Fagundes)

O sol de lá (da cadeia) não é o mesmo sol que o daqui da rua. (Renato)

Sentimento é relativo, na rua você também passa raiva, mas a raiva que você passa na rua não tem aquele imã pra puxar o ódio ali, entendeu? (Zeca)

As expressões “rua” e “fora” sugerem certa exclusão, algo que está à margem, portanto não é possível falar em reinserção dos egressos prisionais se não houve inclusão e quando a liberdade é sempre relativa. Somados a isso, os vínculos desfeitos com as pessoas que continuaram presas e com tudo o que foi aprendido dentro da cadeia, contemplam algumas das demandas com as quais os egressos também precisam lidar. Tais aspectos incidem sobre o fenômeno do duplo desamparo, isto é, a falta, já discutida anteriormente, persiste ao lado de todos os efeitos que a cadeia produz no retorno à vida na sociedade mais ampla.

A problemática dos egressos prisionais coincide com a problemática subjetiva humana de lidar com a condição desamparada, porém tem certa diferenciação se considerarmos que determinadas experiências de vida, tal como a privação de liberdade, podem tornar mais severa essa empreitada de determinadas pessoas.

Freud (1927) em seu texto “O futuro de uma ilusão” já anunciava que o sentimento religioso é uma das formas de lidar com o desamparo. O tema da religiosidade/espiritualidade e as ambivalências entre o que é bom e mau, certo e errado, Deus e demônio permeiam os discursos dos entrevistados. A crença em um Deus parece contemplar a possibilidade de um deleite das “maravilhas” da vida civilizada que não cabe aos entrevistados na atual conjuntura de suas vidas e da nossa sociedade.

A respeito do discurso religioso, Pereira (1999) discorre:

Não é raro que os grupos oprimidos privilegiem a literatura apocalíptica, que são os textos escritos relativos a épocas de perseguição. Permite também, de certa maneira, um grupo que se encontra numa situação social de inferiorização a sustentar-se na “pertença de um grupo de eleitos”. Eleitos por um pai, apelo por um pai. (...) Onde existe uma ruptura, falta de sustentação social e/ou simbólica e os laços estão enfraquecidos a promessa de salvação e eleição por um Deus entra em voga com mais potência (p. 176).

Em todas as entrevistas há a ocorrência de expressões como: “graças a Deus”, “se Deus quiser”, “que Deus permita”. Em algumas entrevistas a necessidade de Deus como amparo e apoio já aparecem de forma explícita. Fagundes, por exemplo, relata: *“Não tem amigo dentro da cadeia não, seu amigo é só Deus. Nem família é amiga da gente não”*. Amador conta que dentro e fora da cadeia procura “orar a Deus” para obter ajuda no seu sofrimento. Renato, dentro das suas vivências com o uso de drogas, conta que só Deus seria o fator fundamental para livrar a pessoa do vício. Por fim, André menciona o livro de Timóteo, da Bíblia, para falar que existe um “caminho estreito para aqueles que desejam a salvação”.

Embora não existam, entre os discursos dos entrevistados, relatos que provenham diretamente dos textos apocalípticos da Bíblia, o sentido dos relatos apresentados está em consonância com o desejo de um amparo de um ser maior e da necessidade de sustentar a ilusão de que existe uma promessa a ser cumprida de felicidade e salvação, para além do caos que os sujeitos vivem no momento.

Nessa direção, independente do tempo transcorrido após a saída da prisão, as vivências do cárcere ainda parecem de forma vívida para os entrevistados, o que, aparentemente, os diferencia são as principais atividades desenvolvidas e as perspectivas para o futuro: não seriam fatores relacionados ao tempo fora da prisão, mas de experiências próprias de cada um.

André e Zeca que no momento da entrevista estavam há um mês e dois meses em liberdade, respectivamente, demonstram que, no primeiro momento, a preocupação inicial é

apenas desfrutar o dia-a-dia fora das grades até outras demandas, tais como encontrar emprego e retomar os estudos, surgirem.

Amador, entrevistado que estava há três meses em liberdade, conseguiu voltar ao antigo emprego, o que o estaria ajudando na fase de luto da esposa. A perspectiva mais imediata seria apenas superar esse momento de sofrimento.

Já o entrevistado Renato, com seis meses em liberdade e empregado, fala sobre o vício da maconha, o ciclo de entradas prisionais e pensa a respeito da continuidade ou rompimento com esses fatores na sua história de vida. Conta sobre projetos de entrar para a academia, ingressar na autoescola e retomar os estudos.

Daniel, em liberdade há nove meses, está focado na manutenção do patrimônio adquirido anteriormente a sua prisão. Fagundes, em liberdade há um ano, conta que sua principal realização após a saída do sistema prisional foi o filho. Sua perspectiva é cuidar da criança, “sem deixar ele se envolver com o mundo do crime”. Por fim, Lázaro, após sete anos fora da prisão, conta que seu principal objetivo é se “livrar” desse processo judicial que, mesmo após tanto tempo, ainda traz impedimentos com relação ao emprego e a várias recordações desagradáveis de humilhações.

Para além dos conteúdos que os entrevistados trouxeram a respeito de projetos e sonhos futuros, fica a impressão de que os discursos sobre esse tema são esvaziados e não coincidem com as possibilidades concretas que eles possuem. Ou seja, as perspectivas para o futuro aparecem mais como um discurso socialmente aceitável do que planos de vida, especialmente quando discorrem sobre voltar a estudar e a buscar um emprego lícito.

A problemática maior nesse momento após o aprisionamento, a qual não foi explicitada diretamente, não se trata da reinserção social numa sociedade que nunca os acolheu, mas de um reingresso ou não para a criminalidade. Portanto, a palavra (re) inserção deve ser grafada com os parênteses no prefixo “re” e parece fazer sentido apenas quando a

criminalidade também é um meio e/ou uma possibilidade desses sujeitos se sentirem de fato pertencentes a algum grupo ou, ainda, de desfrutarem uma “outra forma de gozar”, conforme diz Melman (1992).

Sendo assim, ser um sujeito egresso prisional é ser duplamente desamparado, pois contempla um modo de subjetivação que opera no sentido de preencher a falta humana que persiste e, muitas vezes, se confunde com as diversas privações sociais, juntamente com as marcas do aprisionamento que não se apagam com a transição da cadeia para liberdade.

Predizer até quando os resquícios da prisão permanecerão com os egressos prisionais tem relevância secundária diante da constatação de que, embora estejam em liberdade, eles ainda vivem como se fossem prisioneiros de um futuro do qual possuem apenas perspectivas que não são deles, mas de preceitos sociais que ditam e apontam modelos do que é bom e de como deve ser.

Conclusões: ou à guisa de conclusões

Primeiramente, faz-se necessário relembrar que os entrevistados englobam as pessoas que já foram caracterizadas no início desse trabalho como “sujeitos típicos”. Isto é, pessoas que lotam as cadeias brasileiras e marcadas por vulnerabilidades de diferentes ordens. Sendo assim, o presente trabalho, que não tem pretensões de generalizações, abarca, inevitavelmente, limites frente à tentativa de esboçar conclusões, especialmente quando ainda há muito a interrogar.

Frente a esse desafio podemos apresentar que, para entender o processo de reinserção social dos egressos prisionais, não é possível visualizar apenas a fase após o aprisionamento, desfragmentada da trajetória de vida desses indivíduos e dos nuances acerca do desamparo humano. Consequentemente, os aspectos pertinentes ao processo de constituição dos sujeitos, os modos de subjetivação, os períodos que antecedem a entrada prisional, bem como a estadia nas prisões podem apresentar-se importantes no entendimento da etapa de vida dos egressos prisionais ao retornarem ao convívio social mais amplo.

As privações materiais e a proximidade com organizações criminosas são fatos dado para todos os entrevistados, os quais, a partir de um olhar parcial, parecem até justificar o ingresso na carreira no crime para algumas pessoas. Porém, muito além dessa constatação, existem seres humanos complexos, repletos de anseios, desejos, sonhos e expectativas diversas, que podem realizar uma entrada vital nesse ciclo caótico do crime-prisão-liberdade, como uma forma de lidar com que é próprio de todos nós, a falta e o desamparo. Sendo assim, se os laços sociais e a religião são exemplos de ilusões que sustentam contra a dor do desamparo, talvez o crime também possa englobar-se nessa categoria. Ou seja, a entrada para o crime, com os fascínios que ele contempla, seria uma ilusão na tentativa de tamponar o desamparo que é próprio da condição humana.

A entrada no mundo da criminalidade, com todas as possibilidades que ela promove para os sujeitos, incluí a probabilidade de “desaguar” na cadeia. Considerando a vivacidade dos relatos dos entrevistados sobre “o inferno da prisão”, não podemos deixar de apontar sobre o quanto da prisão ainda existe dentro das pessoas entrevistadas e a respeito das lembranças de uma experiência que causa marcas nos sujeitos. Não é possível mensurar, mas também é impossível negar que a experiência do aprisionamento deixa assinalado algo na vida nos sujeitos.

Embora a estadia na prisão seja retratada com certo grau de sofrimento por todos os entrevistados, estar fora dela não significa libertar-se totalmente desse sentimento. Ou seja, sob a perspectiva dos egressos prisionais, a reinserção social contempla uma série de preocupações, dificuldades e projetos distantes de serem alcançados. Assim acaba sendo difícil afirmar se há efetivamente um processo de reinserção. Somado a isso, não aparecem nos relatos dos egressos prisionais menção alguma sobre suporte social/institucional, sendo jogados, literalmente, para a rua. Dessa forma, se há um processo de reinserção, depende deles, e não contam com apoio, a não ser, raramente, da família.

O embate frente à “tentação” de retornar ou não ao mundo do crime no processo de reinserção social é uma possibilidade real, tendo em vista que o cenário social dos egressos prisionais é praticamente o mesmo da fase pré-penal ou pode ser mais agravante devido à passagem pelo sistema prisional. Assim, o significado de ser egresso prisional perpassa a necessidade de lidar com uma realidade concreta e objetiva dificilmente transformada, juntamente com os aspectos vivenciados durante a prisão (violências, humilhações e privações, por exemplo) e todas as reacomodações subjetivas que a transição liberdade - prisão - liberdade impõe aos sujeitos, a qual engloba adaptar-se e desadaptar-se ao mundo dentro e fora das grades.

A condição do duplo desamparo dos egressos prisionais remete ao desamparo fundamental ao lado das exigências de lidar com a falta de garantias de uma realidade melhor e mais positiva, como também expectativas, pouco otimistas e amarradas a um passado sombrio, de romper com vida na criminalidade. Quanto ao conceito de duplo desamparo cremos que ele oferece grandes perspectivas analíticas em situações em que nos encontramos face a um sujeito acometido por constantes perdas e cremos que ele mereça novas investigações.

Pode-se dizer que o processo de reinserção é subjetivo, que a postura em relação ao crime não sofre grandes modificações e evitá-lo seria meramente um meio de permanecer fora da prisão e em uma liberdade que é sempre relativa e nem sempre boa.

Sempre ocorrerão reticências ao se abordar um assunto tão espinhoso. No entanto, falar em reinserção social (sem os parênteses no prefixo “re” da palavra) só fará algum sentido quando se viver numa sociedade mais justa e sem privilégios para uma minoria mais abastada.

Considerações Finais

A temática envolvendo os egressos prisionais é intrincada de dificuldades teóricas e conceituais por lidar com as tênues fronteiras entre a tendência de responsabilizar o sujeito, isolado, por sua condição de vida ou a sua vitimização em função do contexto social mais amplo. Tais dificuldades foram responsáveis, inclusive, pelo meu movimento como entrevistadora, ora ocupando o lugar de uma representante superegóica da justiça, ora demonstrando certa aproximação identificando-me com os sujeitos. Tal movimentação que causa impasses no processo de obtenção/ construção das informações.

Além disso, tendo em vista o tempo disposto dentro dos moldes do programa de pós-graduação do mestrado, reconheço que as possibilidades de ampliar, rever e lapidar alguns pensamentos ficaram restritas, mas acredito que o presente trabalho pode, ao menos, encorajar novos estudos para além do limite atingido.

Referências

- Adorno, S. (1996). Racismo, criminalidade violenta e justiça penal: réus brancos e negros em perspectiva comparativa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 9 (18), 1-22.
- Baratta, A. (2002). *Criminologia crítica e crítica do direito penal: uma introdução à sociologia do direito penal*. (3^a Ed.). Rio de Janeiro: Editora Revan- Instituto Carioca de Criminologia.
- Birman, J. (1999). A dádiva e o outro: sobre o conceito de desamparo no discurso freudiano. *PHYSIS: Revista Saúde Coletiva*, 9 (2), 9-30.
- Bleger, J. (1980). Cuestiones metodológicas del psicoanálisis. In Ziziemsky, D. (Ed.). *Métodos de investigación em psicología y psicopatología*. (pp. 113-132). Buenos Aires: Nueva Visión, 1980.
- Bogdan, R. C. & Biklen, S. K. (1994). *Investigação qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e ao método*. Portugal: Porto Editora.
- Bucher, R. (1989). É a psicanálise uma ciência?. *Humanidades*, 6 (20), 68-71.
- Coelho, E. C. (2005). *A oficina do diabo e outros estudos sobre criminalidade*. Rio de Janeiro: Record.
- Carvalho Filho, M. J. (2006). *Te prepara pra sair!- síntese analítica sobre a situação dos egressos do sistema penitenciário brasileiro*. Recuperado em 20 de maio de 2012 de <http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel38/MiltonFilho.pdf>
- Coimbra, C. M. B. & Nascimento, M. L. (2005). Ser jovem, ser pobre é ser perigoso? *Jovenes- Revista de Estudios sobre Juventud*. México, 9 (22), 338-355.
- Costa, J. F. (1986). *Violência e Psicanálise*. (2^a Ed.). Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Cunha, A. (1997). *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Darnton, R. (1996). *O iluminismo como negócio: história da publicação da enciclopédia (1775-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Elia, L. (2004). *O conceito de sujeito*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Fagundes, J. O. (2003). A psicanálise diante da violência. *Revista Brasileira de Psicanálise*. São Paulo, 37 (2/3), 721-736.
- Fédida, P. (1988). A angústia na contratransferência ou o sinistro (a inquietante estranheza da transferência). In P. Fédida, *Clínica psicanalítica: estudos*. (pp. 67-94). São Paulo: Escuta.

- Fédida, P. (Org). (1989). *Comunicação e representação: novas semiologias em psicopatologia*. São Paulo: Escuta.
- Ferreira, A. B. H. (2001). *Miniaurélio do século XXI: o minidicionário da língua portuguesa*. (5^a Ed.) Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Figueiredo, L. C. (2001). Mal estar e subjetividade brasileira. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, 1(1), 57 -72.
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes.
- Freud, S. (1895). *Projeto de uma psicologia científica*. In: Edição Standard Brasileira das obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, v. I, 1996.
- _____(1900). *A interpretação dos sonhos*. In: Edição Standard Brasileira das obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, v. IV, 1996.
- _____(1915). *As pulsões e suas vicissitudes*. In: Edição Standard Brasileira das obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, v. XIV, 1996.
- _____(1917). *Uma dificuldade no caminho da psicanálise*. In: Edição Standard Brasileira das obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, v. XVII, 1996.
- _____(1920). *Além do princípio do prazer*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, v. XVIII, 1996.
- _____(1921). *Psicologia do grupo e a análise do ego*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, v. XVIII, 1996.
- _____(1926). *Inibições, sintomas e ansiedade*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, v. XX, 1996.
- _____(1927). *O futuro de uma ilusão*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, v. XXI, 1996.
- _____(1930). *O Mal-estar na civilização*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, v. XXI, 1996.
- _____(1933). *Por que a guerra?* In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, v. XXI, 1996.
- _____(1938). *A divisão do ego no processo de defesa*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, v. XXIII, 1996.
- _____(1940 [1938]). *Esboço de Psicanálise*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, v. XXIII, 1996.
- _____(1985). *Notas psicanalistas de um caso de paranóia*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, v. XII, 1996.

Goffman, E. (1978). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. (2^a Ed). Rio de Janeiro: Zahar.

_____. (2008). *Manicômios, prisões e conventos*. (8^a Ed). São Paulo: Perspectiva.

Gonzalez Rey, F. (2002). *Pesquisa qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

Guareschi, P. A. (2004). Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. In Sawaia, B. B. (Org). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. (pp. 141-156). Petrópolis: Vozes, 2010.

Guerra, V. N. de A. (1998). *Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada*. 3. ed. São Paulo: Cortez.

Guimarães, C. F.; Meneghel, S. N. & Oliveira, C. S. de. (2006). Subjetividade e Estratégias de Resistência na Prisão. *Psicologia Ciência e Profissão*, 26 (4), 632-645.

Hegel, G. W. F. (1807). *Fenomenologia do Espírito*. Petrópolis: Vozes, 2002.

Herrmann, F. (1999). *O que é Psicanálise: para iniciantes ou não*. São Paulo: Editora Psiche.

Herzog, R. (2004). O laço social na contemporaneidade. *Revista Latino Americana de Psicopatologia Fundamental*, 7 (3), 40-55.

Kaës, R. (1988). Realidade Psíquica e o Sofrimento nas Instituições. Em Kaës, R. et all. *A Instituição e as Instituições: Estudos Psicanalíticos*. Trad. Joaquim R Neto. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1991.

Klein, M. (1935). Uma contribuição para a psicogênese dos Estados Maníacos-Depressivos. In: *Amor, culpa e reparação*. Rio de Janeiro: Imago, v. I, 1996.

Krug, E. G. et al. (2002). *Relatório Mundial sobre a Violência e a Saúde*. Genebra: Organização Mundial da Saúde.

Lacan, J. (1966). *Escritos*. (Tradução Vera Ribeiro). Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

Lei n. 7.210 de 11 de julho de 1984. (1984, 11 de julho de 1984). Institui a Lei de Execução Penal. Recuperado em 01 de setembro, 2012, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm

Marin, I. S. K. (2002). *Violências*. São Paulo. Escuta/ Fapesp.

Melman, C. (1992). *Alcoolismo, delinquência, toxicomania: uma outra forma de gozar*. (Tradução de Rosane Pereira). São Paulo: Escuta.

Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). Recuperado em 29 de dezembro, 2012, de <http://portal.mj.gov.br/main.asp?View=%7BD574E9CE-3C7D-437A-A5B6-22166AD2E896%7D&Team=¶ms=itemID=%7BC37B2AE9-4C68-4006-8B16-24D28407509C%7D;&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D>

Nogueira, L. C. (2004). A pesquisa em psicanálise. *Psicologia USP*, São Paulo; 15 (1/2), 83-106.

Ogden, T. H. (1996). *Os sujeitos da psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Orlandi, E. P. (2001). *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes.

Peixoto Junior, C. A. (Org). (2004). *Formas de Subjetivação*. Rio de Janeiro: Contra Capa.

Pereira, C. P. (2006). A pobreza, suas causas e interpretações: destaque ao caso brasileiro. *Ser Social*, Brasília, n 18, 229-252.

Pereira, L. S. (1999). O imigrante e o laço social – questões a partir de um fragmento da história dos colonos alemães no Rio Grande do Sul. In Sousa, E. L. A. (Org). *Psicanálise e colonização: leituras do sintoma social no Brasil*. (pp. 169-179). Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.

Pinto, E. B. (2004). A pesquisa qualitativa em psicologia clínica. *Psicologia USP*, São Paulo; 15 (1/2), 71-80.

Prado Filho, K. & Martins, S. (2007). A subjetividade como objeto da (s) Psicologia (s). *Psicologia e Sociedade*, Belo Horizonte; 19 (3): 14-19, 2007.

Queiroz, M. I. P. (1987). Relatos orais: do "indizível" ao "dizível". *Ciência e Cultura*, São Paulo; 39 (3): 272-286.

Queiroz, M. I. P. (1992). *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo: T. A. Queiroz.

Rosa, M. D. & Domingues, E. (2010). O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação. *Psicologia & Sociedade*; 22 (1), 180-188.

Sá, A. A. (2000). Algumas Ponderações Acerca da Reintegração Social dos Condenados à Pena Privativa de Liberdade. *Revista da ESMAPE* (Escola Superior da Magistratura do Estado de Pernambuco), v.11, 1-27.

Sá, A. A. (2005). *Sugestão de um esboço das bases conceituais para o Sistema Penitenciário Federal*. Escola de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, 1-20. Recuperado em 17 abril. 2012, da Secretaria da Administração penitenciária de São Paulo: http://www.sap.sp.gov.br/download_files/reint.../sugestao_esboco.doc

Secretaria de Estado de Defesa Social. Programa Inclusão Social De Egressos Do Sistema Prisional. Recuperado em 25 de janeiro, 2013, de https://www.seds.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=282&Itemid=115

Soares, L. E. (2003). Novas políticas de segurança pública. *Estudos Avançados*, 17 (47), 75-96.

Sousa, E. L. A. (Org.). (1999). *Psicanálise e colonização: leituras do sintoma social no Brasil*. Porto Alegre: Artes e Ofícios.

Tavares, G. M. (2011). O dispositivo da criminalidade e suas estratégias. *Fractal: Revista de Psicologia*. Niterói, 23 (1), 123-136.

Turato, E. R. (2005). Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. *Revista Saúde Pública*; 39 (3), 507-514.

Wacquant, L. (2001). *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Zahar.

Winnicott, D. W. (1951). Objetos transicionais e fenômenos transicionais. In: Winnicott, D. W. (Org.). *Textos selecionados: da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

Zaffaroni, E. R. (1991). *Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal*. (Tradução Vânia Romano Pedrosa). Rio de Janeiro: Revan.

Zaluar, A. (1996). *Da revolta ao crime*. São Paulo: Moderna.

ANEXO A- ROTEIRO DE ENTREVISTA

Dados Demográficos/ Sociais

Tempo em liberdade;

Idade;

Cor/raça;

Estado Civil;

Filhos e a idade deles;

Religião;

Escolaridade;

Emprego formal/ informal; Formação profissional

Renda familiar;

Unidades prisionais pelas quais passou;

Tipo de liberação: livramento condicional ou regime aberto;

Tempo em que ficou preso;

Tipo de delito pelo qual foi julgado;

Reincidente ou não;

Informações específicas sobre a temática da pesquisa

Questões geradoras:

Como era sua vida antes de ser preso?

Como foi o período dentro da prisão?

Como está sendo viver em liberdade novamente?

Temas a serem explorados

- Relacionamento com familiares (pai, mãe, irmãos, esposo (a), filhos)
- Relacionamentos sócioafetivos mais amplos (vizinhos, parentes)
- Situação econômica (se está trabalhando ou está desempregado)
- Relacionamentos no mundo do trabalho
- Sentimentos sobre o período em que estava preso e sobre estar em liberdade
- Principais atividades que realizou após a saída do sistema prisional